



Número: **0021277-40.2020.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção A da 7ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **04/05/2020**

Valor da causa: **R\$ 2.531,25**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSEANE FRANCISCO DA SILVA (AUTOR)		PAULO ANTONIO COELHO CASTOR (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
ARUANA SEGUROS S.A. (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO (PERITO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
61370522	04/05/2020 11:39	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
61373589	04/05/2020 11:39	<a href="#">JOSEANE FRANCISCO DA SILVA (1)</a>	Outros (Documento)
61373597	04/05/2020 11:39	<a href="#">JOSEANE FRANCISCO DA SILVA (2)</a>	Outros (Documento)
61373598	04/05/2020 11:39	<a href="#">JOSEANE FRANCISCO DA SILVA (3)</a>	Outros (Documento)
61373599	04/05/2020 11:39	<a href="#">JOSEANE FRANCISCO DA SILVA (4)</a>	Outros (Documento)
61377978	04/05/2020 13:08	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
61421243	05/05/2020 07:39	<a href="#">Citação</a>	Citação
61421244	05/05/2020 07:39	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
65533818	30/07/2020 15:15	<a href="#">Contestação</a>	Contestação
65533821	30/07/2020 15:15	<a href="#">2737568_CONTESTACAO_01</a>	Petição em PDF
65533822	30/07/2020 15:15	<a href="#">ANEXO 1</a>	Outros (Documento)
65533824	30/07/2020 15:15	<a href="#">KIT_SEGURADORA_LIDER 1</a>	Outros (Documento)
65533825	30/07/2020 15:15	<a href="#">PROCURACAO_LIDER</a>	Procuração
65533826	30/07/2020 15:15	<a href="#">PROCURAÇÃO_ATOS_SUBS</a>	Outros (Documento)
65554672	31/07/2020 07:25	<a href="#">Decisão</a>	Decisão
65811391	05/08/2020 10:19	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
65954329	07/08/2020 08:09	<a href="#">Resposta</a>	Resposta

66401 762	17/08/2020 09:59	<a href="#">Petição</a>	Petição
66401 769	17/08/2020 09:59	<a href="#">2737568_PETICAO_DE_QUESITOS_01</a>	Petição em PDF
67316 776	01/09/2020 15:34	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
67316 780	01/09/2020 15:34	<a href="#">carta devolvida referente a CITAÇÃO/INTIMAÇÃO de ARUANA SEGUROS</a>	Aviso de recebimento (AR)
67729 187	10/09/2020 07:54	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
67729 406	10/09/2020 10:01	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
67754 274	10/09/2020 12:55	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
68080 968	16/09/2020 17:55	<a href="#">Petição</a>	Petição
68080 970	16/09/2020 17:55	<a href="#">2737568_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_01</a>	Petição em PDF
68080 971	16/09/2020 17:55	<a href="#">ANEXO 1</a>	Guias de Recolhimento / Deposito / Custas
68096 797	17/09/2020 06:30	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
68113 929	17/09/2020 11:02	<a href="#">Agendamento</a>	Petição em PDF
68127 544	17/09/2020 12:58	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
68137 317	17/09/2020 14:43	<a href="#">Petição</a>	Petição
68137 327	17/09/2020 14:43	<a href="#">2737568_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_01</a>	Petição em PDF
68137 328	17/09/2020 14:43	<a href="#">ANEXO 1</a>	Guias de Recolhimento / Deposito / Custas
68137 329	17/09/2020 14:43	<a href="#">ANEXO 2</a>	Guias de Recolhimento / Deposito / Custas

**EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA \_\_\_\_ VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE - PE.**

**JOSEANE FRANCISCO DA SILVA**, brasileiro(a), solteiro(a), camareiro(a), com RG sob o nº 7.422.789 SDS/PE e CPF nº 067.956.344-00 (doc. 01), residente e domiciliado(a) na Rua Henrique Dias, nº 270 C, Centro, Igarassu/PE, CEP: 53640-578 e sem endereço eletrônico (parágrafo 2º do Art. 319 do NCPC), vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por seu advogado infra-assinado, com endereço profissional constante no instrumento procuratório em anexo (doc. 02) e com endereço eletrônico paulocastor.adv@gmail.com, com fulcro no artigo 3º, alínea "b", da Lei 6.194/74, com as alterações advindas da Lei nº 8.441/92, MP 340/06, confirmadas posteriormente pelo art. 8º da Lei nº 11.482/07, assim como da MP 451/08, convertida na Lei nº 11.945/09, caput do Art. 7º da Lei nº 8.441/92, parágrafo 4º do Art. 46 do NCPC, Súmula 540 do STJ e nos demais dispositivos legais que regem a matéria, promover

**AÇÃO DE COBRANÇA DO COMPLEMENTO DO SEGURO DPVAT  
(RITO ORDINÁRIO)**

Contra a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, inscrita no CNPJ n. 09.248.608/0001-04, situada à Rua Senador Dantas, 74 – 5º Andar - Centro – Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20031-205, com endereço eletrônico faleconosco@seguradoralider.com.br e **ARUANA SEGUROS S/A**, inscrita no CNPJ n. 07.017.295/0001-58, situada à Av. Dantas Barreto, nº 507, salas 1214/1215, Santo Antonio, Recife/PE, CEP 50.010-921, com endereço eletrônico contato@aruanaseguradora.com.br

**DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA**

Inicialmente, o(a) Demandante afirma que não possui condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do sustento próprio, bem como o de sua família, razão pela qual faz jus ao benefício da gratuidade da justiça, nos termos do artigo 4º da Lei 1060/50, com redação introduzida pela Lei 7510/86, consoante declaração em anexo (doc. 03).

**DOS FATOS**

**01.** Em primeiro momento, vem o causídico que esta subscreve, declarar e atestar a autenticidade dos documentos acostados à exordial, tudo de acordo com o que preceitua o art. 405 do NCPC.

**02. Joseane Francisco Da Silva**, ora Demandante, foi vítima de acidente de veículo automotor, em 04/05/2017, conforme prova a inclusa certidão de ocorrência policial (doc. 04), sendo que o aludido sinistro o(a) deixou com debilidade permanente dos movimentos do quadril, consoante ratifica o laudo médico (doc. 05).

**03.** A partir disto, o(a) Demandante solicitou junto às empresas Demandadas, o pagamento do



seguro dpvat, conforme lhe faculta a Lei nº 6.194/74, sendo que as referidas seguradoras adimpliram, em 04/05/2020, apenas o valor de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), conforme documento em anexo (doc. 06).

**04.** No tocante ao valor a ser pago, a Lei nº 6.194/74, com as alterações advindas da MP 340/06, confirmadas posteriormente pelo art. 8º da Lei nº 11.482/07, que regulamenta o referido seguro, prevê em seu art. 3º, alínea “b”, que o valor da indenização por **INVALIDEZ PERMANENTE** é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

**05.** Todavia, de acordo com as alterações promovidas pelos artigos 19º a 21º da MP 451/08, convertida na Lei nº 11.945/09, em seus artigos 30º a 32º, a invalidez permanente passou a ser classificada como total ou parcial, devendo-se o pagamento da indenização utilizar como parâmetro o critério dos percentuais previstos na Tabela de Danos Pessoais para cada situação.

**06.** Como no laudo médico, restou ali concluído que o(a) Demandante adquiriu **“Debilidade Permanente dos movimentos do quadril”**, deverá ser aplicado o percentual de **25% (vinte e cinco por cento)**, consoante prevê a Tabela já acima citada, sobre o valor total de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), conforme cálculo abaixo.

**R\$ 13.500,00 (indenização máxima) x 25% (Quadril) = R\$ 3.375,00**

**07.** A partir disto, verificando que o valor correto que deveria ter sido pago ao(à) Demandante era do teto máximo da indenização de R\$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais), mas que só foi paga a quantia de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), resta ainda o montante de R\$ 2.531,25 (dois mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos), a título de diferença da indenização proveniente do seguro dpvat a ser quitada pelas Demandadas.

#### **DO DIREITO:**

**08.** Outrossim, convém trazer a baila, demonstração da mais pacífica jurisprudência a respeito da pretensão em comento. Senão vejamos:

**SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES** APELAÇÃO CÍVEL 6208/96 - Reg. 3628-3 Cod. 96.001.06208 TERCEIRA CÂMARA - Unânime Juiz: ANTÔNIO JOSÉ A. PINTO - Julg: 19/09/96 COBRANÇA. QUANTIAS INDENIZATORIAS. SEGURO DPVAT. Ação de cobrança de quantias indenizatorias a título de seguro obrigatório - DPVAT. Pedido indenizatorio que se fez correto, de acordo com a Lei 6194/74, modificada pela Lei 8441/92. Responsabilidade da seguradora ora apelada, que, inclusive, não nega o dever de indenizar a autora, apenas, divergindo quanto ao valor cobrado. A existência do consórcio de empresas seguradoras tornou possível reclamar-se a indenização de qualquer uma das empresas conveniadas. Apelo da ré que se da provimento para reformar a sentença de primeiro grau.

**09.** No que concerne ao posicionamento do **Superior Tribunal de Justiça**, há de ser posto o seguinte:

#### **Acórdão STJ**

RESP 296675/SP; RECURSO ESPECIAL





2000/0142166-2

Fonte

DJ DATA:23/09/2002 PG:00367

Relator

Min. ALDIR PASSARINHO JÚNIOR (1110)

Ementa

CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO(DPVAT). VALOR QUANTIFICADO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. INDENIZAÇÃO LEGAL. CRITÉRIO. VALIDADE. LEI N.6.194/74. RECIBO. QUITAÇÃO. SALDO REMANESCENTE.

I. O valor da cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT) é de quarenta salários mínimos, assim fixado consoante critério legal específico, não se confundindo com índice de reajuste e, destarte, não havendo incompatibilidade entre a norma especial da Lei n.6.194/74 e aquelas que vedam o uso do salário mínimo como parâmetro de correção monetária. Precedente da 2ª Seção do STJ (Resp nº 146.186/RJ, Rel. p/ Acórdão Min. Aldir Passarinho Júnior, por maioria, julgado em 12.12.2001).

II. **O recibo dado pelo beneficiário do seguro em relação à indenização paga a menor não o inibe de reivindicar, em juízo, a diferença em relação ao montante que lhe cabe de conformidade com a lei que rege a espécie.(grifos nossos)**

III. Recurso especial conhecido e provido.

Data da Decisão

20/08/2002

Órgão Julgador

T4 – Quarta Turma

Decisão:Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas. Decide a Quarta Turma do STJ, à unanimidade, conhecer do recurso e dar-lhe provimento, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado. Participaram do julgamento os Srs.M inistros Barros Monteiro e Ruy Rosado de Aguiar. Ausentes, ocasionalmente, os Srs. Ministros Sálvio de Figueiredo Teixeira e César Asfor Rocha.

10. Assim sendo, não resta outra alternativa ao(à) autor(a), senão ingressar com a presente ação, afim de receber o valor correspondente ao complemento do seguro DPVAT, calculados com base no valor da data da efetiva liquidação.

### **DOS PEDIDOS:**

Diante de todo o exposto, requer o(a) Demandante que Vossa Excelência se digne em:

a) Autorizar os benefícios da **assistência judiciária gratuita**, consoante Lei Federal n. 1.060/50 por ser o(a) Demandante pobre na acepção jurídica do termo, conforme declaração inclusa;

b) Acatar o pleito do(a) Demandante para a não realização da audiência de conciliação prévia/mediação, nos termos do parágrafo 5º do Art. 334, uma vez que nesta matéria, as



Demandadas não apresentam proposta de acordo.

- c) Determinar as citações das empresas Demandadas para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (Art. 335 do NCPC), ofertem resposta aos termos da ação, sob pena de revelia e confissão quanto à matéria fática (Art. 344 do NCPC);
- d) Por economia processual e, também em razão do objeto da ação, nomear o perito médico de confiança deste Juízo ou participante do Convênio do Tribunal de Justiça deste Estado, para a avaliação e apuração do grau de invalidez do(a) Demandante em data/local/hora a serem designados por este Juízo;
- e) **JULGAR PROCEDENTE** a presente demanda em todos os seus termos, com a condenação das Demandadas no pagamento do complemento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, no importe de **R\$ 2.531,25 (dois mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos)**, com o acréscimo de juros legais a partir da citação (Súmula 426 do STJ) e correção monetária, pela Tabela ENCOGE, a partir do evento danoso, qual seja, 04/05/2017 (Súmula 580 do STJ);
- f) Condenar as Demandadas ao pagamento dos **honorários advocatícios** no importe de **20% (vinte por cento)** sobre o valor da causa;

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, especialmente pelos documentos que acompanham a inicial.

Dá-se à causa o valor de R\$ 2.531,25 (dois mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos).

Pede e espera deferimento.

Recife, 30 de abril de 2020.

**PAULO ANTONIO COELHO CASTOR**  
**OAB/PE Nº 20.832**





05.802.494/0001-41  
TRAÇÃO CORRETORA  
DE SEGUROS LTDA

1 A JUN 2018

Rua da Aurora, nº 175, SL 902 BL. C  
Boa Vista - CEP: 50.069-010  
RECIFE-PE





Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 2020/02  
NOTA FISCAL - FATURA - CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA  
Companhia Energética de Pernambuco  
Av. João de Barros, 111, Boa Vista, Recife, Pernambuco - CEP: 50050-902  
CNPJ: 10.835.932/0001-08 | Insc. Est. 0005943-93 | www.celpe.com.br

DADOS DO CLIENTE  
LEONARDO CANDIDO GOMES

CPF: 932.425.734-04

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA  
RUA HENRIQUE DIAS 220 L

CLASSIFICAÇÃO  
B3 COMERCIAL  
COMERCIAL  
Monofásico

CENTRO/IGARASSU  
IGARASSU-PE  
53640-578

CONTA CONTRATO  
2857358018  
MÊS/ANO  
07/2017  
DATA DE VENCIMENTO  
31/07/2017  
DATA PREVISTA PRÓXIMA LEITURA  
23/08/2017  
TOTAL A PAGAR (R\$)  
26,03

Nº DA NOTA FISCAL	SÉRIE	EMIÇÃO
002760093	UNICA	24/07/2017

APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
24/07/2017	2001500817	1338414

### DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo (kWh)	30,0000000	0,71588873	21,47
Acréscimo-Bandeira AMARELA			0,87
Contribuição Iluminação Pública			2,18
ICMS Subvenção-COE-NF 002759196-23/05/17			0,22
Multa por atraso-NF 002523216-22/06/17			0,43
Juros por atraso-NF 002523216-22/06/17			0,06
PRÓ-CRIANÇA-(081)3412-8850 0800 031 5889			0,98

DESCRIÇÃO DA UNIDADE CONSUMIDORA  
RUA HENRIQUE DIAS 220 L  
BOA VISTA, RECIFE, PE  
CEP: 53640-578

26,03

### TOTAL DA FATURA

### DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL

Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR DATA	ANTERIOR LEITURA	ATUAL DATA	ATUAL LEITURA	Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (KWH)
Nº2867	CA1	22/06/2017	5092,00	24/07/2017	5115,00	32	1,00000		23,00

### HISTÓRICO DE CONSUMO

Mês/ano kWh

JUL 17 30

AGO 17 30

MAI 17 34

30

30

### INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS

BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO
ICMS	22,11	25,00
PIS	22,11	1,40
COFINS	22,11	1,43

Estimado pelo método de leitura  
- Custo da Desperdiçada  
- Antigo 99 Recibo ANCEL  
4142010



## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** Joseane Francisco da Silva, brasileira solteira, comerciante, RG: 7.422.789 SDS/PE e CPF: 087.956.344-00, residente na Rua Meniquetti Dias, N° 270 C, Centro, Igarassu/PE.

**OUTORGADO:** PAULO ANTÔNIO COELHO CASTOR, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/PE sob o nº 20.832 e portador do CPF sob o nº 802.111.353-72, com escritório situado na Rua José de Alencar, nº 44, sala 42, Boa Vista, CEP 50070-075, Recife/PE.

**PODERES:** Pelo presente instrumento de procuração, o(a) Outorgante acima qualificado(a) nomeia e constitui o advogado retro Outorgado a quem confere amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula *ad judicia et extra*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e de defendê-los nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, podendo ainda substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, para ingressar com Ação de Indenização por Ato Ilícito, em face de qualquer seguradora integrante do consórcio instituído pela Resolução 1/75 do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e revigorado pela Lei nº 8.441/92.

Recife, 30/04/2020

\*Joseane Francisco da Silva  
Outorgante



### DECLARAÇÃO

DECLARO, para os devidos fins, de fato e de direito, nos termos da Lei nº 1.060/50, que sou pobre e que, portanto, não poderei arcar com as custas processuais, sem prejuízos próprios e de minha família.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

Recife (PE), 30 de 04 de 2020.

Joseane Francisco da Silva







GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO  
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 006ª CIRCUNSCRIÇÃO - CORDEIRO -  
DP5ªCIRC DIM/2ªDESEC

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. 17E0096004584

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia 04/08/2017 às 13:02

ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culposa (Consumado) que aconteceu no dia 4/8/2017 às 01:00

Foto cedida no endereço: AVENIDA CAXANGÁ, 2500 - Bairro: IPUTINGA - RECIFE/PERNAMBUCO/BRASIL  
Lugar do Fato: NÃO INFORMADO

Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:

DURVAL JOSE DA SILVA (AUTOR/AGENTE)  
JOSEANE FRANCISCO DA SILVA (VÍTIMA)  
ROGERIO FRANCISCO DA SILVA (VÍTIMA)  
JAIRANNY WALLESCA DA SILVA (VÍTIMA)  
JOSEANE GABRIELLY RODRIGUES CATANHO DA SILVA (VÍTIMA)

Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:

VEÍCULO: Imitado na geração da ocorrência), que estava em posse do(a) SR(A) DURVAL JOSE DA SILVA

Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)

JOSEANE FRANCISCO DA SILVA (presente ao plantão) - Sexo: Feminino Mãe: VANDETE MARIA DA SILVA Pm: SEVERINO FRANCISCO DA SILVA Data de Nascimento: 21/09/1965 Nacionalidade: PARAGUAI / PERNAMBUCO / BRASIL Documentos: 7422789/002/PE (RG) Estado Civil: SOLTEIRO(A) Idade: 51 ANOS Grau: COMPLETO Profissão: CAMAREIRO(A) Distritos: Cidades: 803353802

ROGERIO FRANCISCO DA SILVA (presente ao plantão) - Sexo: Masculino Mãe: VANDETE MARIA DA SILVA Pm: SEVERINO FRANCISCO DA SILVA Data de Nascimento: 25/10/1991 Nacionalidade: PARAGUAI / PERNAMBUCO / BRASIL

JAIRANNY WALLESCA DA SILVA (presente ao plantão) - Sexo: Feminino Mãe: JOSEANE FRANCISCO DA SILVA Pm: JAILSON MÁCIO DA SILVA Data de Nascimento: 07/2003 Nacionalidade: RECIFE / PERNAMBUCO / BRASIL

DURVAL JOSE DA SILVA (não presente ao plantão) - Sexo: Masculino Nacionalidade: NÃO

04/08/17, 12:53



INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL

JUSANE GRABRIELLY RODRIGUES CATANHO DA SILVA (não presente ao plantão) - Sexo: F em linha Data de Nascimento: 22/11/2009 Nacionalidade: NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL

**Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)**

FIAT, UNO (VEICULO) de propriedade do(s) Sr(a): DURVAL JOSE DA SILVA, que estava em posse do(s) Sr(a) DURVAL JOSE DA SILVA  
Ladrão/Marcação/Motim: AUTOMÓVEL/NÃO INFORMADO/NÃO INFORMADO Objeto apreendido: Não  
Quantidade: (UNIDADE NÃO INFORMADA)

**Complemento / Observação**

AS VÍTIMAS PRESENTES RELATAM QUE TRAVEGAVAM NA AVENIDA CAXANGA SENTIDO CIDADE NO VEÍCULO DO SENHOR DURVAL QUANDO O MESMO PERDEU O CONTROLE DO CARRO E SE CHOCOU COM UM POSTE

**Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial**

JOSEANE FRANCISCO DA SILVA  
(VÍTIMA)

ROGERIO FRANCISCO DA SILVA  
(VÍTIMA)

JARAHNY WALLESCA DA SILVA  
(VÍTIMA)

S.O. REGISTRADO POR: ANTONIO FERRAZ GOIANA LEAL - Matrícula: 272788-9

*Antonio Ferraz Goiana Leal*



04/05/17, 12







Secretaria de Saúde  
Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

## DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO

DA Nº. 012.04.2018  
EM: 09.04.2018

05.802.494/0001-41  
TRACÃO CORRETORA  
DE SEGUROS LTDA

14 JUN 2018

Rua da Aurora, Nº 175, SL 902 BL. C  
Boa Vista - CEP: 50.060-010  
RECIFE-PE

Atendendo ao requerimento da paciente Sra. **JOSEANE FRANCISCO DA SILVA**, portadora do Documento de Identidade nº **7422789** SDS/PE e inscrita no CPF/MF sob o nº **067.956.344-00**, declaramos que consta em nossos arquivos a ocorrência de nº **S-327407**, que no dia 04 de maio de 2017, foi atendida por nosso Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU Metropolitano do Recife, por volta das 01h22, vítima envolvida em colisão entre automóvel com poste, na Avenida Caxangá, imediações ao Colégio CFI, Caxangá, Recife/PE, e, em seguida, encaminhada à Policlínica Arnaldo Marques e, posteriormente, redirecionada para o Hospital Barão de Lucena, Recife, 09 de abril de 2018.

*Dr. Sérgio Parente Costa*

Gerente de Informação e Avaliação  
SAMU Metropolitano - Recife

*Sergio Parente Costa*  
Dr. Sérgio Parente Costa

Gerente de Informação e Avaliação  
SAMU Metropolitano do Recife









SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Hospital Barão de Luzena - BUSPE

## SUMÁRIO DE ALTA CLÍNICO / CIRÚRGICO / OBSTÉTRICO

Nome: <u>Antônio Francisco da Silva</u>	Prontuário: <u>8561199</u>
Data de nascimento: <u>21/09/1986</u>	Clínica: <u>Ginecologia - AR</u>
Data de Admissão: <u>09/05/17</u>	Data de Alta: <u>29/05/17</u>

**Resumo da Internação:** GSP2A2 / IG = 26mm 3d (DVM)  
Paciente admitida no SUS no dia 09/05/17 com  
trauma abdominal de caráter automobilístico. Foi admitida  
no SUS de urgência, com quadro de trauma abdominal  
de caráter de urgência, que diagnosticou trauma de  
abdômen. Tratamento sintomático com analgésicos e  
antidolorificos em uso de sintomáticos. Verão, sendo acompanhada  
diariamente pela enfermagem, com evolução satisfatória.  
Paciente evoluiu com melhora clínica, com controle de  
dor e sem outros sintomas.

Do ponto de vista clínico, paciente com quadro clínico, sem  
sintomas, com boa evolução clínica, sem sintomas ou  
sinais de infecção, sem distúrbio ou sinais de infecção.

<b>Diagnóstico:</b> <u>GTPPT = 26mm 3d (DVM)</u> <u>25mm 3d USG 2T</u>
<u>25/05/17 → HMG = Utero = M. 650 / 48 = M. 12/seg = 76. / Plac = 258</u>
<u>PCR = 0,35.</u>
<u>CS = Mac = A + / Troveta = negativa / SV = 3 luas PIC</u>
<u>CHV = IGM = 0,26 (N reagente) / Rubéola IG = Reagente</u>
<u>IGG = Reagente</u>
<u>Toxo (com) = IGM = Reagente / IGM = N reag / Ant. NBS = Reagente</u>
<b>Exames:</b> <u>Rot. PE: BT = 0,63 / BD = 0,25 / BI = 0,38 / TCC = 16</u>
<u>TGP = 14 / GuAT = 0,4 / Wt = 20 / Ac Wt = 3,4</u>
<u>15/05 US 2T = P20 = 620g / EA = NL / BCF = 159 / Plac anterior</u>

<b>Tratamento Cirúrgico:</b>
<b>Cirurgia(s) Realizada(s):</b>
<b>Cirurgião(s) Responsável(is):</b>

05.802.494/0001-91  
TRACÃO CORRETORA  
DE SEGUROS LTDA

1 A JUN 2017

Rua da Aurora, nº 175, 5º andar, 6º  
andar, 1503 - CEP: 51050-010



**Condições Clínicas na Alta:**

Alta em boas condições clínicas, orientada, com  
 orientações de cuidados e autocuidado.

**Medicações e Orientações:**

1) Sintomático

2) Do Ambulatório de Fisioterapia Motora

3) Orientação Cirúrgica (Via de Porto)

Encaminhado para:	Enfermaria ( )	Data:
	Ambulatório de Egresso ( )	Data:
	Ambulatório de Especialidade ( )	Data:
	PSF ( )	Data:
	Outro:	Data:

Data:

*Paulo Antonio Coelho Castor*  
 Assinatura e Carimbo

05.802.4000  
 TRACÃO CORRETORES  
 DE SEGUROS LTDA

11 JUN 2020  
 Rua da Aurora, 175, SL 902 BL C  
 Boa Vista - CEP: 50.060-010







SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE  
HOSPITAL BARÃO DE LUCENA

HBL

### INTERNACÃO EM OBSTETRICIA

DATA: 04/05/17

HORA: 05h

CNS: 898002326913002

Atendimento: 838874

8586194 JOSEANE FRANCISCO DA SILVA

Nasc.: 21/09/1986 Idade: 30 GÊNERO: FEMININO

Cor: PARDA Escolaridade: FUNDAMENTAL SA A 8A COM

Mãe: VANDETE MARIA DA SILVA

End.: RUA LAJES

Bairro: SAN MARTIN

Cidade: RECIFE

Nº 49

Telefone: 5581985644713 S. Conjugal:

Clinica: CENTRO OBSTETRICO Leito: COB - 16

GESTA 05 PARA 02 ABORTO 02 NÚMERO DE FILHOS VIVOS 0d

PARTOS NORMAIS 00 PARTOS CESÁREAS 02 INDICAÇÃO

DUM / / IG s d (DUM) IG 26 6275d (USG CORRIGIDA de s d)

COMORBIDADES NESTA GESTAÇÃO:

PROCEDÊNCIA: ( ) RESIDÊNCIA ( ) TRANSFERIDA DE SENHA

HISTÓRICO DA DOENÇA ATUAL Paciente refere dor abdominal superior pois sofreu acidente automobilístico. Apresenta Escoriações superficiais em abdome, sem necessidade de repouso. Apresenta-se consciente e orientada e não apresenta sangramento vaginal. Refere dor a movimentações de membros.

PRÉ-NATAL (X) SIM ( ) NÃO NÚMERO DE CONSULTAS Superior Direito!

#### NOME FÍSICO

ESTADO GERAL: ( ) BOM (X) REGULAR ( ) GRAVE MUCOSA: (X) CORADA (X) HIPOCORADA J+/+4

HIDRATADA (X) DESIDRATADA J+/+4 (X) ANICTÉRICA ( ) ICTÉRICA J+/+4 (X) AFEBRIL ( ) FEBRIL °C

(X) ACIANÓTICA ( ) CIANÓTICA J+/+4 EDEMA - J+/+4 em

(X) CONSCIENTE ( ) INCONSCIENTE (X) ORIENTADA ( ) DESORIENTADA GLASGOW 15.802.494/0001-41

100 x 70 MMHG PROTEINÚRIA DE FITA J+/+4

CEFALÉIA ( ) EPIGASTRALGIA ( ) NÁUSEAS ( ) VÔMITOS ( ) TRANSTORNOS VISUAIS

(X) NEGA QUEIXAS DE IMINÊNCIA DE ECLÂMPSIA

CV FC: 72 AR FC: 24 - 28

#### NOME OBSTÉTRICO / GINECOLÓGICO

25 cm Nº DE CONTRAÇÕES UTERINAS 0 de seg em 10 min

TÔNUS UTERINO ( ) FISIOLÓGICO ( ) AUMENTADO BCF 160 bpm DESACELERAÇÕES ( ) NÃO ( ) DIP I ( ) DIP II ( ) DIP III

POSICÃO ( ) DIR (X) ESQ SITUAÇÃO ( ) LONG ( ) TRANSV APRESENTAÇÃO ( ) CEF ( ) PÉLV ( ) CÔRMICO ( ) OUTRA

TOQUE VAGINAL: COLO DILATADO NR cm APAGADO %

INSERÇÃO ( ) ALTO E MÓVEL ( ) FIXO ( ) INSERUIDO PLANO Hodge / De Lee

MEMBRANA AMNIÓTICA ( ) ÍNTEGRA ( ) ROTA ( ) DÚVIDA LÍQUIDO AMNIÓTICO: ( ) CLARO ( ) MECONIZADO J+/+4 ( ) HEMOÂNIO

TOQUE VAGINAL DE PACIENTE NÃO GRÁVIDA

#### NOME ESPECULAR

#### OUTROS ACHADOS RELEVANTES

HIPÓTESE DIAGNÓSTICA 1) Gtft { 26/2754 2) Trauma abdominal Fechado

DESTINO ( ) SALA DE PARTO ( ) ALTO RISCO ( ) COB ( ) JUTI ( ) OUTROS 3) Lesão em Perna direita?

EXAMES SOLICITADOS 1) Sólito fígado da urina anal. 3) Presença de CE.

MÉDICO (CARIMBO + ASSINATURA)





SECRETARIA DE SAÚDE



### GUIA DE TRANSFERÊNCIA DE PACIENTE

UNIDADE DE SAÚDE DE ORIGEM: Bene  
DESTINO: Banco  
SENHA: 5160688 HORA: 3:54  
NOME: Josiane Francisco de S. IDADE: 30  
RAÇA/COR: ( ) Parda ( ) Branca ( ) Preta ( ) Amarela ( ) Indígena  
GESTA: 5 PARA: 2 DUM: 23/11/17 ID. GEST.: 26,3m

HDA: Paciente obstruída, chega após acidente de carro. Queixa-se de dor na abdômen inferior, perdas vaginais. Alivia-se de posição.  
Ao exame: BCG, osso duro, queixas, transcurso de abdômen, cerviceal. AR e ACU em alt. FC: 100bpm, FR: 24ipm. ABD. gravídico, pouco distendido, utero leve e sem contração, supratend. AFU: 23cm. Outros fisiológicos, BCF: 160bpm, delação de perimetria.

EXAME OBSTÉTRICO: palpação primária em FD e FLD. E em alt. TV. Colo fechado, não PA: 100x70 DU:  $\phi$  TÔNUS: fraco BCF: 160 Sangue APRESENTAÇÃO: fechada meninge

APAGAMENTO: MEMBRANAS:  
HD: 26UTPT 26,3m (DUM) + acidente de carro +  
MOTIVO DA TRANSFERÊNCIA: dor abdominal

\* 4a. gest. EU + basílica  
simples

05.802.494/0001-47  
TRACÃO CORRETORA  
DE SEGUROS LTDA

14 JUN 2018

Rua da Aurora, nº 175, SL 902 BC C  
Boa Vista - CEP: 50.060-010

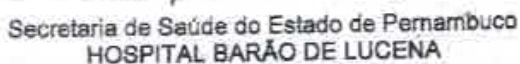
DATA: 04/05/17  
HORA: 03:54

RECIBE  
DE SAÚDE

MÉDICO







### EVOLUÇÃO CLÍNICA



Nome do Paciente: JOSEANE FRANCISCA DA SILVA Registro:

Clinica:	Cop	Letto:
----------	-----	--------

DATA	HORA	E	V	O	L	U	Ç	A	O
------	------	---	---	---	---	---	---	---	---

04/05/17	8.40h	Em. temps: DU(Φ) = ± 20" / 20'
----------	-------	-----------------------------------

CO:  $\pi$  inicial, estoque com misfalepino  
para a milicão

**Dra. Shaila Sedicius**  
Mastologia  
CRM-PE 17.459

04/05/17

Serviço Social  
Realizado acolhimento pessoal a Gestante a partir da solicitação da equipe. Gestante bastante choroosa devido da desinformação da condicional de perda das filhas e irmão. Refere que na maternidade se envolveu em atividades automobilísticas e foi remediada para esta maternidade e as filhas para o HR. Contatos familiares frequentes que refere que as crianças são felizes e repassa informações para a família. Entendo a necessidade da assistência psicológica, de modo que atue com o futuro profissional Dr. Carlos. Segue acompanhada.

05.802.494/0401-4

TRAÇÃO CORRETORA  
DE SEGUROS LTDA

14 JUN 2018

Digitized by Google

Flávio L. R. da Costa Corrêa

Assistente Social  
CRESS 40 Reg. 5147

04/05/17 9:30

#-Prunella#

Realizada exausta da pele no COR. Pele apresentava-se globalmente orientada, clorosa, com demarcação de pele Realizada, intervenções com vestes à peletope de processo esfoliativo da pele, bem como com intervenções básicas de apoio, com boa resposta por parte da pele. Seguirá em acompanhamento psicológico frequente entre intervenções.

Jose Carlos C. M. Barbosa  
Presidente Conselho  
CNPq 301/13100

04	05	17
10	10	Con

Controle laboratorial + labado com hematócrito  
que informa Hb está pronto  
desagregado multido. Hb = 10.1. Paciente  
estável. Paciente com hematócrito 5.

CD = Suspecto Jomfusa

PLF 140 hyper

Dr. Evelyn Costa  
Medica  
CRM-PL: 17603





DATA	HORA	E V O L U Ç Ã O
04.05.2019.	10:15h	<p># Plantão Cir. Geral #</p> <p># GUTPT (Nº 127 Sem.)</p> <p># Trauma Abdom. fechado / acidente auto-mobilístico).</p> <p>Paciente refere melhora parcial da queixa alérgica, ainda sendo mais intenso Ex. Fiol flâmido.</p> <p>Nega vômitos. Flatos ⊕. Evolução ⊕.</p> <p>Diurise abundante.</p> <p>Ex. Físico:</p> <p># ECO: 15. RFV ⊕. ISOLADA. S/ les. cerebral ou la mobilização de pleura.</p> <p># FC: 90 bpm.</p> <p># Abdom. flácido, doloroso à palp. (Ex. Intestino em Fiol flâmido) DB ⊕ (?).</p> <p>Ed: Drenagem clínica já que USG realizado não evidenciou qualquer líquido livre na cavidade Abdom.</p> <p>② considerar mais estudo de imagem.</p> <p>③ Aguardo ex. C.D.</p> <p>Dr. Flávio Aguiar Cirurgião Plástico CRM-PR 13365</p> <p>05.802.494/0001-41 THACÃO CORRETOIRA DE SEGUROS LTDA 14 JUN 2019 Rua da Aurora, 175, 31.500-010 Bom Vista - CEP 30.060-010 RECIFE-PE</p>
12:00		<p># COB #</p> <p>- REVALUAÇÃO: Pt refere dor + contraturas.</p> <p>BCF = 141 bpm</p> <p>DV = 2 cont. 15" / 10'</p> <p>PA = 120 x 70 mmHg FC = 92 bpm</p> <p>CDV: Monitorização interna - FETAL</p> <p>2) Aguardo 2ª dose de CB a 15:30</p>
04/05/17	14:00	<p># COB #</p> <p>Rt refere dor na MF;</p> <p>Relata ainda melhora na dor abdominal; nega contraturas; Ausculto de dor em MID.</p> <p>Rt: 160 bpm; DV P; IV: NR</p> <p>CD: Vigilância MF</p> <p>Solicito novo HMG</p>





Nome do Paciente: Josiane Francisco

Registro:

Clinica:

Leito:

DATA	HORA	E V O L U Ç Ã O
04/05/2017	15:15h	# Plantão cir. Coelho
		# Outpt (2a sem. cir.)
		# Trauma abdom. fechado (sec. acidente automobilístico).
		Paciente refere melhora da qualidade alguns abdu. / Refere desconforto com aumento da palpitação Abdu. / Presença de estresse com em região posterior do crânio / Irritação na articulação corno. posterior / náusea b. Do momento dependente, palpitação dependente.
		Ex. físico:
		- EAB consciente, orientada, eufórica e apetente
		- ECG: 15
		- SI alterado no exame da região cervic.
		- FC: 82 bpm.
		- Abdu. glândula, algo colorado e palpável (principalmente em flanco d. f.i.). DB ⊕.
		- No crânio região posterior / glândula d. art. corno. posterior d.
		# USG: SI alt.
		# Hb / Ht (04/05/17) 10,1 / 30,2 leuco: ( " ) : 20.490 (80% seg.)
		cd: ① Vigilância eliminada
		② Considerar avaliação da vitropia.

Dr. Flávio Antunes  
Cirurgião Plástico  
CRM-PE: 19365



DATA	HORA	E V O L U Ç Ã O
04/05/12	18:10	<p># COB #</p> <p>- RESUSCITAÇÃO PER PERDA AUSCULTA DO HF.</p> <p>BCF = 157 BPM</p> <p>D.U = A. USUANTE <math>\phi</math></p> <p>FC = 80 BPM / PA = 100 x 60 mmHg</p> <p>10: 1) AGUARDO COLHER FARMACIA SOLICITADO NO INÍCIO DA TARDE</p> <p>2) VIGILÂNCIA INTERIO-FETAL.</p>

# Angie Jones

2. Ist. c/ Kristalle der  
Ged. aufzufinden  
bei 100 g.

= l'absence de données relatives à l'impact de l'activité sur l'environnement.

= handle skt. ID: 12 & FO  
 FE: 100%

= White powder, o, dr e  
triposito e form itruas.

Don't mention I am  
the first to do it.

140: Trans L BAC

ad  $\textcircled{1} \text{ } h_f/h_c$

F  
PROG. *Dr. J. J. J.*

more last night. Broken & full - 1/10/1941,





Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco  
HOSPITAL BARÃO DE LUCENA

## EVOLUÇÃO CLÍNICA



Nome do Paciente:

Antônio Francisco da Silva

Registro:

Clínica:

Leito:

DATA

HORA

E V O L U Ç Ã O

05/05/17

# Cúrcia fúnea

00:30h = paciente muito febril.  
PA: 160 x 70 mmHg.

- Identificou a Anestesia Anterior

Fez R. L. de punção no 2º

torax. Não identificou dor.

= Não há RHM no 1º torax

à direita. Forf. cutâneo no 2º, 3º,

4º e 5º havia urticária.

Não de urticária. Forf.

cutâneo 1º torax - urticária. A

RHM no 1º torax à direita.

Disfunção 1º torax de M. Anterior

cutâneo no 1º torax 03.

Em visita da estomatologia

lesão de língua de 1º torax,

1º torax, RHM de

1º torax e 2º torax

1º torax 1º torax 1º torax

1º torax 1º torax

1º torax 1º torax 1º torax

Dr. Marcos S. Silva  
CRM 12345









Nome do Paciente: SOSEANE FRANCISCA DA SILVA

Registro:

Clinica:

Leito:

DATA HORA E V O L U Ç Ã O

05/05/17

# COB#

10:20 - CONVALAGÃO: Per referendo por melhora à @ e  
↓ KKK FETAL.

AO EXAME:

GLF = 150 BPM

D.O. 0

PA = 110 X 70 mmHg

- CD: 1) Fazer 2º FASO 1/504, 1/200 Betametazona po  
400 mg 1x ao dia  
2) VIGILANCIA MATERNO FETAL  
3) RMN  
4) AO ALTO RISCO

05.802.494/0001-41

TRACAO CORRETORA  
DE SEGUROS LTDA

1 A JUNI 2019

Rua da Aurora, Nº 174, SL 902 BL. C

Boa Vista - CEP: 50.060-010

RECIFE-PE

NOTIFICAÇÃO DE Ocorrência de Danos  
ao Paciente e/ou ao Profissional  
de Saúde - Formulário de Registro  
de Ocorrência de Danos ao Paciente e/ou ao Profissional  
de Saúde - Formulário de Registro de Ocorrência de Danos ao Paciente e/ou ao Profissional de Saúde

CIRURGIAO:

Mantido contato c/ Dr. MARCOS SINDFELD,  
que está de plantão hoje no H.R. e passar  
o caso para a Ortopedia, que irá receber a  
paciente. ENCAMINHAR COM SENHA PARA A  
ORTOPEDIA - H.R.

Dr. Domingos S. de S. Coutinho  
CRM 5963 - Cirurgião  
R.C. 126579304-25

05/05/17 - 14:30

Serviço Social  
Paciente encaminhado para o H.R. com  
acompanhante.

Realizado acalimamento social.  
Paciente sente-se bem, sem desconfortos, para  
o H.R. - fornecido o telefone do sobrinho  
Alexandro para contato: 984780915, para  
providências, com acompanhamento durante  
transferência.

Tramite de encaminhamento para a Dama - 985549830

Assinado





DATA: HORA:

E V O L U Ç Ã O

05/05/17  
20:55h.

Ortopedia

Paciente de acidente de carro, envolvendo HBL, solicitando parecer de ortopedia, para o tratamento das dores na base da coluna. Exame físico: sem sinais de trauma. Exame de radiografia: sem alterações. Exame de ressonância: sem alterações.

CD: Como paciente de acidente de carro, envolvendo HBL, solicitando parecer de ortopedia, para o tratamento das dores na base da coluna. Exame físico: sem sinais de trauma. Exame de radiografia: sem alterações. Exame de ressonância: sem alterações. Além de referir-se a hérnia de disco de ortopedia.

Dr. Henrique M. Costa  
CRM 100352  
Medicina Especialista  
Ortopedia - Cirurgia

05.802.494/0001-11  
TRACÇÃO CORRETORA  
DE SEGUROS LTDA  
14 JUN 2017  
Rua da Aurora, 175, SL 907 BL. C  
Boa Vista - CEP: 50.060-010

05/05/17  
22h

# ATU

Retorno do paciente do HBL após avaliação da Ortopedia. Paciente apresenta dor na base da coluna + desconforto respiratório (sem cateter). Nas últimas semanas, apresenta dor na base da coluna + desconforto respiratório, cateter, em outros sintomas.

# CD:

- 1. Deixar clarear (com) + cateter (14L/min) + analgesia fixa
- 2. Causar COB (na coluna, na coluna) na base da Ortopedia. Deixar em um sem sinais de dor, clínicos da base da Ortopedia COB na coluna.
- 3. Solicitar HBL, na base da Ortopedia.
- 4. Visitar clínicos

Dr. Milena Costa  
CRM 24932

05/05/17 22h10

Em tempo. No HBL entrei em contato com a equipe de ortopedia (Proctologista do HBL do HBL). Ela me informou que a paciente já estava em contato com a Ortopedia do HBL para o tratamento das dores na base da coluna. Além de referir-se a hérnia de disco de ortopedia.

Dr. Milena Costa  
CRM 24932





Nome do Paciente:

Siem Hansen de Silva

Registro:

### Clinica:

Leito:

DATA
------

HORA

E V O L U C Ã O

1

22:3

Phyllis Mervyn L.

BY

15

[illegible]

Ryan

05/05/17 23:40 Entfernung

Gerante refere dor no local lateral  
cabeça, e apresenta frequência de urido  
na lateral, sendo muito limpo e clorido  
Alcool 70% + AGU, mas com um resumo  
pequeno frequente.

Casey Calhoun, Vancouver  
Entomologist  
COREN 84201

05.802.494/0001-43  
TRAÇÃO CORRETORA  
DE SEGUROS LTDA

1. JUN 2018

Old OS/12	110 90
-----------	--------

# AR #

# Preliminares (voluma de acide de carne real, etc)  
 $TL = 26 \text{ s } 2d / 2206d$  (V362205d)  
 Fratura de acetabul o en tratamiento conservador  
 $CF = 2 \text{ doras OK}$

# Em uso de 3o modelo Fixo

$$\# \Delta PA = 100 \times 60 / 120 \times 70 / 110 \times 70 / 110 \times 70 / 100 \times 70$$

$$\Delta E = 36.8 / 36.5 / 37$$

FCN

# Refere diminuição de HF, Noz. sangrentos no pulm. vagina,  
BEF = 157 bpm

EF: EOB, ~~dispare~~ disparecencia leve en uso de coléter







Nome do Paciente: <u>FRANCISCO DA SILVA</u>		Registro:
Clínica:		Leito:
DATA	HORA	30 anos
08/05/18	8h	E V O L U Ç Ã O
		GSP2A2 # AR #
		# GUT - 26x44 (DUM) 23x44 (USG = 22x54)
		# Politrauma (Acidente automobilístico)
		+ Fratura de costela (em T6 com fratura)
		Em uso - Sintomáticos
		Alívio
		DE: 120 x 80 / 120 x 80 / 120 x 60 / 100 x 60
		36.136.4 / 36°C
		Paciente ainda se queixa de dor em região lombosacral e dor femoral direita. No entanto já consegue mudar o lado da dor = esquerda. Refere dor há 5 dias. Não dorme, vomita, perda de apetite, febre, tosse.
		Exame: EGA, Lombos, esquelética, supracostais, abdominais.
		ACV: RCR em 21 e 21 PA 6/5 PA = 120 x 60
		AR: MV (+) em AMT SRA. FCF 24
		HR: 148 bpm, taquicárdico, endolateral, hipertrofia ventricular esquerda. RHA hipertrofia
		HF = (+) flacos (+)
		DV = 0
		06/05
		# Exame 04/05
		USG Obst: Peso = 509g
		BCF = 173
		IA = NL
		placenta anterior
		IG = 22x6
		05/05
		56B
		130
		NL
		PA
		22x5
		UA = 18
		Créat = 0,5
		Kc = 136
		K = 3, +
		el = 104
		04/05 HMB - WBC = 20.490 / HB = 10,1 / Hg = 80.60 / RT = 9
		plac = 129
		Cond 1) Suspeita nova Rotina
		2) Suspeita W + Urina
		3) Fato favorável para a natureza sobre o dia 4
		4) Presença de infecção
		5) Suspeita de infecção
		Dr. Daniel Cavalcanti
		CRM-PE 23506
		CRH 33506





DATA 09/06/14 HORA 8h10 30a E V O L U Ç Ã O # AR #

# HD 1) GUT-26A4d (DUM) 23/04 (USG = 2205d)  
 2) Politeamia (Acidente Automotobilístico)  
 3) Fratura de Cefalíbulo (em Tto Conservador)

# Em uso: Sintomáticos

Flexão / olho lateral  
 # DE: 100x40 / 100x40 / 100x80 / 100x80  
 T- 35/37 / 37/12 / 37/5

Paciente evoluiu quando com dor. Restrito ao leito.  
 Refere um tipo de dor há 6 dias. Se queixa que  
 apertar de polígrafo há 3 dias mas nenhum dolo  
 reativa. Não dorme, tosse, febre e outros  
 sintomas

# Ao exame: EGR, consciente, orientada, eupneica,  
 oxível

PCV PCR em 2T e 1NT SIS. PA = 100x40

AR: 100x40 em AHT 5/24. FG = 84

AN: fratura, tosse, fútil, indolente

ECF = 148

HF = 0, 1, 2, 3, 4, 5

DU = 0

hipertensão por uso de uso. RHA  
 hipertensão

# Examen: Hb = 17.420 / BT = 2 / 84 = 83

Plac = 124.400

PCR = 1.60 / BT = 0.63 / BD = 0.26

BT = 0.17 / TGO = 17 / TGP = 20

Creat = 0.3 / DHL = 357 / W = 16 / ACW = 3.2

1) Repetir USG dia 13/05

2) Adquirir su + urocultura.

3) Chamar plantar a intercorrência

4) Exame físico  
 de rotina

Dr. Diego Cavalcante  
 CRPPE 23506

Segue em uso de cloroformo  
 e ponto o monitoramento da  
 dose por monitoramento  
 de rotina.

03/05/14 20:55

# Plano #

Chamado para avaliar paciente com queixa de  
 dor, febre e ausência de menstruação. Faltou  
 ECF, mas com o diagnóstico de febre.

PA: 100x80 mmHg  
 consciente, orientada, eupneica, afebril.

Dr. Roberto Sampaio, Dr. Roberto Sampaio, Dr. Roberto Sampaio  
 e outros. Monitoramento e tratamento.

Dr. Fábio Mendes  
 Médico  
 CRM: 22.532







Nome do Paciente:  
Clínica:

Marina Francisco de Souza

Registro:  
Leito:

DATA	HORA	30a	E	V	O	L	U	Ç	Ã	O
10/05/17	8h	GSP2A2	#	AR	#					
		# GUT - 26,15d (NH) / 23,12 (USG = 22,5d) # Poltrunco (Acidente automobilístico) # Fratura de Cefalô (em Tto conservador)								
		# Exm uso: Sintomático # De: 100x100 / 100x80 / 100x60 / 100x40 T: 36 / 35 / 36 Paciente pequena estatura ao parto. Refere forte dor em quadril, acamamento, no entanto já melhora com mobilização devida ao decesso do líquido.								
		Ao exame: EGB, comente, eusintado, eupneia, apnéia. ACV: PCR em 25 q1 BNF S/S - PA = 110x70 AR: MUD em AHT S/RA - FC = 84 Hid: gravídico, form fisiológico, líquido, histeroamniótico BCF = 144 (+) S/ Dias MF = (+) DU = 0								
		Ed: 1) Aguardo USG dist. 2) Aguardo W + urina. 3) Distúrbio de equilíbrio 4) Sólido torácico 5) Ressonância								
		09/09/17 HMB - Lúmen = 12.490 Seg = 10 BT = 0 Preg = 130 HB = 10,2								
10/05/17	8h	30a	#	AR	#					
		GSP2A2	#	AR	#					
		# GUT - 26,6d (NH) 23,13d (USG = 22,5)								
		# Poltrunco (Acidente automobilístico) # Fratura de Cefalô (em Tto conservador)								
		# Exm uso: Sintomático / elexone # De: 100x60 / 100x40 / 100x20 T: 36 / 36 / 36 Paciente pequena com mais mobilização. Refere forte dor ao parto. Nega evacuações há 8 dias. Ao exame: EGB, comente, eusintado, eupneia, apnéia. ACV: PCR em 25 q1 BNF S/S / AR: MUD em AHT S/RA Hid: Gravídico, form fisiológico, líquido PA = 100x70 / BCF = 136 / MF = (+) / DU = 0								
		# Exames: Toxo IGH = NR IGG = REAG. Anti HBS = REAG. Rubulosa = IGH = NR IGG = REAG.								





DATA HORA E V O L U Ç Ã O

11/05/19

Continuação

Bot. BT = 0,63 Gnat. = 0,4  
BD = 0,25  $u_1 = 20$   
BI = 0,38 Ac. W = 3,4  
TGO = 16  
TGP = 19

1) Aguarda USG. Obst. (S1 e feto)

2) Aguarda Pacquimica

3) Soluções W + uso de...

4) Prognóstico Faltat. erro

Dra. Denise Cavalcante  
Médica  
CRM-PE 23506

12/05/19 10h39

\* Exame físico: Lumbosacral, dor no abd. 10001-41  
\* Toque retal - Fígado na ampola.

Dra. Denise Cavalcante  
Médica  
CRM-PE 23506

Tratamento Niskatuna 18 JUN 2019

TRACAP CORRETORA  
DE SEGUROS LTDA

Rua da Aurora, nº 175, SL 502 BL. C  
Boa Vista - CEP: 50.000-010  
RECIFE-PE

13/05/19 15:15

# Psicologia #

Realização de exame com a finalidade de avaliar a evolução da dor no abd. bem como a evolução da condição da criança. Não houve alterações, nem em exames realizados, nem em procedimentos realizados. Resultados satisfatórios, sem mais.

12/05/19

7h40

30a  
GSP2A2

# AR #

Dra. Denise Cavalcante  
Médica  
CRM-PE 23506

# BUT PT - 27,5 (OAH)

23,41 (USG = 22,5)

# Politeia na (Acidente automobilístico)

# Fim de abd. (em 1to. momento)

Em uso: Sintomáticos / Lixos

# DE: 100x60 / 100x60 / 100x60 / 100x60 / T-34/36/34,7°C  
paciente evolui com melhora da dor do momento  
Lix. Nega outros queixas, evolui após lavagem intestinal  
Ao exame: EGB, comente, eventado, suposto, apênd.  
ACU BCR em 2T e 1BNF S/S / AR: MUI em AT S/S  
PA = 100 x 60  
BCF = 140  
MF = ⊕  
W = 0

send: 1) Aguarda W + uso de... (soluções novamente)

2) Soluções USG. Obst. ta 13/05

3) Vigilância trat. kkl

Dra. Denise Cavalcante  
Médica  
CRM-PE 23506

COO HIL 1 04 063 BL 100732m² AHN MAIOB8 RE-ACG







Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco  
HOSPITAL BARÃO DE LUCENA

# EVOLUÇÃO CLÍNICA



Nome do Paciente: Jostene Francisco de Silva

Registro: 8610295

Clinica: AR

Leito: 501-3

DATA: 13/03/17 HORA: 06:50 E V O L U Ç Ã O # AR # 30 anos GSP2A2

# HD ① GUT PT - 271cm (DUM)  
23mm 5d (USG - 2015d)

② Politrauma (Acidente automobilístico)

③ Fratura de acetábulo (em tratamento conservador)

# Em uso: Claxone 60mg/dia / Sintomáticos

# DE: At = 35,6° - 36,2°C

PA = 90 x 60 / 100 x 60 / 100 x 70 / 100 x 60

# Paciente Hgt. presença miccional há 1 dia. Nega febre, náusea, vômitos e dor em baixo ventre. Diurico e evacuações presentes.

# Ao exame: EGB, consciente, orientada, febre 36,2°C, hidratada, hiperocula (+/ur), pupila.

ACV: PA em 2T, DNF, 120/80. FC = 96 bpm. PA = 100 x 60 mmHg

AR: MV ① em ANT, SRA. PR = 18 lpm. JVD = 97% em A.A

USG: Abdomen quadrante, base foveolado, indol, DU - p, MFB, BCF = 132

Dra. Raphael Rios

# Conduta: ① Aguardo SV + urocultura

② Jofineito USG obstétrica

Dra. Vanessa Freitas  
Ginecologia / Obstetrícia  
CRM 15359

14/03/17 11:30

\*AR\*

① GUT PT 272 sem (DUM) / 23,6 sem (USG 22,5 sem)

② Politrauma (Acidente automobilístico)

③ Fratura de acetábulo em TIO conservador

Em uso de: 1) Claxone + sintomáticos

DE: PA: Dorso / Dorso / Dorso / Dorso

T: 36/36 / 35,8

Paciente queixa-se de dor, nega outras queixas

Ao exame

- EGB, consciente, orientada, corada, hidratada, febre

- ACV: AR: 120/80 FC: 112 FR: 24 PA: 110/70

- Abdomen: Semi-doloroso, indol, DU - p BCF 152

Conduta: 1) Aguardo SV + urocultura e USG obstétrica

05.802.494/0001-41  
TRACAO CORRETORA  
DE SEGUROS LTDA

11 JUN 2018

Rua da Aurora, nº 175, St. 902 BL C  
Praia de Faro - CEP: 50.060-010  
RECIFE-PE

15/03/17

9h

30 a

# AR #

GSP2A2

IG = corrigida

# GUT PT - 24mm 3d. (DUM = 25/11/2016) / 24mm 1 (USG = 22,5)

Politrauma (Acidente automobilístico)

Fratura de acetábulo (TIO conservador)

Em uso: Claxone + Sintomáticos

DE: 100 x 60 / 100 x 60 / 100 x 70 / 100 x 60

T = 32°C

Paciente continua queixa de dor. Evacuações normais, nega náusea, vômitos e dor em baixo ventre, corrige febre em pós. Nega outros sintomas.

Ao exame: EGB, consciente, orientada, eufórica



DATA HORA E V O L U Ç Ã O

16/05/20

ah

(Continuar)

Atividade: Corrida, subida

ACU: PCR, em 21 e 1 BNF S/S PA = 120 x 70 mmHg

AR: 4VU em ANT S/PA.

Aud: Gravidez, termo fisiológico, molar

Opresenta fenda com abertura superior  
irregular, 2cm de extensão, superficial  
com tecido de fibrina e sangue escuro.

BCF = 148 bpm

DI = 0

MF = (+)

13/05.

3 linhas PIC Nitido

Ed: Aquando 10 + brucina

2) Aquando

IG = 23,4

EA = NL

BCF = 156

peso: 620g

Dra. Deise Cavalcante  
Médica  
CRMPE 23506

05.802.494/0001-11  
TRACÃO CORRETORA  
DE SEGUROS LTDA

16/05/20

7h

3Da  
GSP 2 A2

# AR #

# GUTPT - 24A4 (DM-25/11/16)  
24A2 (USG-22A5)

Poli trauma (acidente automobilístico)

Fratura de orelhola (TTO expandida)

# Tem uso: Rixona + Sintertrifus

# DE: 120 x 50 / 100 x 20 / 100 x 20

T: 36 / 35,4 / 35,2°C

Paciente evolui com melhora da dor ao  
movimento. Nega outros sintomas.

# Ao exame: EGB, levemente, oventada, supracor,  
apical.

ACU: PCR, em 21 e 1 BNF S/S. PA = 100 x 70 mmHg

AR: 4VU em ANT S/PA.

Aud: Gravidez, termo fisiológico, molar

BCF = 144 bpm

DI = 0

MF = (+)

Ed: Aquando voluntária.

Mônica Dra. Deise Cavalcante  
Médica  
CRMPE 23506

14 JUN 2020  
Rua da Aurora, 1175, St. 902 Bl. C  
Rio Vista - CEP: 50.060-010  
RECIFE-PE







Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco  
HOSPITAL BARÃO DE LUCENA

## EVOLUÇÃO CLÍNICA

HBL

Registro:

Leito:

Nome do Paciente: JOSEANE FRANCISCA

Clinica:

DATA HORA 30a E V O L U Ç Ã O

17/05/16 9h GS P-A2 (PC) # AR #

# GUT PT - 24/15 (DUM - 25/11/16)

24/02 (USG - 22/13)

# politomia (ocidente automobilística)

# Fratura de orbita (trauma)

Em uso: Lexone + Sintomáticos

DE: 120 x 70 / 120 x 80 / 120 x 60 / 90 x 60

T: 36,4 / 35,4 / 36,0

Paciente evoluiu com melhora clínica, ainda pequena restrição do auto, dep, já consegue ficar de pé. Ao exame ECR, comente, insubstancial, supracilada, apical.

ACU: RCR em 2T e 1BNFSIS PA = 110 x 70

AR: MUV em ARTS 1 PA 50% de 90°

AR: 100% de 90°, tem fratura, indolente

Fim da supracilada (pós trauma) em uso.

BCF = 144

DU = 0

HF = 1

Cond: Ag. uso clínica

Monte de

Relato apais de fratura

Dra. Milena Lordeo Pereira

Medica CRM 24932

18/05/16 9h

30a GS P-A2 (PC) # AR #

# GUT PT - 24/16 (DUM 25/11/16)

24/03 (USG = 22/15)

# politomia (ocidente automobilística)

# Fratura de orbita (trauma)

Em uso: Lexone + Sintomáticos

DE: 100 x 80 / 100 x 70 / 100 x 70 / 100 x 70

T: 35,1 / 36 / 35,8

Paciente evoluiu com melhora da dor, ainda tem restrição de auto, ora marcha. PUC 0.

Ao exame ECR, comente, insubstancial, supracilada, apical.

ACU: RCR em 2T e 1BNFSIS AR: MUV em ARTS

AR: 100% de 90°, tem fratura, indolente

BCF = 144 HF = 0 DU = 0

Ed: 0. Apais de fratura

Apais de uso clínica

05.802.494/0001-43

PRAC. CORR. DE SEGUROS LTDA

14 JUN 2016

Rua da Aurora, nº 175, SL 902 BL C

Boa Vista - CEP: 50.060-010

RECIFE-PE



DATA	HORA	20	E V O L U Ç Ã O
19/06/14	7h	GSP2A2 (PC) + AR +	
		4 GUTPT - 25/10/16 (DUM 25/11/16)	
		24/10/14 (USG = 22AS)	
		# Politrauma (Acidente automobilístico)	
		# Fratura de acetábulo (Tto conservador)	
		# Em uso: Olexone + Sintomáticos	
		DE: 100x100 / 100x100 / 100x100 / 100x100	
		T: 35,8 / 36,5°C	
		Paciente evolui com melhora clínica. Correção feita em pé e das pernas.	
		# Ao exame: EGB. Consciente, orientada, eufórica, oxível.	
		ACV: RCR em 2T CI BNF S/S. PA = 100x40.	
		AR: MVD em ANT S/D.	
		Md: grávida, tons fisiológicos, umbilical.	
		Escolha de supro umbilical em ultrassom.	
		BCF = 144.	
		MF = ⊕.	
		OU = ⊕.	
		13105.	
		urgência = reposta	
		cond: Aguardo Apoio da fisioterapia	

Dra. Denise Condante  
CRM 23.306

05.802.494/0001-43  
IRACÃO CORRETORA  
DE SEGUROS LÍQUIDA

14 JUN 2018

DATA	HORA	20	E V O L U Ç Ã O
20/06/17	08:00	AR +	
		HD 1) GUTPT 26/sem (DUM) / 24/5 sem (USG 22,5 sem)	
		2) Politrauma (Acidente automobilístico)	
		3) Fratura de acetábulo (tratamento conservador)	
		Em uso de: 1) Sintomáticos	
		DE: PA: 100x100 / 100x100 / 100x100 / 100x100	
		T: 35,1 / 35,6 / 36,2	
		Paciente sem queixas.	
		Ao exame	
		- EGB: consciente, orientada, corada, hidratada, afébril	
		- ACV: M: sl. alb. FC: 92. FR: 24. PA: 110x70	
		- Abdom: Gravídico, indolor, ru. p. BCF: 148	
		conduta: 1) Aguardo apoio da fisioterapia	

Marcos Tenório  
CRM 23.306







Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco  
HOSPITAL BARÃO DE LUCENA

## EVOLUÇÃO CLÍNICA



Nome do Paciente: Josiane Francisco da Silva Registro: 8610295  
Clínica: \_\_\_\_\_ Leito: 501-3

DATA	HORA	E V O L U Ç Ã O
23/05/19	08:45	# AR # MD: 1) GUT PT 25sem 2da (DUM) 24sem 6da (USG 22,5sem) 2) Politravma (acidente automobilístico) 3) Fratura de acetábulo Em uso: claxone + sintomáticos APA: 110x70/100x60/100x50/100x70 AT: 35,8/36,4/34,9 Paciente assintomático Ao exame: EAB, corados e globul/edema de MMII +/4+ DU = <input checked="" type="checkbox"/> RIF: 148 bpm PA: 100x70 Cond. Coluna claxone em pólio no serviço, substitua p/ Liqueurina 0,25mg 12/12h
23/05/19	8h40	3da # AR # GSPAZ (PC) # 1) GUT PT - 25a 3d (DUM) 25a (USG 22,5sem) 2) Politravma (acidente automobilístico) 3) Fratura de acetábulo Em uso: Liqueurina 5.000mg Sintomáticos DE: 100x70/100x60/90x60/100x60 T: 35/36,4°C Paciente evolui assintomática. Refusou de 90 dias de internar, não para com mais de 90 dias Ao exame: EAB, corados, globulados, suprimidos, edema. ACV: PCR em 2T e 1 BNF S/3. PA = 100x70 AR: MU(+) em AYT S/1 RA. FC = 84 Ad: gravidez, term. fisiológico, em 3da Exon. para em 1da em claxone 200mg RIF = 144 nF = (+) DU = <input checked="" type="checkbox"/> Ed: 1) frequência após da fisioterapia 2) paciente pouco de edema p/ ovário de 1a.

05/802-494/0001-41  
TRACAO CORRETORA  
DE SEGURANÇA LTDA

18 JUN 2019  
Rua da Aurora, 1475, 51.902-001  
Boa Vista - EP-50.060-010  
CEPEPE

Dr. Denise Cordeiro  
CRM: 12.862











Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco  
HOSPITAL BARÃO DE LUCENA

# EVOLUÇÃO CLÍNICA



Nome do Paciente: Jonas Troncoso  
Clínica:

Registro:  
Leito:

DATA: 24/05/17 HORA: 9h 30a E V O L U Ç Ã O  
GSPZAZ # AR #  
# GUTPT - IG = 25,5d (DUM)  
25,2d (USG = 2T)

# Politrauma (acidente automobilístico)  
# Fratura de acetábulo (em Tto conservador)  
# Em uso: heparina 0,50 mg/dia (5000UI)  
# DE: 100 x 40 / 100 x 40 / 100 x 40 / 100 x 60  
T: 35,2 / 36,4 / 34,2°C

Paciente evolui clinicamente bem, com diambulação ativa sob suporte. Regressão no movimento de outros membros. Segue em acompanhamento fisioterapêutico.  
# Ao exame: EGB, consciente, orientada, eupneica, afébril.

05.802.494/0001-41  
TRACÃO CORRETORA  
DE SEGUROS LTDA

11 JUN 2018

Rua da Aurora, nº 175, SL 802 BL C  
Rua Vista - CEP: 50.000-010  
RECIFE-PE

ACV: RCR em 2T e 1BNF SIS. PA = 110 x 60 mmHg.  
AR: MV ⊕ em AIT 5/12. FC = 74 / FR = 18  
Méd: gravídico, tons fisiológicos, íntegros.  
BCF = 148 bpm DU = ♀ HF = ⊕.

el. ④ Oquerda avanço da Ortopedia

Dr. Deise Gonçalves  
Médica  
CRM-PE 23506

24/05/17

Finalização Motora  
Paciente consciente, orientada, colaborativa, sem sinais de dor, diambulando com auxílio de bengala, claudicando.  
Cd: Ortopedia, exercícios MMII  
Treino de marcha

Grigore Perez  
Fisioterapeuta  
CREFITO 50317-F

25/05/17

9h 30a GSPZAZ # AR #

# GUTPT - IG = 25,5d (DUM)  
25,5d (USG = 2T)

# Politrauma (acidente automobilístico)  
# Fratura de acetábulo (em Tto conservador)  
# Em uso: heparina 0,50 mg/dia (5000UI)  
# DE: PA = 100 x 60 / 100 x 60 / 100 x 60 / 100 x 60  
T = 35,6 / 36 / 35,8 / 36°C

Paciente evolui bem quixos. Diambula com ajuda. Eucálica ⊕. Dureza ⊕

# Ao exame: EGB, consciente, orientada, eupneica, afébril ao toque.

ACV: RCR em 2T e 1BNF SIS. / AR: MV ⊕ em AIT 5/12  
Méd: gravídico, tons fisiológicos, íntegros.  
RCF: 144 / HF = ⊕ / DU = ♀





DATA	HORA	E V O L U Ç Ã O
		pt. grande

EVOLUÇÃO

10. Pesquisa enviada da Ortopedia  
(Foi contato com a central de luto  
fale com Dra Tatiana, a quem vai liberar  
senha para interconsulta, alegando que o caso  
na configura urgência.).  
Foi contato direto com o tramo DR  
fome - 31815473, a interconsulta prosseguir  
que os ortopedistas estão aguardando.  
Solicitemos que se givemos a todo. Pl  
Tenho novo contato.

Com Tempo: Ruínas em Tempo, dig. foi  
formado a partir (pela CCEM do Brasil)  
de uma hierarquia pontua de  
RPG. (acirtokeet), resistente a  
Hirapren.

Plano ① Relato a enfermagem isolando com  
contato uma enfermagem por tempo:  
a infecto. Relato que a mesma sugere no momento  
② Relato HMG + PCR Dra. Deseleante  
# Infectologia CRM - PE 9.506

Solicitação para a reunião com a comunidade em 16/05/11, MB relata que não solicitou reunião nesta data. Aproveitando o momento.

Pacientă clinicamente bună, prezentată la un consult de susținere  
parodontală după accident auto. Antecedente.

Q. 12) Present a possibility of space in a party.

Catarina Tenório  
Médica Infectologista  
CRM 14.128

1 JUN 2008

Rua da Aurora, nº 175, Sl. 902 Bl. C  
Boa Vista - CEP: 50.060-010  
RECIFE-PE



Nome do Paciente: Joacore, Francisco da Silva

Registro: 8610292

## Clinical

Leito: 501 - 3

DATA	HORA
------	------

E V O L U C I O

25/05/17

Fisioterapia Motora  
 Paciente consciente orientada, colaborativa  
 sem sujeitas, no momento. Deambula  
 claudicando com uso de bengala.  
 Col. exercícios ativos em MII  
 treino de marcha  
 orientações:

Sanone Perez  
Fisioterapeuta  
CREFITO 50317-F

$$\begin{array}{r} 26 \\ 05 \\ \hline 12 \end{array}$$

gh

30 a

65P2A2 # AR #

# GUT PT - IG = 26 ~~serp~~ (NM)

25 June 4d (VSG = 2T)

podtvarma (25 km 4d (VSG = 2T)  
(o dote auto mobilistov)

fratura de antebraço (em tto. comurcada)

# Farmaco: Levamisole 0,50 mg / ca

$$DE: 110 \times 70 / 100 \times 60 / 100 \times 70 / 110 \times 70$$

t: 35,8 / 36,3 / 36,3

Paciente possui clonamente com sem quistos.

As exerce: EGB, Lencente, overledo, Luperuca,  
akive

ACV: RCR m 2T Q1 BNF 1515 PA = 100 x 40

✓ AR: MW ⊕ pm 4yr SIDA. FC = 68

Ans. Gravidade, forças físicas, indolência

$$BCF = 144$$
$$MF = \oplus$$
$$A \cup \emptyset = A$$
$$25/05 - PCR = 0,35$$

Ed: Brandon HMG.

② Fazer contato com a cabeça do HR, falar com, gerar entusiasmo que entusiasme quem os 4 antropólogos estão em língua. Voltar a ler a tarde.

Dra. Denise Cavalcante  
Médica  
CRM - PR 23.506

Q450

Em tempo: Reforço meu - estar seguindo as diretrizes emitidas, com muita leveza dos sentimentos. Com tempo assimto mais faz amor a cada dia a cada hora do dia da manhã

Dra. Rose Compagno  
CRM - FL 3.604





DATA	HORA	E V O L U Ç Ã O
26/05/17		<p><u>Simotomografia Motora</u></p> <p>Paciente consciente, orientada, colaborativa, sem queixas, no momento. Desobediência com auxílio de bengala claudicando. Iteixeira de um membro da esquerda ao descer as escadas e peso do corpo em HTP. Col: exercícios ativos em HNT. Truque de marcha e Orientação.</p> <p>Simone Peres Fisioterapeuta CREFITO 30317-7</p>

27/05/17 10h		<p><u>#AR#</u></p> <p>- HD: 1) GUTPT 26x10 (DUM) / 25x5 Sol (USG 2T)</p> <p>2) Politrauma</p> <p>3) Fratura de acetábulo</p> <p>- EM US: líquido livre</p> <p>- DE: APA: 80x60 / 90x60 / 100x80 / 90x60</p> <p>- Paciente sem queixas no momento</p> <p>- Ao exame: ECG, consciente, orientada, supine, com dor</p> <p>- AR: AEN 140x100; PA: 100x60, FC=100</p> <p>- ABD: gravídico, tonsus fisiológico, MTF+, BCF=128, DUG</p> <p>- EXT: Pedalares, pulsos+</p> <p>- Col: 1) Risco Hmg: Hb=11,2 / Ht=33,6 / Lmc=11650</p> <p>2) Aguarda avaliação ortopédia.</p> <p>Mariana Roma Médica CRMPE - 24670</p>
-----------------	--	---

28/05/17		<p>HD: 1) GUTPT 26,2cm DUM / 25,3cm USG 2T</p> <p>2) Politrauma e fratura de acetábulo</p> <p>em US: líquido livre 5000 12/12h</p> <p>Paciente sem queixas PAV @. Melatarre @</p> <p>Ao exame</p> <p>ECG supine, esada</p> <p>PA: 110x70</p> <p>Utero gravídico, tonsus fisiológico</p> <p>BCF 148bpm</p> <p>DUG</p> <p>ad Aguarda avaliação da Ortopédia</p> <p>Dra. Vivian Medeiros Médica CRM 18708</p> <p>05.802.4347 TRACAO COLETORA DE SEGUROS LTDA</p> <p>14 JUN 2017</p> <p>Rua da Aurora, Nº 175, SL 902 B6 C Bom Vista - CEP 50.050-010 RECIFE-PE</p>
----------	--	---





Nome do Paciente:

Agnora Flo da Silva

Clinica:

Registro:

Leito:

DATA HORA 30 anos E V O L U Ç Ã O

29  
05  
17

9h

GEP2A2

# 1R #

# GUTPT = IG = 26mm3 DM

25mm3 USG 2T

# Polihemia el tataru de Gekibulo (Tto cominuado)

# Em vas: liquorrhea / Nistatoma

# Em vas: 100 x 60 / 100 x 60 / 120 x 80 / 100 x 60

T: 36 / 37°C / 36,2°C

paciente gravemente desidratado, sem, sem, sem, sem.

As ex ore: EGB, cominuado, eventada, suppurada, opulenta.

ACU: PCR em 2T a 1BNF S/S. PA = 40 x 40.

AR: MU e em AHT SIRA.

Alv: gauruau, term, pndolo'au, indolente.

BCF = 144

MF = 0

Gu = 0

Hemo girona (25/05) - Lmo = 11.650

HB = 11,2

plag = 258

BT = 0

Perid: Entro em contato com o fuma apaa  
Falo com ecilia eua via focal que enterra  
que todos charretas este apnando.  
Haleu, amputante pelae do muu esta  
fentando contato com entorx dnta pndota  
do muu na pndota de ltraca do  
pouu.

Dra Daise Canalicante  
Medica  
CRM PE 23.506

29/05/17

MAGNA e KNOU  
ESTIVER NA TONIA  
MAGNA TER GUBI (20)  
DE ALO ONOORU  
ORIENTACAO DI CELAR

Dr. Sergio Pedina P. Pinto

CRM 9759

CRM 12230421826 0004 1

Traumatologia - Ortopedia

Dra Daise Canalicante  
Medica  
CRM PE 23.506

29/05/17

MH45

Alta hospitalar





DATA:	REAValiação NUTRICIONAL (1):		
15/05/17	IG: 24	Peso (Kg): 77,8	Edema: - IMC (Kg/m2): 30,77
HORA:	Classificação: <u>Sobrepeso</u>		Ganho Ponderal: -
CONDUTA NUTRICIONAL:	Paciente com boa oscilação e com função intestinal regularizada. Conduta mantida.		

DATA:	REAValiação NUTRICIONAL (2):		
22/05/17	IG: 25	Peso (Kg): 76,6	Edema: - IMC (Kg/m2): 30,30
HORA:	Classificação: <u>Sobrepeso</u>		Ganho Ponderal: -
CONDUTA NUTRICIONAL:	Paciente sem queixas. Conduta mantida.		

DATA:	REAValiação NUTRICIONAL (3):		
	IG: _____	Peso (Kg): _____	Edema: _____ IMC (Kg/m2): _____
HORA:	Classificação: _____		Ganho Ponderal: _____
CONDUTA NUTRICIONAL:	05.802.494/0001-41 TRACÃO CORRETORA DE SEGUROS LTDA 14 JUN 2018 Rua da Aurora, nº 175, SL 902 BL. C Boa Vista - CEP: 50.060-010 RECIFE-PE		

DATA:	REAValiação NUTRICIONAL (4):		
	IG: _____	Peso (Kg): _____	Edema: _____ IMC (Kg/m2): _____
HORA:	Classificação: _____		Ganho Ponderal: _____
CONDUTA NUTRICIONAL:			





Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco  
Hospital Barão de Lucena  
Setor de Nutrição

FICHA DE EVOLUÇÃO NUTRICIONAL

5º andar - GESTAÇÃO DE ALTO RISCO



Paciente:	Josiane Francisco da Silva	Leito:	501-3	Data:	09/05/17
Prontuário:	8586194	Idade:	30		
Diagnóstico:	Fratura de quadril	PPG:	72 kg	Hora:	

PATOLOGIAS ASSOCIADAS:

( ) DM ( ) Hipertensão ( ) Anemia (X) Outras: Nega

ALERGIA OU INTOLERÂNCIA ALIMENTAR:

(X) Não ( ) Sim Qual (is):

QUEIXAS DIGESTIVAS:

( ) Azia ( ) Náuseas/Vômitos ( ) Inapetência ( ) Gases (X) Outras: Nega

FUNÇÃO INTESTINAL:

( ) Regular ( ) Diarreia (X) Constipação Obs:

05.802.494/0001-41  
TRAÇÃO CORRETORA  
DE SEGUROS LTDA

14 JUN 2018

Boa Vista - CEP: 50.060-010  
RECIFE-PE

AValiação Nutricional de Admissão

Altura (m):	1,59	IG:	20	Edema:	-
Peso (Kg):	86,0	Perda de Peso:	-		
IMC (Kg/m <sup>2</sup> ):	34,02	MUST*:	00	Reavaliação:	
Classificação:	Obesidade	Classificação:	Baixo Risco	( ) Semanal	
				( ) 3/3 dias	

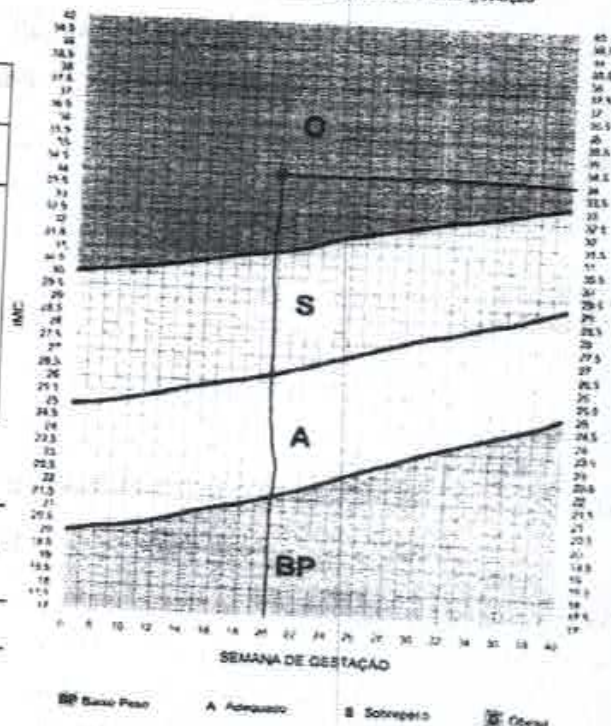
(adaptação BAPEN, 2013)

OBSERVAÇÕES GERAIS:

CONDUTA NUTRICIONAL:

foram dela durante devido ao quadro de constipação (há 6 dias), segue em acompanhamento. Não será possível acompanhar estado nutricional devido a impossibilidade de alimentação.

Gráfico de Acompanhamento Nutricional da Gestante  
Índice de Massa Corporal segundo semana de gestação



BP Baixo Peso A Adequado S Sobrepeso Obesidade

Fórmula: ALKAL 1995, modificado

Setembro 2002





Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco  
HOSPITAL BARÃO DE LUCENA

ENCAMINHAMENTO  
PARA ESPECIALISTA

PACIENTE:

Adriana Frutuoso da Silva

REGISTRO:

8586/1914

DADOS CLÍNICOS:

Constante vítima de acidente automobilístico em 13 de  
julho, vítima de colisão e manobra em glândula. Tem  
trauma cervical / trauma do HR, que de terminou talco de cor.

EXAMES COMPLEMENTARES/RESULTADOS:

Exames realizados nos pontos de dor e  
trauma cervical / trauma do HR, que de terminou talco de cor.  
Exames realizados nos pontos de dor e trauma do HR, que de terminou talco de cor.

PÓTESE DIAGNÓSTICA:

1) DGP2A2 100UT PT - 24mm 5 dias

3) 100UT PT (colisão e trauma automobilístico) 4) 100UT PT (trauma do HR)

CONDIÇÃO ADOTADA:

Exames realizados

JUSTIFICATIVA DO ENCAMINHAMENTO:

Exames realizados e trauma do HR, que de terminou talco de cor.

ENCAMINHAMENTO PARA:

Fluoroscopia

17/05/2017

DATA

Dra Milena Lordeo Pereira

CRM 24932

NOME CRM

05.802.454/0001-41  
TRACÃO CORRETORA  
DE SEGUROS LTDA

14 JUN 2018

Rua da Aurora, Nº 175, 5º-902 BL C  
Boa Vista - CEP: 50.060-010  
RECIFE-PE

EXAME CLÍNICO:

EXAMES COMPLEMENTARES:

PARECER DO ESPECIALISTA:

TRATAMENTO:

LOCAL NA UNIDADE DE ORIGEM  
NA UNIDADE DE REFERÊNCIA  
OUTRO SERVIÇOS

DATA

NOME CRM







Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco  
HOSPITAL BARÃO DE LUCENA

Nome do Paciente: Joseane Francisco  
Clínica:

DATA HORA E V

Atendimento: 838874  
CNS: 898002326913002  
B586194 JOSEANE FRANCISCO DA SILVA  
Nasc.: 21/09/1986 Idade: 30 Gênero: FEMININO  
Cor: PARDA Escolaridade: FUNDAMENTAL 5A A 8A COM  
Mãe: VANDETE MARIA DA SILVA Nº 49  
End.: RUA LAJES Cidade: RECIFE  
Bairro: SAN MARTIN S. Conjugal:  
Telefone: 5581985644713 Leito: COB - 16  
Clínica: CENTRO OBSTETRICO

05.802.491/0001 41  
TRABALHO CORRETORA  
DE SEGUROS LTDA

18 JUN 2018  
Rua da Aurora, 10 175 51.902 B.L.  
Box 1833 - CEP 50.063-018  
RECIFE-PE

04/05/17  
04:50h

≠ Cir. vaginal ≠

Paciente Gest. 26 sem (SID)  
Clínica de Colúmbio como - Posto  
AB ± OS horas. Ante Sanguinif. /  
Vago Pseudo Condição / vomito. Náuseas  
Seque intensa; Vago Sanguinif. /  
Uma distensão. intensa (ex uso Trans  
Ao Elane Elane Impugnada / 4t,  
diminuído 3t / 4t, anormal, ovário  
transparência, transparência.

Abd: Uma queixas (palpo de 2cm acima  
ci. 2cm 1cm 1cm); do abdômen inferior  
palpo 2cm superficial e profundo 2cm  
DIE; do descompressão 4t / 4t, Enxidão  
FC: 120 FR: 20 ipm. PA: 140 x 90  
Der MID, moti 2cm 2cm 2cm. ARV: Diminui com  
FC Fetal: 173 bpm.

USG (Sd): GUT, placenta anterior,  
contorno de feto em linha em pelve  
e seções parietais císticas /  
CD: - Ag. Ghosh e Reme Sanguine  
p. Solicitado.

Dr. Sérgio Calisto  
CRM-PE 17282  
Dr. Sérgio Calisto  
CRM-PE 17282





DATA	HORA	E V O L U Ç Ã O
04/05/17		Un. Grac.
06:30h		Paciente refere melhora parcial da dor (ex. Transal na administração)
		FC: 120. PA 140x90 (pós 450mg SF)
		Ad. dor e melipocao
		superficial e profunda ASD.
		dor leve PSE.
		(distrito melhora em melipocao como anterior)
		CP: - Análises Sinais
		- Aguarda Hb/Ht
		Dr. Sérgio Castro Urologia CRM-PE 17282
04/05/17	07:55	BLOB # 30a GSP2A2 (2 PC)
		BK7117 GUT BT 26123
		2) Trauma abdominal (Acidente automobilístico)
		Paciente com dor abdominal a direita onde foi a parada da cirurgia, refere dor em HED, mas já consegue flexionar. Exame físico, abdome, coxa e cost.
		BCF = 160 bpm
		PA = 120 x 80 mmHg
		FC = 100 bpm
		FR = 24 rpm
		No momento, EG regular, tegumento, tegumentar, coxente e oventado
		Abdome doloroso a direita, RHA ⊕
		pressão hipotensiva.
		exurgência de plantas da noite, acompanhadas de USG realizada às 5:15h.
		não visualizou sangue na cavidade.
		Pte. estável
		aguarda Hb/Ht

COO. FIEL 104.085 EL 10007297 AHN MANOSS REPROG

Dr. Sheila Sedícias  
Mastologia  
CRM-PE 17.459



### Clinical:

Leito

DATA

HORA

E V O L U Ç Ã O

Encuentro 10

(do it transitory life)

Experiments on a large print

Francisco de Silva, 23/5/54

also with slight hope (05/05/17),

utroque deinde ita comburitur

04105173 and 04105174

$$FeCl_3, H_2O, OH^-$$

ACU יב - נב

NUB BCF 30

DDP 30K 20  
 DDP 30K 20

Entropion top (5/5/17)

\$16.96

PA 105870

$$+ 1 + 29, 3$$

FR-26

Mr. Dr. Domingos S. de S. Coutinho

7214 5963.97 kW as control

AM-13.161 (Cont'd - prev)

\_\_\_\_\_

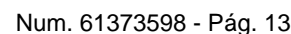
Dr. Sonia Lavina C. Chacabarro  
Ginecología y Obstetricia  
21/11/2014

106845.0515/17

Bel 130 120 568

26 22nd

~~68~~



DATA	HORA	E V O L U Ç Ã O
05/05/17	17h50	# Monitorando # FC: 98 bpm S.O.: 90% (sat O <sub>2</sub> ) PR: 26 bpm PA: 100x70 mmHg # CD: ① Nas caxaipo colles gaseventua ② cateto O <sub>2</sub> ③ Vigilancia clinica ④ Aguardo transferencia Dra. Milena L. de A. MEDICA CRM 24932
05/05/17	18h30	# Monitorando # FC: 90 bpm S.O.: 99% (sat O <sub>2</sub> ) PR: 22 bpm PA: 100x70 mmHg # CD: ① Aguardo transferencia ② Vigilancia clinica Dra. Milena L. de A. MEDICA CRM 24932
05/05/17	19h30	# Monitorando # FC: 91 bpm S.O.: 98% (sat O <sub>2</sub> ) PR: 20 bpm PA: 100x60 mmHg # CD: ① Aguardo transferencia ② Vigilancia clinica Dra. Milena L. de A. MEDICA CRM 24932
05/05/17	19h50	# Monitorando # Transferido para ao HR Dra. Milena L. de A. MEDICA CRM 24932

05.802.494/0001-41  
TRAÇÃO CORRETORA  
DE SEGUROS LTDA

14 JUN 2018

Rua da Aurora, nº 175, St. 902 B.C.  
Boa Vista - CEP: 50000-010  
RECIFE-PE

COD. NCL 1.04.885 - B. 10007277 AHN - MAQUINA REPROD.





Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco  
HOSPITAL BARÃO DE LUCENA

# EVOLUÇÃO CLÍNICA



Nome do Paciente:

Clinica:

DATA

HORA

EVOLUÇÃO

Registro:

Leito:

05/05/17

fernando

230 (2um - 25/11/16)

# IG 22,60 (USG)

fratura de osso

de abdome, dia

ecg, exame, q-p, 3h to

ACU e RZ - NDI PA 100x70

DV 7 BF não audível

como braco

fratura visível na rede

05.802.494/0001-41  
RACÃO CORPORA  
DE SEGUROS S/A

11 JUN 2017

Rua da Aurora, nº 175, sl 902  
Boa Vista - CEP: 50.065-110  
RECIFE-PE

fratura de osso

05/05/17 HR. - (contingência)

MB - 9,6

HT - 29,3 plaqueta 128.600

16h aguardar

a rede de

reparação de 2 litros

Dr. Lavinia C. Chequer  
Ginecologista/Obstetra  
CRM 11.694

Wolff H. W. J. 622,5 cm

3VF - 130

Dr. Lavinia C. Chequer  
Ginecologista/Obstetra  
CRM 11.694



DATA	HORA	E V O L U Ç Ã O
		<p>Continuado</p> <p>Senho 5161861</p> <p>HR</p> <p>A Thompson e sua rede de</p> <p>Com médico</p> <p>atendimento</p> <p>(metabolismo)</p>
		<p>05.883.494/0001-41</p> <p>TRATAMENTO CORRETORA</p> <p>DE SEGUROS LTDA</p> <p>14 JUN 2018</p> <p>Rua do Aurora, 117, 5, 5002-01, C</p> <p>Boa Vista - CEP: 50000-000</p> <p>RECIFE-PE</p>





85860194

Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco		SENHA C.P.	MATRÍCULA SISPRENATAL
LAUDO PARA EMISSÃO DE AIH		COPIA	
NOME DA UNIDADE: HOSPITAL BARÃ		261710100946-8	
		Nº. 10.572.048/0006-32	
INFORMAÇÕES DO PACIENTE			
NOME DO PACIENTE:		Nº. DO PRONTUÁRIO:	
DATA DE NASCIMENTO:		EMISSOR / DATA EMISSÃO:	
SEXO:	IDENTIDADE Nº:		
CPF DO PACIENTE:	CARTÃO NACIONAL DA SAÚDE - CNS		
NOME DA MÃE:			
ENDEREÇO: (AV, RUA)			
Nº:	BLOCO	ART	BAIRRO:
MUNICÍPIO	UF:	CEP:	
JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO			
HISTÓRIA CLÍNICA:			
EXAME FÍSICO:			
PRINCIPAIS RESULTADOS DE EXAMES COMPLEMENTARES:			
DIAGNÓSTICO INICIAL:			
PROCEDIMENTO SOLICITADO:			
DESCRIÇÃO DA CLÍNICA/SPECIALIDADE:			
DATA:		DATA:	
CARIMBO E ASSINATURA DO MÉDICO SOLICITANTE DA INTERNAÇÃO		CARIMBO E ASSINATURA DO MÉDICO AUTORIZADOR DA INTERNAÇÃO	
PARA USO DAS UNIDADES PÚBLICAS			
AUTORIZAÇÃO PARA INTERNAÇÃO EM UNIDADE COMPLEMENTAR			
NOME DA UNIDADE:			
CARIMBO E ASSINATURA DO MÉDICO RESPONSÁVEL PELO ENCAMINHAMENTO		DATA DO ENCAMINHAMENTO	





Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco  
SUMÁRIO DE ADMISSÃO E ALTA  
LAUDO / EMISSÃO DE AIN NOS HOSPITAIS PÚBLICOS  
HOSPITAL BARÃO DE LUCENA AIN N°

NOME DO PACIENTE					N° PRONTUÁRIO				
ENDEREÇO <i>Rua Lages 40</i>					MUNICÍPIO <i>Recife PE</i>				
CEP	DATA DE NASCIMENTO	SEXO	Meso.	Fem.	CONDIÇÃO	Seg.	Comp.	Filho	Outro Dep.
	<i>01/03/80</i>	<input checked="" type="checkbox"/> 1	<input checked="" type="checkbox"/> 3			<input checked="" type="checkbox"/> 2	<input checked="" type="checkbox"/> 4	<input checked="" type="checkbox"/> 6	<input checked="" type="checkbox"/> 8
NOME DO SEGURADO									
CIC do Médico Solicitante	VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA					CIC do Médico Responsável			
	<input checked="" type="checkbox"/> Beneficiário	<input checked="" type="checkbox"/> Beneficiário	<input checked="" type="checkbox"/> Adido	<input checked="" type="checkbox"/> Desempregado	<input checked="" type="checkbox"/> Aposentado	<input checked="" type="checkbox"/> Não Segurado			
DIAGNÓSTICO INICIAL					CID <i>011</i>				
PROCEDIMENTO SOLICITADO <i>op. teste em fratura</i>					CÓDIGO <i>030310004</i>				
PROCEDIMENTOS ESPECIAIS									
<input type="checkbox"/> MUDANÇA DE PROCEDIMENTO					<input type="checkbox"/> USO DE PRÓTESE ÓRTESE				
<input type="checkbox"/> DIÁRIA DE UTI					<input type="checkbox"/> USO DE FATORES DE COAGULAÇÃO				
<input checked="" type="checkbox"/> DIÁRIA DO ACOMPANHANTE					<input type="checkbox"/> USO DE OXIGENADORES				
<input type="checkbox"/> VACINA ANTI RH					<input type="checkbox"/> NUTRIÇÃO PARENTERAL				
<input type="checkbox"/>					<input type="checkbox"/>				
DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS									
<i>Fratura de V. humer.</i>									
<i>30/05/11</i>									
<i>05.802.494/0001-41</i>									
<i>TRAÇÃO CORRETORA</i>									
<i>DETEGUROS LTDA</i>									
<i>14 JUN 2011</i>									
<i>RUA DA PAZ, 175, SL 902 BL. C</i>									
<i>Boa Vista - CEP: 50.060-010</i>									
<i>RECIFE-PE</i>									
RESUMO DE INTERNAÇÃO									
<i>2a. semana</i>									
<i>Trauma abdominal</i>									
<i>Do</i>									
<i>9 x 4 cm</i>									
DIAGNÓSTICO PRINCIPAL <i>Int. gar.</i>					CÓDIGO <i>030310004</i>				
DIAGNÓSTICO SECUNDÁRIO					CÓDIGO				
MOTIVO DA ALTA <i>Alta Respiratória</i>									
DATA DE INTERNAÇÃO <i>04/05/11</i>			DATA DE ALTA <i>29/05/11</i>			DIAS DE HOSPITALIZAÇÃO <i>25 dias</i>			





ESPECIFICAÇÃO DOS EXAMES REALIZADOS

0202010004  
0202010051  
0202010043  
0202010316  
0202010317  
0202010010  
0202010201  
0202010120  
0202020310  
020202023  
0205020113

10  
10  
10  
10  
10  
10  
10  
10  
10  
08  
04

05.802.494/0001-41  
TRACÃO CORRETORA  
DE SERVIÇOS LTDA

14/11/2019

Rua da Aurora, nº 175, SL 902 BL. C  
Boa Vista - CEP: 50060-010  
RECIFE-PE

OUTROS PROCEDIMENTOS

Dr. Edilberto

Sumário de Unas 005

ATA

29/05, 2019

DATA

29/05, 19

ASSINATURA DO MÉDICO RESPONSÁVEL

ASSINATURA DO CHEFE DA CLÍNICA





**SUMÁRIO DE ALTA**  
**CLÍNICO / CIRÚRGICO / OBSTÉTRICO**

Nome:	Prontuário:
Data de nascimento:	Clinica:
Data de Admissão:	Data de Alta:

[illegible][illegible]

Tratamento Cirúrgico:  
Cirurgia(s) Realizada(s)  
  
05.803.494/0001-41  
TRANSAÇÃO CORRETORA  
DE SEGUROS LTDA  
14 JUN 2010  
Rua da Aurora, Nº 175, Sl 903 Bl. C  
Boa Vista - CEP: 50.060-010  
RECIFE





**Condições Clínicas na Alta:**

Alta em boas condições clínicas, orientada, com orientações de cuidados de enfermagem.

**Medicações e Orientações:**

1) Sintomática

2) do ambulatório de Fisioterapia Motor

3) Sintomática. Orientação (via de parto)

Encaminhado para:	Enfermaria ( )	Data:
	Ambulatório de Egresso ( )	Data:
	Ambulatório de Especialidade ( )	Data:
	PSF ( )	Data:
	Outro:	Data:

Dr. Paulo Antônio Coelho Castor  
Médico  
CRM - PE 23.608

Data:

Assinatura e Carimbo

05.802.494/0001-41  
TRACÃO CORRETORA  
DE SEGUROS LTDA

14 JUN 2020

Rua da Aurora, Nº 175, SL 902 BL. C  
Boa Vista - CEP: 51.060-010  
RECIFE-PE



SECRETARIA DE SAÚDE DE PERNAMBUCO

HOSPITAL BARÃO DE LUCENA

**DECLARAÇÃO BASEADA EM DADOS CONTIDOS EM  
PRONTUÁRIO ARQUIVADO NO SAME - HBL .**

**RESPONDENDO À SOLICITAÇÃO DA SRA JOSEANE  
FRANCISCO DA SILVA , ANALISANDO DADOS  
CONTIDOS NO PRONTUÁRIO 8586194 PERTENCENTE  
À MESMA , CONSTATAMOS QUE A PACIENTE  
ESTEVE INTERNADA NESTE SERVIÇO ENTRE OS  
DIAS 04/05/2017 A 29/05/2017 , PROCEDIMENTOS  
0303100044 , CID 10 071.9 + 099.8 .**

**RECIFE, 10/07/2017 .**

05.802.494/0001-41  
TRAÇÃO CORRETORA  
DE SEGUROS LTDA

14 JUN 2018

Rua da Aurora, nº 175, SL 902 BL. C  
Boa Vista - CEP: 50.060-010  
RECIFE-PE



Josué Barbosa Filho  
Médico  
CRM - 7830

AV. CAXANGÁ, 3860 - IPUTINGA - RECIFE/PE  
FONE: 3184-6400 / FAX: 3184-6609  
E-mail: hbl@saude.pe.gov.br





## SINISTRO 3200151992 - Resultado de consulta por beneficiário

**VÍTIMA** JOSEANE FRANCISCO DA SILVA

**COBERTURA** Invalidez

**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** TRAÇÃO

**CORRETORA DE SEGUROS** LTDA-ME

**BENEFICIÁRIO** JOSEANE FRANCISCO DA SILVA

**CPF/CNPJ:** 06795634400

### Posição em 30-04-2020 15:58:42

O pedido de indenização está em fase final de análise na Seguradora Líder-DPVAT. Em breve, o pagamento da indenização será liberado.

Por gentileza, volte a consultar seu processo neste site dentro de 4 dias.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
04/05/2020	R\$ 843,75	R\$ 0,00	R\$ 843,75





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**Seção A da 7ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:( )

Processo nº **0021277-40.2020.8.17.2001**

AUTOR: JOSEANE FRANCISCO DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, ARUANA SEGUROS S.A.

## **DESPACHO**

**Vistos etc.**

**Defiro a gratuidade da Justiça.**

**Considerando a norma processual fundamental da duração razoável do processo (art. 4º, NCPC) e a possibilidade de conciliação em qualquer fase do processo (art. 3º, NCPC), considerando que nas ações relativas à cobrança de seguro DPVAT o êxito nas conciliações é mais provável após realização de perícia, cite-se a parte**





**demandada para, querendo, ofertar defesa nos moldes do art. 335 e ss. do NCPC, no prazo de 15 dias (art. 335, III, c/c 219, do NCPC), sob pena de revelia.**

**Recife, 4 de maio de 2020.**

**IASMINA ROCHA**

**Juíza de Direito**





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 7ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0021277-40.2020.8.17.2001  
AUTOR: JOSEANE FRANCISCO DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, ARUANA SEGUROS S.A.

RECIFE, 5 de maio de 2020.

**CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO**

**Destinatário(s):**

**Nome:** ARUANA SEGUROS S.A.

**Endereço:** Avenida Dantas Barreto, 507, SALAS 1214/1215, Santo Antônio, RECIFE - PE - CEP: 50010-921

Através da presente, fica V. Sa. **CITADO(A)** para tomar ciência de todos os termos da ação em epígrafe, que tramita perante o Juízo acima indicado, e integrar a relação processual, bem como **INTIMADO(A)** para oferecer contestação, tudo conforme decisão prolatada, em anexo, e diante da petição inicial, cujo teor pode ser consultado por meio do endereço eletrônico fornecido neste documento.

**Prazo:** O prazo para responder a ação, querendo, é de **15 (quinze) dias**, contados da juntada do Aviso de Recebimento (AR) aos autos.

**Advertência:** Não sendo contestada a ação no prazo marcado, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo Autor na petição inicial (art. 344 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015).

**Para acessar a Petição Inicial, siga os passos abaixo:**

1 – Acesse o link: <https://www.tjpe.jus.br/contrafe1g>

2 – No campo “Número do Documento”, digite: 2005041138518350000060289224

Obs.: O presente processo tramita de forma eletrônica através do sistema PJe. Independentemente de cadastro prévio, a parte/advogado poderá realizar consulta através do seguinte endereço eletrônico: <https://pje.tjpe.jus.br/1g/ConsultaPublica/listView.seam>

Toda a tramitação desta ação deverá ser feita através do referido sistema, sendo necessária a utilização de Certificação Digital. As instruções para cadastramento e uso do sistema podem ser obtidas através do seguinte endereço na internet: <http://www.tjpe.jus.br/web/processo-judicial-eletronico/cadastro-de-advogado>

Eu, GUILHERME ANTONIO AMORIM LOBO, o digitei e o submeto à conferência e assinatura(s).

**GUILHERME ANTONIO AMORIM LOBO**

*Diretoria Cível do 1º Grau*

*Assina por ordem do(a) Juiz(a) de Direito da Vara*

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: [www.tjpe.jus.br](http://www.tjpe.jus.br) – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [ <https://pje.tjpe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> ], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.







Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 7ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0021277-40.2020.8.17.2001  
AUTOR: JOSEANE FRANCISCO DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, ARUANA SEGUROS S.A.

**INTIMAÇÃO DE DESPACHO - AUTOR**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção A da 7ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 61377978, conforme segue transcrito abaixo:

*" Vistos etc. Defiro a gratuidade da Justiça. Considerando a norma processual fundamental da duração razoável do processo (art. 4º, NCPC) e a possibilidade de conciliação em qualquer fase do processo (art. 3º, NCPC), considerando que nas ações relativas à cobrança de seguro DPVAT o êxito nas conciliações é mais provável após realização de perícia, cite-se a parte demandada para, querendo, ofertar defesa nos moldes do art. 335 e ss. do NCPC, no prazo de 15 dias (art. 335, III, c/c 219, do NCPC), sob pena de revelia. "*

RECIFE, 5 de maio de 2020.

**GUILHERME ANTONIO AMORIM LOBO**  
Diretoria Cível do 1º Grau



## CONTESTAÇÃO







EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE

Processo: 00212774020208172001

**SÚMULA 474 STJ:** "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

**ARUANA SEGUROS S/A**, empresa seguradora com sede à Rua Visconde de Piraja, 547 - Sala 802 - Ipanema - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22410-003 e **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSEANE FRANCISCO DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

### **CONTESTAÇÃO**

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor:

#### **BREVE SÍNTESE DA DEMANDA**

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **04/05/2017**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **04/08/2017**.

Cumpra esclarecer que após a devida análise da documentação apresentada a Seguradora, o médico perito avaliou como incompleta e parcial a lesão acometida pela vítima, o que por certo descaracteriza o pleito de indenização integral por seguro obrigatório DPVAT.

Deste modo, a Ré procedeu com o pagamento da verba indenitária na monta de **R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)**, valor este correspondente ao percentual da invalidez parcial e permanente apresentada pela parte Autora em sede administrativa.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br



A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

### **PRELIMINARMENTE**

#### **DA TEMPESTIVIDADE**

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015<sup>1</sup>, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

#### **DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO**

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015<sup>2</sup>.

### **DO MÉRITO**

#### **DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR**

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC<sup>3</sup>.

<sup>1</sup>[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

<sup>2</sup>[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;

<sup>3</sup>"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. **LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.** 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - **Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.**" (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)





Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

#### **DO PAGAMENTO REALIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA**

É incontroverso na presente demanda que a parte Autora recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em tela na monta de **R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)**, após a regulação do sinistro.

#### **BANCO DO BRASIL**

##### COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA POUPANCA  
CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
BANCO: 001      AGÊNCIA: 1769-8      CONTA: 000000611000-2

---

DATA DA TRANSFERENCIA:	04/05/2020
NUMERO DO DOCUMENTO:	
VALOR TOTAL:	843,75

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:  
CLIENTE: JOSEANE FRANCISCO DA SILVA  
  
BANCO: 001  
AGÊNCIA: 01361-7  
CONTA: 000010046405-X

---

Nr. da Autenticação C4FB8F32B1D57D98

Ocorre, que durante o processo administrativo a parte foi submetida a perícia e de acordo com avaliação médica realizada por dois médicos especializados, sendo um na figura de revisor.

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo administrativo, sendo certo que foram utilizados os critérios de fixação de indenização.

Vale salientar que é usual quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, que o beneficiário da verba indenizatória assine documento de quitação, onde se lê que:

***"(...) com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado."***

Com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro.

É de sabença que para que fossem afastados os efeitos da quitação, a parte Autora deveria desconstituí-la através da propositura da correspondente ação anulatória, recorrendo os fatos e fundamentos jurídicos para inquinar a quitação outorgada de próprio punho pela parte beneficiária, por suposto vício de consentimento, dolo ou coação, o que de fato não ocorreu, em perfeita consonância com o artigo 849 do Código Civil.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br



Não obstante, a parte autora não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é presumida e somente poderia ser desconstituída por sentença.

Ademais, temos que a parte Autora poderia, e quiçá deveria ressaltar no referido recibo sua intenção de quitação somente quanto ao valor efetivamente recebido, o que por certo não ocorreu.

Desta forma, a Ré efetuou o pagamento da importância legalmente estabelecida, no caso em apreço, referente a monta de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), o qual foi aceito pela beneficiária legal.

Ante o exposto, deve o feito ser julgado extinto com resolução de mérito, o que se requer com fundamento nos art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

### **DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO**

Conforme ilação dos documentos acostados pelo requerente, o mesmo foi vítima de acidente ocasionado por veículo automotor na data de **04/05/2017**. Ademais, **houve pagamento administrativo na razão de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)**.

Mister destacar ao ilustre Magistrado a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, estabelecendo percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais<sup>4</sup>.

Por certo, a mencionada Lei 11.945/09 deverá ser aplicada ao caso concreto, em respeito ao princípio *tempus regit actum* (Art. 6º, §1º, LINDB).

Recentemente, a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Ademais, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de quantificação, sendo este o entendimento consagrado através da Súmula 474, do STJ<sup>5</sup>.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

Dentro desse contexto, a Medida Provisória nº 451/2008 (posteriormente convertida na Lei 11.945/09), complementando a Lei 6.194/74, especificou em termos objetivos o percentual do valor máximo da indenização de acordo com os tipos de invalidez permanente.

Outrossim, conforme antedito, a referida inovação legal, no art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, a fim de dirimir o cerne da questão, qual seja, o percentual indenizável, é

<sup>4</sup> RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

<sup>5</sup> **Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”





imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pelo autor é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral.

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral ao Autor, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado em seguida abatido o valor pago na seara administrativa na monta de **R\$ 843,75 (OITOCENTOS E QUARENTA E TRÊS REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS)**.

#### **DA IMPOSSIBILIDADE DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA**

Não há que se falar em inversão do ônus da prova, vez que o seguro DPVAT não se trata de relação de consumo, e sim de uma obrigação legal.

Assim, não pode a parte autora ser confundida como consumidora, pois, não há qualquer relação de consumo entre as partes litigantes, o que gera a inaplicabilidade da inversão do ônus da prova, característica do Código de Defesa do Consumidor.

Neste sentido é o recente entendimento firmado pelos Tribunais pátrios<sup>6</sup>, ratificando o descabimento da inversão do ônus da prova com base na aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

Sendo assim, por se tratar de prova essencial dos fatos constitutivos da pretensão autoral, deverá o ônus da prova ser custeado pela parte autora, como determina o art. 373, I do CPC.

#### **DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA**

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação<sup>7</sup>.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação<sup>8</sup>

<sup>6</sup>“PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR NÃO APRECIADA PELO JUÍZO A QUO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO PELA INSTÂNCIA REVISORA. **INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, COM BASE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INAPLICABILIDADE DO DIPLOMA LEGAL CONSUMERISTA ÀS RELAÇÕES DE SEGURO OBRIGATÓRIO.** Agravo de Instrumento interposto de decisão que em ação de cobrança do seguro obrigatório DPVAT deferiu a inversão do ônus da prova. 1. Preliminar de ausência de interesse de agir não enfrentada pelo juízo a quo impede o exame pela instância revisora, sob pena de supressão de instância. 2. **A contratação compulsória do seguro obrigatório DPVAT afasta a natureza consumerista da relação jurídica entre seguradora e segurado, e impossibilita a decretação da inversão do ônus da prova com base no artigo 6º, VIII, da Lei nº 8078/90.** 3. Recurso a que se dá provimento, com base no artigo 557 § 1º-A do Código de Processo Civil, para afastar a inversão do ônus da prova decorrente da aplicação do Código de Defesa do Consumidor.”(TJ-RJ - AI: 00612946320148190000 RJ 0061294-63.2014.8.19.0000, Relator: DES. FERNANDO FOCH DE LEMOS ARIGONY DA SILVA, Data de Julgamento: 12/01/2015, TERCEIRA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 16/01/2015).

<sup>7</sup>“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”



Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

### **DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

### **CONCLUSÃO**

Considerando a sua criação com a única finalidade de atuar como administradora do Seguro Obrigatório DPVAT, requer a substituição do pólo passivo para que passe constar a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT.

Ante o exposto, ante a ausência de laudo pericial do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar a indenização, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, requer a total improcedência dos pedidos da parte autora.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, **pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez, exposta na lei 11.945/2009, bem como o que preconiza a Sumula 474 do STJ.**

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Requer, outrossim, a produção de todos os meios de prova em direito admitidas e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Requer a produção de prova pericial nos termos do convênio de cooperação institucional celebrado entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT nº014/2017

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de

---

<sup>8</sup> art. 1º. (...)

**§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.**





Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome da patrona **DRA. RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO, OAB-PE 25393**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

RECIFE, 20 de julho de 2020.

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
**30225 - OAB/PE**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 30/07/2020 15:15:01  
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20073015150170100000064304178>  
Número do documento: 20073015150170100000064304178

Num. 65533821 - Pág. 7

### QUESITOS DA RÉ

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

7 - Considerando que a tabela inserida à Lei 11.945/09 em três casos faz distinção quando a vítima é acometida por lesão em ambos os membros, seria possível o Sr. Perito indicar adequadamente a média da lesão sofrida nos termos da tabela? Em caso positivo qual seria a gradação (10%, 25%, 50%, 75% ou 100%)?

- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior;

8 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

**Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.**





### **TABELA DE GRADAÇÃO**

<b>Danos Corporais Previstos na Lei</b>	<b>Total (100%)</b>	<b>Intensa (75%)</b>	<b>Média (50%)</b>	<b>Leve (25%)</b>	<b>Residual (10%)</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do bço					



## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PE 4246, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR, inscrito na 30225 - OAB/PE, os poderes que lhes foram conferidos por **ARUANA SEGUROS S/A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **JOSEANE FRANCISCO DA SILVA**, em curso perante a **7ª VARA CÍVEL** da comarca de **RECIFE**, nos autos do Processo nº 00212774020208172001.

Rio de Janeiro, 20 de julho de 2020.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PE 4246

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



# BANCO DO BRASIL

## COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA POUPANCA

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001      AGÊNCIA: 1769-8      CONTA: 000000611000-2

---

---

DATA DA TRANSFERENCIA: 04/05/2020

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 843,75

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: JOSEANE FRANCISCO DA SILVA

BANCO: 001

AGÊNCIA: 01361-7

CONTA: 000010046405-X

---

---

Nr. da Autenticação C4FB8F32B1D57D98





## PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



### DADOS DO SINISTRO

**Número:** 3200151992 **Cidade:** Recife **Natureza:** Invalidez Permanente  
**Vítima:** JOSEANE FRANCISCO DA SILVA **Data do acidente:** 04/05/2017 **Seguradora:** BRASIL VEICULOS CIA DE SEGUROS

### PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

**Data da análise:** 27/04/2020

**Valoração do IML:** 0

**Perícia médica:** Não

**Diagnóstico:** FRATURA DE ACETÁBULO E ÍSQUIO DIREITO.

**Resultados terapêuticos:** TRATAMENTO CONSERVADOR. ALTA MÉDICA. PÁG 10/18/30/38

**Sequelas permanentes:** LIMITAÇÃO DO ARCO DE MOVIMENTOS DE QUADRIL DIREITO.

**Sequelas:** Com sequela

**Documento/Motivo:**

**Nome do documento  
faltante:**

**Apontamento do Laudo  
do IML:**

**Conduta mantida:**

**Quantificação das  
sequelas:** APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DÉFICIT FUNCIONAL LEVE DE QUADRIL DIREITO.

**Documentos  
complementares:**

**Observações:**

Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

### DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade de um quadril	25 %	Em grau leve - 25 %	6,25%	R\$ 843,75
Total			6,25 %	R\$ 843,75







SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Hospital Barão de Lucena - SUS/PE

## SUMÁRIO DE ALTA CLÍNICO / CIRÚRGICO / OBSTÉTRICO

Nome:	Adriane Francisco da Silva	Prontuário:	8561194
Data de nascimento:	21/09/1986	Clínica:	Obstétrica - AR
Data de Admissão:	09/05/17	Data de Alta:	29/05/17

Resumo da Internação: G5P2A2 / IG = 26mm 3d (DVM)  
Antes admitida no SUS no dia 09/05/17 com  
lesão cirúrgica de caráter autoressecável. Foi submetida  
a plano de parto e avaliação da tração da  
do hospital da maternidade que diagnosticou falha de  
relação. Com o uso de fórceps houve um parto  
com o uso de fórceps. Vem sendo acompanhada  
diariamente pela equipe de obstetria. Devido ao parto  
com fórceps, houve lesão da cabeça, com lesão da  
pele do eixo cervical.

De parte obstétrica, houve a entrada em trabalho de parto, com  
análise, com boa evolução fetal, com contrações de  
força vaginal, com distensão do útero de início.

Diagnóstico:	G5P2A2 / IG = 26mm 3d (DVM) / 25mm 3d / USG 2T.
25/05/17 → HbG = 11,5 = M 650 / 48 = M 12 / seg = 96. / Plac = 258	
PCP = 0,35.	
CS = HbG = A+ / Trofoblasto = negativo / SV = 3,5mm P/C	
CHV = IG = 0,26 (N reagente) / Tubo IG = Reagente	
IG = Reagente	
Toxo pro m: Reagente / ISM = N reag / Art. NBS = Reagente	
Examen: R+ PE: BT = 0,63 / BD = 0,25 / BI = 0,38 / CO = 16	
IGP = 19 / OGT = 0,4 / Wt 20 / AC Wt = 3,4	
15/05 USG 2T = peso = 620g / EA = AL / BCF = 159 / Plac anterior	

Tratamento Cirúrgico:

Cirurgia(s) Realizada(s)

Cirurgião(ões) Responsável(ais):

05.802.494/0001-31  
TRABALHO CORRETORA  
DE SEGUROS EDP

11 JUN 2017

Rua da Aurora, 1015 - 5º andar - C  
Bela Vista - CEP: 51050-010



**Condições Clínicas na Alta:**  
 Alta em boas condições clínicas, sintomática, com  
 orientações de cuidados e internação.

**Medicações e Orientações:**  
 1) Internação  
 2) Do Ambulatório de Fisioterapia Motora  
 3) Hospital de Orientação Cirúrgica (Via de Porto)

Encaminhado para:	Enfermaria ( )	Data:
	Ambulatório de Egresso ( )	Data:
	Ambulatório de Especialidade ( )	Data:
	PSF ( )	Data:
	Outro:	Data:

Data:

*Assinatura e Carimbo*  
 05.802.471-1  
 TRACÃO CORRETORES  
 DE SEGUROS LTDA  
 14 JUN 2020  
 Rua da Aurora, 175, 5º andar, Bl. C  
 Boa Vista - CEP: 50.060-010





SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DE PERNAMBUCO  
HOSPITAL BARÃO DE LUCENA

HBL

### INTERNAÇÃO EM OBSTETRÍCIA

DATA: 04/05/17

HORA: 05h

CNS: 898002326913002

Atendimento: 838874

8586194 JOSEANE FRANCISCO DA SILVA

Nasc.: 21/09/1986 Idade: 30 GÊNERO: FEMININO

Cor: PARDA Escolaridade: FUNDAMENTAL SA A BA COM

Mãe: VANDETE MARIA DA SILVA

End.: RUA LAJES

Bairro: SAN MARTIN

Cidade: RECIFE

Nº 49

Telefone: 5581985644713 S. Conjugel:

Clinica: CENTRO OBSTETRICO Leito: COB - 16

GESTA 05. PARA 02 ABORTO 02 NÚMERO DE FILHOS VIVOS 02

PARTOS NORMAIS 02 PARTOS CESÁREAS 02 INDICAÇÃO

QUIM 1 1 IG 5 d (DUM) IG 26 6 27 d (USG CORRIGIDA de 5 d)

COMORBIDADES NESTA GESTAÇÃO:

PROCEDÊNCIA: ( ) RESIDÊNCIA ( ) TRANSFERIDA DE

SENHA

HISTÓRICO DA DOENÇA ATUAL: Paciente refere dor abdominal de leve a moderada no hipocôndrio esquerdo. Apresenta episódios de náuseas e vômitos sem relação com a refeição. Apresenta-se com febre e dor de cabeça, além de apresentar sangramento vaginal. Refere dor a movimentação de membros.

PRÉ-NATAL (X) SIM ( ) NÃO

NÚMERO DE CONSULTAS Inferior a cinco

NOME FÍSICO

ESTADO GERAL: ( ) BOM (X) REGULAR ( ) GRAVE MUCOSA: (X) CORADA (X) HIPOCORADA 1+/4

HIDRATADA (X) DESIDRATADA 1+/4 (X) ANICTÉRICA ( ) ICTÉRICA 1+/4 (X) AFEBRIL ( ) FEBRIL 1°C

(X) ACIANÓTICA ( ) CIANÓTICA 1+/4 EDEMA - 1+/4 em

(X) CONSCIENTE ( ) INCONSCIENTE (X) ORIENTADA ( ) DESORIENTADA

GLASGOW

155.802.494/0001-41

TRACAD CORRETORA  
DE SEGUROS LTDA

100 x 70 MMHG PROTEINÚRIA DE FITA 1+/4

CEFALÉIA ( ) EPIGASTRALGIA ( ) NÁUSEAS ( ) VÔMITOS ( ) TRANSTORNOS VISUAIS

(X) NEGA QUEIXAS DE IMINÊNCIA DE ECLÂMPSIA

CV FC: 120

AR

FC: 24-28

14 JUN 2018  
Rua da Aurora, Nº 175, SL 902 BL. C  
DCE RECIFE - CEP: 51.060-010  
RECIFE-PE

NOME OBSTÉTRICO / GINECOLÓGICO

25 cm Nº DE CONTRAÇÕES UTERINAS 0 de seg em 10 min

TÔNUS UTERINO ( ) FISIOLÓGICO ( ) AUMENTADO BCF 160 bpm DESACELERAÇÕES ( ) NÃO ( ) DIP I ( ) DIP II ( ) DIP III

POSICÃO ( ) DIR (X) MESQ SITUAÇÃO ( ) LONG ( ) TRANSV APRESENTAÇÃO ( ) CEF ( ) PÉLV ( ) CÔRMICO ( ) OUTRA

TOQUE VAGINAL: COLO DILATADO 10 cm APAGADO %

INSERÇÃO ( ) ALTO E MÓVEL ( ) FIXO ( ) INSERUIDO PLANO Hodge / De Lee

MEMBRANA AMNIÓTICA ( ) ÍNTEGRA ( ) ROTA ( ) DÚVIDA LÍQUIDO AMNIÓTICO: ( ) CLARO ( ) MECONIZADO 1+/4 ( ) HEMODÂMNIO

TOQUE VAGINAL DE PACIENTE NÃO GRÁVIDA

NOME ESPECULAR

OUTROS ACHADOS RELEVANTES

HIPÓTESE DIAGNÓSTICA 1) Outpt 26/27 2) Trauma Abdominal Fechado

DESTINO ( ) SALA DE PARTO ( ) ALTO RISCO ( ) COB ( ) JUTI ( ) OUTROS 3) Leito em Pronto Socorro

EXAMES SOLICITADOS 1) Solicito fazer a ultrassonografia. 2) Exame de urina. 3) Exame de sangue.

MÉDICO (CARIMBO + ASSINATURA)







SECRETARIA DE SAÚDE



## GUIA DE TRANSFERÊNCIA DE PACIENTE

UNIDADE DE SAÚDE DE ORIGEM: Bene  
DESTINO: Baio  
SENHA: 5160688 HORA: 3:54  
NOME: José Maria Francisco de S. IDADE: 30  
RAÇA/COR: ( ) Parda ( ) Branca ( ) Preta ( ) Amarela ( ) Indígena  
GESTA: 5 PARA: 2 DUM: 23/11/17 ID. GEST.: 26,3m

HDA: Paciente atendida, chega após acidente de carro. Queixa-se de dor na região abdominal, leve, paroxística, progressiva. Abdomen doloroso.  
Ao exame: BCF, 160bpm, frequência cardíaca normal, de 90bpm, captação AR e ACU em abd. FC: 100bpm, FR: 24rpm. ABB quadrado, sem distensão, coto leve = 5cm, coto contínuo, suprapúbico, AFU: 23cm.  
Outros dados: BCF: 160bpm, dor no dorso da coluna.

EXAME OBSTÉTRICO: palpação principalmente em FD e  
PA: 100x70 DU: 0 TÔNUS: 120/80 BCF: 160

APRESENTAÇÃO: distendida

APAGAMENTO: membranas:

HD: CGUTPT 26,3m (DUM) + acidente de carro +

MOTIVO DA TRANSFERÊNCIA: dor abdominal

Julio Cesar EU + buscapem  
simples

05.802.494/0001-45  
TRACAO CORRETORA  
DE SEGUROS LTDA

14 JUN 2018

Rua da Aurora, nº 175, SL 902 B/C  
Bom Vista - CEP: 51.060-010

DATA: 04/05/17

HORA: 03:54

MÉDICO





DATA:	REAVLIAÇÃO NUTRICIONAL (1):		
15/05/17	IG: 24	Peso (Kg): 77,8	Edema: - IMC (Kg/m2): 30,77
HORA:	Classificação: <u>Sobrepeso</u>		Ganho Ponderal: -
CONDUTA NUTRICIONAL:	Paciente com boa oscilação e com função intestinal regularizada. Conduta mantida.		
	(S)		

DATA:	REAVLIAÇÃO NUTRICIONAL (2):		
22/05/17	IG: 25	Peso (Kg): 76,6	Edema: - IMC (Kg/m2): 30,30
HORA:	Classificação: <u>Sobrepeso</u>		Ganho Ponderal: -
CONDUTA NUTRICIONAL:	Paciente sem quixas. Conduta mantida.		
	(S)		

DATA:	REAVLIAÇÃO NUTRICIONAL (3):		
	IG: _____	Peso (Kg): _____	Edema: _____ IMC (Kg/m2): _____
HORA:	Classificação: _____		Ganho Ponderal: _____
CONDUTA NUTRICIONAL:	<p>OS.802.494/0001-41</p> <p>TRACÃO CORRETORA</p> <p>DE SEGUROS LTDA</p> <p>14 JUN 2018</p> <p>Rua da Aurora, nº 175, SL 902 BL. C</p> <p>Bos Vitor - CEP 30.050-010</p> <p>RECIFE-PE</p>		

DATA:	REAVLIAÇÃO NUTRICIONAL (4):		
	IG: _____	Peso (Kg): _____	Edema: _____ IMC (Kg/m2): _____
HORA:	Classificação: _____		Ganho Ponderal: _____
CONDUTA NUTRICIONAL:			



Paciente:	Josiane Francisco da Silva		Leito:	501-3	Data:	09/05/17
Prontuário:	8586194	Idade:	30			
Diagnóstico:	Fratura de quadril		PPG:	72 kg	Hora:	

**PATOLOGIAS ASSOCIADAS:**

( ) DM ( ) Hipertensão ( ) Anemia (X) Outras: Nega

**ALERGIA OU INTOLERÂNCIA ALIMENTAR:**

(X) Nêo ( ) Sim Qual (is):

**QUEIXAS DIGESTIVAS:**

( ) Azia ( ) Náuseas/Vômitos ( ) Inapetência ( ) Gases (X) Outras: Não

**FUNÇÃO INTESTINAL:**

( ) Regular ( ) Diarreia (X) Constipação Obs:

05.802.494/0001-41  
TRAÇÃO CORRETORA  
DE SEGUROS LTDA.

14 JUN 2019

Boa Vista - CEP: 50.060-010  
RECIFE-PE

### AVALIAÇÃO NUTRICIONAL DE ADMISSÃO

Altura (m): 1,59	IG: 20	Edema: -
Peso (Kg): 86,0	Perda de Peso: -	
IMC (Kg/m <sup>2</sup> ): 34,02	MUST*: 00	Reavaliação: ( ) Semanal
Classificação: Obesidade	Classificação: Baixo Risco	( ) 3/3 dias

<sup>a</sup>(adaptação BAPEN, 2013)

**OBSERVAÇÕES GERAIS:**

---

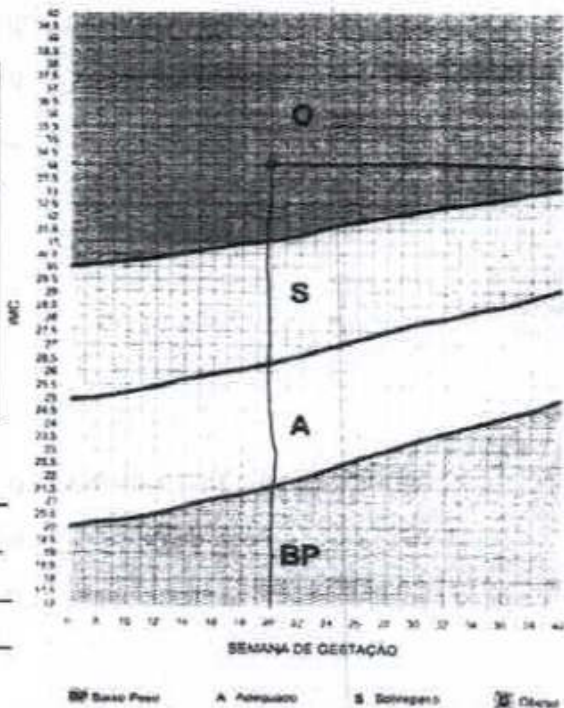
---

---

---

**CONDUTA NUTRICIONAL:**

forbido pela larva devido ao quadro de constipação (há 6 dias). Segue em acompanhamento. Não será possível acompanhar estado nutricional devido a impossibilidade de lactação.



Fonte: A/Univ. 1992, modificado.

September 2002







Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco  
SUMÁRIO DE ADMISSÃO E ALTA  
LAUDO E EMISSÃO DE AIN NOS HOSPITAIS PÚBLICOS  
HOSPITAL BARÃO DE LUCENA AIN Nº

NOME DO PACIENTE		Nº PRONTUÁRIO	
ENDEREÇO		MUNICÍPIO	
CEP	DATA DE NASCIMENTO	BEXO	CONDICÃO
		Masc. [ ] 1 [ ] 3	Sag. [ ] 2 [ ] 4 [ ] 6 [ ] 8
NOME DO SEGURADO			
CIC Do Médico Solicitante	VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA		CIC do Médico Responsável
	Empregado [ ] 1 [ ] 2 [ ] 3 [ ] 4 [ ] 5 [ ] 6		
DIAGNÓSTICO INICIAL		CID	
PROCEDIMENTO SOLICITADO		CÓDIGO	
PROCEDIMENTOS ESPECIAIS			
<input type="checkbox"/> MUDANÇA DE PROCEDIMENTO		<input type="checkbox"/> USO DE PRÓTESE ÓRTESE	
<input type="checkbox"/> DIÁRIA DE UTI		<input type="checkbox"/> USO DE FATORES DE COAGULAÇÃO	
<input checked="" type="checkbox"/> DIÁRIA DO ACOMPANHANTE		<input type="checkbox"/> USO DE OXIGENADORES	
<input type="checkbox"/> VACINA ANTI RH		<input type="checkbox"/> NUTRIÇÃO PARENTERAL	
DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS			
Faltando exames 29/05/17			
05.802.494/0001-41 TRACAO CORRRETORA DE SEGUROS LTDA 14 JUN 2019 Rua da Aurora, nº 175, 5º 902 BL C Boa Vista - CEP: 50.050-010 RECIFE PE			
RESUMO DE INTERNAÇÃO			
26 dias Trauma abdominal por 9 x 10 cm			
DIAGNÓSTICO PRINCIPAL		CÓDIGO	
Infecção		0303/10004	
DIAGNÓSTICO SECUNDÁRIO		CÓDIGO	
MOTIVO DA ALTA			
Alta Respiratória			
DATA DE INTERNAÇÃO	DATA DE ALTA	DIAS DE HOSPITALIZAÇÃO	
04/05/17	29/05/17	25 dias	





ESPECIFICAÇÃO DOS EXAMES REALIZADOS

0202010004  
 0202010051  
 0202010043  
 0202010346  
 0202010317  
 0202010080  
 0202010201  
 0202010120  
 0202020340  
 020200023  
 0205020143

10  
 10  
 10  
 10  
 10  
 10  
 10  
 10  
 10  
 08  
 04

05.802.494/0001-41  
 TRACÃO CORRETORA  
 DE SEGUROS LTDA

11 JUN 2019

Rua Aurora, Nº 175, 9.902 BL. C  
 Boa Vista - CEP 50073-010  
 RECIFE-PE

OUTROS PROCEDIMENTOS

Dr. Edilberto

Sumário de Unas 006

DATA 29.05.2019

DATA 29.05.19

ASSINATURA DO MÉDICO RESPONSÁVEL

ASSINATURA DO CHEFE DA CLÍNICA



Fatendo Viana  
30/05/12



SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Hospital Berto de Luena - SUSPE

## SUMÁRIO DE ALTA CLÍNICO / CIRÚRGICO / OBSTÉTRICO

Nome:	Prontuário:
Data de nascimento:	Clinica:
Data de Admissão:	Data de Alta:

**Resumo da Internação:**  $15P2A2 / IG = 26 \text{ sira}$   
 História da internação: paciente admitida no Hospital Berto de Luena em 24/05/12 com diagnóstico de gravidez de 26 semanas, com queixas de dor abdominal e sangramento vaginal. Foi realizada a internação para monitorização da gestação e tratamento da dor. Durante a internação, a paciente recebeu tratamento sintomático e foi submetida a exames de rotina. A evolução foi satisfatória, com resolução das queixas e estabilização da gestação. Foi realizada a alta médica em 30/05/12, com recomendações para acompanhamento ambulatorial.

**Diagnóstico:**  $15P2A2 (WTPT = 26 \text{ sira}) / (DVM) = 25 \text{ sira}$   $15G \text{ PT}$   
 $24/05/12 \rightarrow 1116 = 1116 = M 630 / 115 = 1112 / 506 = 76 / 1809 = 235$   
 $PC = 0,55$   
 $S = H02 = A + 1 \text{ (gravidez)} = 1 \text{ (gravidez)} / 50 = 0,02 \text{ PC}$   
 $CMV = 16M = 0,26 \text{ (gravidez)} / 1 \text{ (gravidez)} / 16M = 16M = 16M = 16M$   
 $IG = 26 \text{ sira}$   
 $T0V0 \text{ (gravidez)} = 16M = 16M = 16M / 16M = 16M = 16M$   
**Exames:**  $15P2A2 \text{ PT} = 2,12 / 2,12 = 1,12 / 1,12 = 1,12 / 1,12 = 1,12$   
 $15G \text{ PT} = 19 / 19 = 1,12 / 1,12 = 1,12 / 1,12 = 1,12$   
 $15G \text{ PT} = 19 / 19 = 1,12 / 1,12 = 1,12 / 1,12 = 1,12$

<b>Tratamento Cirúrgico:</b>	
<b>Cirurgia(s) Realizada(s)</b>	05.802.494/0001-41 TRACÇÃO CORRETORA DE SECUNDOS LTDA
	14 JUN 2012
<b>Cirurgião(s) Responsável(ais):</b>	Rua da Aurora, 175, 54.912-21, C Boa Vista, CEP: 50.060-000 RECIFE-PE





<b>Condições Clínicas na Alta:</b>
Após 24h das condições clínicas satisfatórias, com
estabilização da sintomatologia e melhora

<b>Medicações e Orientações:</b>
1) Sintomático
2) Do ambulatório de Fisioterapia
3) Fisioterapia Ortopédica (Via de parto)

Encaminhado para:	Enfermaria ( )	Data:
	Ambulatório de Egresso ( )	Data:
	Ambulatório de Especialidade ( )	Data:
	PSF ( )	Data:
	Outro:	Data:

Data:

Assinatura e Carimbo

05.802.494/0001-41  
 TRACÃO CORRETORA  
 DE SEGUROS LTDA  
 14 JUN 2019  
 Rua da Aurora, 10175, 51.902 BL. C  
 Boa Vista - CEP: 51.060-010  
 RECIFE-PE



SECRETARIA DE SAÚDE DE PERNAMBUCO

HOSPITAL BARÃO DE LUCENA

**DECLARAÇÃO BASEADA EM DADOS CONTIDOS EM  
PRONTUÁRIO ARQUIVADO NO SAME - HBL .**

**RESPONDENDO À SOLICITAÇÃO DA SRA JOSEANE  
FRANCISCO DA SILVA , ANALISANDO DADOS  
CONTIDOS NO PRONTUÁRIO 8586194 PERTENCENTE  
À MESMA , CONSTATAMOS QUE A PACIENTE  
ESTEVE INTERNADA NESTE SERVIÇO ENTRE OS  
DIAS 04/05/2017 A 29/05/2017 , PROCEDIMENTOS  
0303100044 , CID 10 071.9 + 099.8 .**

**RECIFE, 10/07/2017 .**

05.802.494/0001-41  
TRACÃO CORRETORA  
DE SEGUROS LTDA

14 JUN 2018

Rua da Aurora, nº 175, SL 902 BL C  
Boa Vista - CEP: 50.060-010  
RECIFE-PE

Jose Bastos Filho  
Médico  
CRM - 7130

AV. CAXANGÁ, 3860 – IPUTINGA – RECIFE/PE  
FONE: 3184-6400 / FAX: 3184-6609  
E-mail: hbl@saude.pe.gov.br





05.802.494/0001-41  
TRACÃO CORRETORA  
DE SEGUROS LTDA

14 JUN 2013

Rua da Aurora, Nº 175, Sl 902 BL. C  
Boa Vista - CEP 50.050-010  
RECIFE-PE



# PROCURAÇÃO PARTICULAR

## OUTORGANTE:

Nome: JOSEANE FRANCISCO DA SILVA  
 Nacionalidade: BRASILEIRA Estado civil: SOLTEIRA  
 Profissão: DONA  
 Identidade: 7422-789 CPF: 067.956.344-00  
 Endereço: RUA HENRIQUE DIAS, 226 - ITOARAU - PE

## OUTORGADO:

Nome: LUZIMAR DA SILVA OLIVEIRA  
 Nacionalidade: BRASILEIRO Estado civil: DIVORCIADO  
 Profissão: AUTOMOTIVO  
 Identidade: 10.151.893 CPF: 406.013.406-63  
 Endereço: P. BOA SORTE, 812 - APTO. 101 - A. LIMA - PE

05.802.494/0001-41

TRACAO CORRETORA  
 DE SEGUROS

Pelo presente Instrumento Particular de Procuração, nomeio e constituo meu bastante procurador e outorgado acima qualificado, a quem confio poderes para representar-me perante as SEGURADORAS, referente ao Seguro Obrigatório - DPVAT.

14 JUN 2019

Rua da Aurora, Nº 175, SL 902 BL. C  
 Boa Vista - CEP 50.060-010

ABREU LIMA 1805.18

LOCAL E DATA:



JOSEANE FRANCISCO DA SILVA  
 ASSINATURA DO OUTORGANTE  
 (RECONHECER FIRMA POR AUTENTICIDADE)







Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 22 de Abril de 2020

**Nº do Pedido do**

**Seguro DPVAT: 3200151992**

**Vítima: JOSEANE FRANCISCO DA SILVA**

**Data do Acidente: 04/05/2017**

**Cobertura: INVALIDEZ**

**Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT**

**Senhor(a), JOSEANE FRANCISCO DA SILVA**

Informamos que o seu pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado.

Para cobertura de Invalidez Permanente, o valor indenizável é de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). A indenização é estabelecida de acordo com o grau da lesão permanente sofrida pela vítima, com base na tabela estabelecida na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 (trinta) dias, contatos a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.**

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Estamos aqui para Você

Carta nº 15717183





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

**Rio de Janeiro, 08 de Maio de 2020**

**Nº do Pedido do**

**Seguro DPVAT: 3200151992**

**Vítima: JOSEANE FRANCISCO DA SILVA**

**Data do Acidente: 04/05/2017**

**Cobertura: INVALIDEZ**

**Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO**

**Senhor(a), JOSEANE FRANCISCO DA SILVA**

Informamos que o pagamento da indenização do Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 843,75

Dano Pessoal: Perda completa da mobilidade de um quadril 25%

Graduação: Em grau leve 25%

% Invalidez Permanente DPVAT: (25% de 25%) 6,25%

Valor a indenizar: 6,25% x 13.500,00 = R\$ 843,75

**Recebedor: JOSEANE FRANCISCO DA SILVA**

**Valor: R\$ 843,75**

**Banco: 001**

**Agência: 000001361-7**

**Conta: 000010046405-X**

**Tipo: CONTA POUPANÇA**

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em:

[www.seguradoralider.com.br/recomeco](http://www.seguradoralider.com.br/recomeco).

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Estamos aqui para Você

Pag. 00317/00318 - carta\_15R - INVALIDEZ



Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva)

**INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:**

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados do BENEFICIÁRIO ou do REPRESENTANTE LEGAL, sem rasuras, para correta análise do seu pedido de indenização. Dados incompletos ou incorretos impedem o banco de creditar o pagamento.

A conta informada precisa ser de titularidade do BENEFICIÁRIO ou do REPRESENTANTE LEGAL e deve estar regularizada, ativa, desbloqueada e sem impedimento para o crédito de indenização/reembolso.

**É obrigatório Representante Legal para:**

**Beneficiário entre 0 a 15 anos** (pai, mãe, tutor) ou o Incapaz com curador. O formulário deverá ser preenchido com os dados do Representante Legal (Pai, Mãe, Tutor ou Curador). Apenas o Representante Legal precisará assinar o formulário (no campo 2- "Assinatura do Representante Legal").

**Beneficiário entre 16 e 17 anos** - Necessário que o Beneficiário seja assistido por seu "Representante Legal" (Pai, Mãe, Tutor). O formulário deverá ser preenchido com os dados do beneficiário. Necessário que o formulário seja assinado pelo menor de idade (no campo 1 "Assinatura do Beneficiário") e seu Representante Legal (campo 2 "Assinatura do Representante legal").

Número do Sinistro ou ASL: \_\_\_\_\_ CPF da Vítima: 067.955.344-00 Nome completo da vítima: JOSEANE FRANCISCA DA SILVA

**DADOS DO RECEBEDOR DA INDENIZAÇÃO: BENEFICIÁRIO OU REPRESENTANTE LEGAL**

Nome completo <u>JOSEANE FRANCISCA DA SILVA</u>	CPF titular da conta <u>007.955.344-00</u>	Profissão <u>DO LAR</u>
Endereço <u>RUA HENRIQUE DIAL</u>	Número <u>226</u>	Complemento
Bairro <u>LOT. ACAMENON</u>	Cidade <u>IOARAUSSU</u>	Estado <u>PE</u>
E-mail	CEP <u>53.640-578</u>	Telefone (DDD) <u>81-98300 8580</u>

Declaro, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder - DPVAT, residir no endereço acima. Segue, em anexo, cópia do comprovante de residência do endereço informado.

**FAIXA DE RENDA MENSAL E DADOS BANCÁRIOS**

☒ RECUSO INFORMAR ☐ SEM RENDA ☐ ATÉ R\$ 1.000,00 ☐ R\$ 1.001,00 ATÉ R\$ 3.000,00  
☐ R\$ 3.001,00 ATÉ R\$ 5.000,00 ☐ R\$ 5.001,00 ATÉ R\$ 7.000,00 ☐ ACIMA DE R\$ 10.000,00

☒ **CONTA POUPANÇA** (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção):  
☐ BRADESCO (237) ☒ BANCO DO BRASIL (001) ☐ ITAU (341)  
☐ CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (104)

AGÊNCIA: 1361 DIV: 7 CONTA: 46405 INV: 8  
(Informar dígito se existir)

☐ **CONTA CORRENTE** (todos os bancos):

BANCO: \_\_\_\_\_ N°: \_\_\_\_\_  
AGÊNCIA: \_\_\_\_\_ DIV: \_\_\_\_\_  
(Informar dígito se existir)

05.802.494/0001-41  
FRAÇÃO CORRETORA  
DE SEGUROS LTDA  
(Informar dígito se existir)

Declaro que os dados bancários são de minha titularidade e, comprovada a cobertura securitária para o sinistro, autorizo a Seguradora Líder a efetuar o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, mediante o crédito na referida Agência de Conta. Após efetivado o crédito, reconheço e dou plena quitação do valor indenizado.

Boa Vista - CEP: 50.060-010  
RECIFE-PE

IOARAUSSU 11 de 06 de 18  
Local e Data

JOSEANE FRANCISCA DA SILVA  
Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal



Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

**INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:**

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados da VÍTIMA e do seu REPRESENTANTE LEGAL\* (caso seja aplicável) sem rasuras. O Representante Legal\* é obrigatório para os seguintes casos:

**Casos com vítima entre 0 a 15 anos** – O Representante Legal é representado pelo pai, mãe ou tutor. Apenas o Representante deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal");

**Casos com vítima entre 16 e 17 anos** – Neste caso, é necessário que a vítima seja assistida por um Representante Legal (pai, mãe ou tutor). O formulário deverá ser assinado pela vítima menor de idade no campo 1 ("Assinatura da Vítima") e também por seu Representante Legal no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

**Casos com vítima interditada com curador** – Neste caso em específico, apenas o Representante Legal deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Nome Completo da Vítima

JOSÉANE FRANCISCO DA SILVA

CPF da Vítima

067.955.344-00

Data do Acidente

04.05.17

**REPRESENTANTE LEGAL DA VÍTIMA**

Nome completo do Representante Legal

CPF do Representante legal

Email

Telefone (DDD)

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

**Assinalar uma das opções abaixo:**

☒ Não há estabelecimento do IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou

☐ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou

☐ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido.

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento da análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.

JOSÉANE FRANCISCO DA SILVA, 11 de 06 de 18

Local e Data

Joséane Francisco da Silva

Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

DALL001 V001/2017





Secretaria de Saúde  
Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

## DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO

05.802.494/0001-41  
TRACÃO CORRETORA  
DE SEGUROS LTDA

DA Nº. 012.04.2018  
EM: 09.04.2018

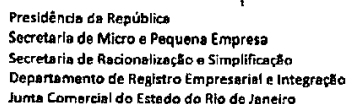
14 JUN 2018  
Rua da Aurora, nº 175, Sl 302 BL C  
Boa Vista - CEP 50.060-010  
RECIFE-PE

Atendendo ao requerimento da paciente Sra. **JOSEANE FRANCISCO DA SILVA**, portadora do Documento de Identidade nº **7422789** SDS/PE e inscrita no CPF/MF sob o nº **067.956.344-00**, declaramos que consta em nossos arquivos a ocorrência de nº **S-327407**, que no dia 04 de maio de 2017, foi atendida por nosso Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU Metropolitano do Recife, por volta das 01h22, vítima envolvida em colisão entre automóvel com poste, na Avenida Caxangá, imediações ao Colégio CFI, Caxangá, Recife/PE e, em seguida, encaminhada à Policlínica Arnaldo Marques e, posteriormente, redirecionada para o Hospital Barão de Lucena, Recife, 09 de abril de 2018.

Dr. Sérgio Parente Costa  
Gerente de Informação e Avaliação  
SAMU Metropolitano - Recife

*Sergio Parente Costa*  
Dr. Sérgio Parente Costa  
Gerente de Informação e Avaliação  
SAMU Metropolitano do Recife





NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL, QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0028479-6

### Tree functions

**Sociedade anônima**

Porte Empresarial

Normal

**NO. 40 Protomela**

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

**JUCERJA**

Último Arquivamento:

00003131303 - 18/12/2017

NIRE: 33.3.0028479-6

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Boleto(s): 102595004

Hash: ECC52023-D73D-4232-8033-7CC9943DA9D6

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
DREI	21,00	21,00

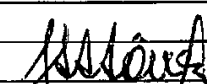
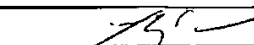
**REQUERIMIENTO**

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]**Representante legal da empresa**

Local	Nome:	 
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028472-6 Protocolo: 03-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4356AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 2/13



**JULY 1971**



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 30/07/2020 15:15:02

<https://pje.tipe.jus.br:443/1q/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20073015150201500000064304181>

Número do documento: 20073015150201500000064304181

Num. 65533824 - Pág. 1



**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar – Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**2. CONVOCAÇÃO:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

**3. PRESENÇA:** Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.


**4. MESA:** Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

**5. ORDEM DO DIA:** deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

**6. DELIBERAÇÕES:** Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: **(a) JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; **(b) HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do  
Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 1 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2019

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FAA8220CFDE4356AFAD85ECF8FFD5CF69740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 3/13



Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rratificar as funções específicas perante à SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 2 de 3

*Handwritten signatures*

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149053 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F2336496AFDA80B1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 4/13

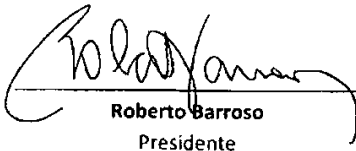


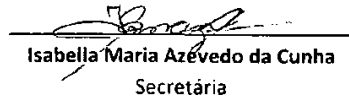
**7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

**8. ASSINATURAS:** A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

**Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.**

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
**Roberto Barroso**  
Presidente

  
**Isabella Maria Azevedo da Cunha**  
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: CO-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018  
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 0033149053 e demais constantes do termo de autenticação.  
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8  
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 5/13





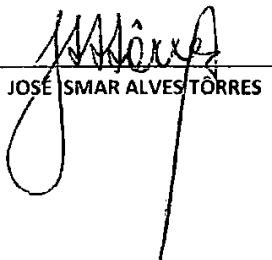
SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

**JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 0003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF6FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 0/13



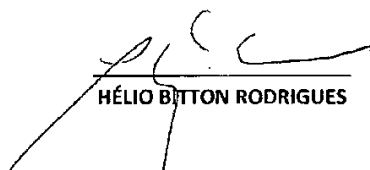
**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04**

**LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA**

**TERMO DE POSSE**

**HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
**HÉLIO BITTON RODRIGUES**

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCÍOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 09-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 10/13





## PORTARIA Nº 755, DE 21 DE JANEIRO 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSPEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Suspep, por meio da Portaria n.º 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Suspep 15414/619783/2017-04, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelas assembleias de ALTA SEGURADORA S.A. - MICROSEGURADORA, CNPJ n.º 23.694.721/0001-80, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, na assembleia geral extraordinária realizada em 30 de junho de 2017.

I - Aumento do capital social em R\$ 400.168,00, elevando-o para R\$ 5.153.585,81, dividido em 179.246.992 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; e

II - Reforma do estatuto social.

Art. 2º Revestir que a parcela de R\$ 180.140,00 do aumento de capital subscrito deverá ser integralizada até 30 de junho de 2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

## PORTARIA Nº 756, DE 22 DE JANEIRO 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSPEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Suspep, por meio da Portaria n.º 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Suspep 15414/619783/2017-04, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administradores de SEGURADORA LÍDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S.A., CNPJ n.º 09.248.608/0001-04, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado no reunião do conselho de administração realizada em 14 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

## PORTARIA Nº 757, DE 21 DE JANEIRO 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSPEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Suspep, por meio da Portaria n.º 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966, combinado com o artigo 5º da Lei Complementar n.º 126, de 15 de janeiro de 2007 e o que consta do processo Suspep 15414/625816/2017-30, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de membro do comitê de auditoria de IRB BRASIL RESEGUROS S.A., CNPJ n.º 33.376.989/0001-91, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado no reunião do conselho de administração realizada em 26 de maio de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

## RETIFICAÇÃO

No artigo 1º da Portaria Suspep/Diorg n.º 721, de 2 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 3 de janeiro de 2018, página 188, seção 1, onde se lê: "... na reunião do conselho de administração realizada em 1º de novembro de 2017...", leia-se: "... na assembleia geral extraordinária realizada em 1º de novembro de 2017..."

Ministério da Indústria,  
Comércio Exterior e ServiçosINSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA,  
QUALIDADE E TECNOLOGIA

## PORTARIA Nº 38, DE 19 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do art. 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do art. 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do art. 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n.º 6.235, de 28 de novembro de 2007,

Considerando o Decreto Federal n.º 56.044, de 18 de maio de 1976, que aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos;

Considerando a Portaria Inmetro n.º 16, de 14 de janeiro de 2016, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Tanques de Carga Rodoviários Destinados ao Transporte de Produtos Perigosos, publicada no Diário Oficial da União de 15 de janeiro de 2016, seção 01, página 46;

Considerando que o Inmetro ou entidade por ele acreditada, conforme o disposto no § 1º do art. 7º do Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos, deve assegurar a adequação dos veículos e dos equipamentos rodoviários destinados a este fim;

Considerando a necessidade de submissão do Certificado de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos (CIPP) pelo novo Certificado para o Transporte de Produtos Perigosos (CIPP), aplicável somente à modalidade de construção de tanques de carga rodoviários;

Considerando a necessidade de ajustes dos Requisitos de Avaliação da Conformidade aprovados pela Portaria Inmetro n.º 16/2016, resolve:

Art. 1º Firam aprovados os ajustes dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Tanques de Carga Rodoviários destinados ao Transporte de Produtos Perigosos, publicados pela Portaria Inmetro n.º 16, de 14 de janeiro de 2016, conforme disposto no Anexo desta Portaria, disponibilizado no site [www.inmetro.gov.br](http://www.inmetro.gov.br) ou no endereço abaixo:

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia

Diretoria de Avaliação da Conformidade - Depto  
Rua Santa Alexandrina, n.º 416 - 5º andar - Rio Comprido

Cep 20.261-231- Rio de Janeiro - RJ

Art. 2º Ficam substituídos os Anexos A e D da Portaria Inmetro n.º 16/2016 pelos Anexos A e D anexos a esta Portaria.

Art. 3º Ficam incluídos na Portaria Inmetro n.º 16/2016 os Anexos F e G anexos a esta Portaria.

Art. 4º Ficam inseridos, no art. 4º da Portaria Inmetro n.º 16/2016, os seguintes parágrafos:

## SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

## CIRCULAR Nº 4, DE 21 DE JANEIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso de suas atribuições, torna públicas, conforme o conteúdo do Anexo, as propostas de modificação da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM e da Tarifa Externa Comum em análise pelo Departamento de Negociação Internacional (DEINT), com o objetivo de colher subsídios para definição de posicionamento do governo brasileiro no âmbito da coordenação do Comitê Técnico nº 1, de Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias, do Mercosul (CT-1).

1. Manifestações sobre as propostas deverão ser dirigidas ao DEINT por meio do Protocolo-Geral do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco "A", Térreo, CEP 20033-900, Brasília (DF). As correspondências deverão fazer referência ao número desta Circular e ser encaminhadas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta Circular no Diário Oficial da União.

2. As informações relativas às propostas deverão ser apresentadas mediante o preenchimento integral do roteiro prévio, disponível na página deste Ministério na Internet, no endereço <http://www.mdic.gov.br/infomerc> ou pelo e-mail [REPORTORIO@deint.gov.br](mailto:REPORTORIO@deint.gov.br) ou pelo endereço abaixo: Diretoria de Comércio Exterior, Rua Santa Alexandrina, n.º 416 - 5º andar - Rio Comprido, CEP 20.261-231- Rio de Janeiro - RJ.

3. O acompanhamento sobre a análise das propostas poderá ser realizado por meio do endereço eletrônico <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/ct-1/tarifas-e-nomenclatura> ou pelo endereço de comércio eletrônico [CT1@mdic.gov.br](mailto:CT1@mdic.gov.br).

4. Caso haja, posteriormente, ajustes de texto realizados pelos técnicos em nomeclatura do CT-1, eventuais manifestações a respeito deverão ser encaminhadas a esta Secretaria mediante os procedimentos previstos nesta Circular.

RENATO AGOSTINHO DA SILVA

## ANEXO

SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO PROPOSTA
2917.20.00 - Ácidos policarboxílicos cíclicos, cíclicos ou cícloaromáticos, seus anidridos, halogênios, peróxidos e seus derivados	2917.20 - Ácidos Policarboxílicos, cíclicos, cíclicos ou cícloaromáticos, seus anidridos, halogênios, peróxidos e seus derivados
	2917.20.1 - Ésteres de ácidos policarboxílicos cíclicos
	2917.20.15 - Cíclononano de dióxido
	2917.20.80 - Outros
	Outros

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/sistema/autenticacao.html>, pelo código 00012018152300014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

## Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.6028479-6 Protocolo: 60-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: F06974386FA8220CFDE4356AFADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFUA30E1B8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 6/13





**ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016**

12/11

**"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**

4996307

**ESTATUTO SOCIAL**

**CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

**Artigo 1º** – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a “Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

**Artigo 2º** – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Artigo 3º** – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

**Artigo 4º** – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

**CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**

**Artigo 5º** – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

**Parágrafo Primeiro** – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

**Artigo 6º** – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

**CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL**

**ARTIGO 7º**– A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 1 de 10

  
Bernardo F.S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4994308

**ARTIGO 8º** – A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

**Parágrafo Primeiro** – A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

**Parágrafo Segundo** – A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

**Parágrafo Terceiro** – Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

**Parágrafo Quarto** – Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo,  $\frac{1}{4}$  (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

**Parágrafo Quinto** – As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

**Parágrafo Sexto** – Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de  $\frac{2}{3}$  (dois terços) das ações ordinárias.

#### CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

**ARTIGO 9º** – A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

**Parágrafo Primeiro** – Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

**Parágrafo Segundo** – O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

**Parágrafo Terceiro** – As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 2 de 10

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





44306509

**Parágrafo Quarto** – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

**Parágrafo Quinto** – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

## CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**ARTIGO 10** – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

**Parágrafo Primeiro** – Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

**Parágrafo Segundo** – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

**Parágrafo Terceiro** – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

**ARTIGO 11** – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

**ARTIGO 12** – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

**ARTIGO 13** – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

**Parágrafo Primeiro** – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

**Parágrafo Segundo** – Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 3 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





convocada.



4095510

**Parágrafo Terceiro** - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

**ARTIGO 14** - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

**Parágrafo Primeiro** - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

**Parágrafo Segundo** - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou *e-mail* a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

**Parágrafo Terceiro** - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

**ARTIGO 15** - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 4 de 10

Bernardo F. S. Derwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4995511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 5 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4093512

15/10  
lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

**ARTIGO 16** – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

**Parágrafo Único** – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

#### **CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA**

**ARTIGO 17** – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

**ARTIGO 18** - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

**Parágrafo único** - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

#### **CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA**

**ARTIGO 19** - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

**Parágrafo Primeiro** – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1(um ano), sendo permitida a reeleição.

**Parágrafo Segundo** – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 6 de 10

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284793  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9206296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016







4893313

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

**ARTIGO 20** – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

**ARTIGO 21** - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 7 de 10

  
Bernardo F.S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4998514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

**ARTIGO 22** – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

**Parágrafo Primeiro** – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

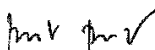
b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

**Parágrafo Segundo** – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

## CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

**ARTIGO 23** – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 8 de 10

  
Bernardo F. S. Benwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4886546

**Parágrafo Primeiro** – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

**Parágrafo Segundo** – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

#### **CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS**

**ARTIGO 24** – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

**ARTIGO 25** – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

**ARTIGO 26** – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

**Parágrafo Único** – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

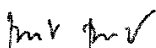
**ARTIGO 27** – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

**Parágrafo Único** – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

#### **CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO**

**ARTIGO 28** – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 9 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





de março de 1967.

19/9



4998516

## XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

**ARTIGO 29** - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

**ARTIGO 30** - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

**ARTIGO 31** - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

**Parágrafo Único** - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

**ARTIGO 32** - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 10 de 10

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016. E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE92082968235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



### PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, a SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua da Assembleia, nº 100, 26º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20011-904, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, RG nº 2.237.060, SSP-DF, CPF/MF nº 186.088.769-49, e por seu Diretor, MILTON BELLIZIA FILHO, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG nº 8.536.007-7, SSP/SP, CPF/MF nº 040.985.308-99, doravante denominada OUTORGANTE, nomeia e constitui seus bastantes procuradores adiante listados, ambos com endereço profissional na sede da Outorgante:

#### OUTORGADOS:

- 1) HÉLIO BITTON RODRIGUES, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ 71.709;
- 2) MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132;
- 3) MARIANA ROSADO SATHLER, CPF/MF nº 071.487.547-39 e OAB/RJ nº 113.702;
- 4) ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545;
- 5) LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974;
- 6) ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969;
- 7) PAULO LEITE DE FARIAS FILHO, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674;
- 8) JULIANA DANTAS BORGES, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435,

#### PODERES:

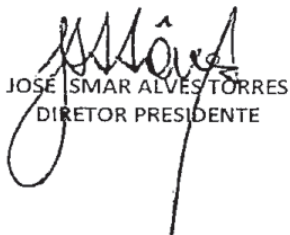
Os poderes da cláusula *AD JUDICIA ET EXTRA* para, em conjunto ou isoladamente, independentemente da ordem de nomeação, atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal, Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, Ordem dos Advogados do Brasil, em seu Conselho Federal e Seccionais; Conselhos Regionais e Federal de Medicina; Conselhos Regionais e Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional; Conselhos Regionais e Federal de Enfermagem; Conselhos Regionais e Federal de Odontologia, ou qualquer outro órgão de classe profissional, podendo firmar compromisso, receber citações, notificações e intimações, requerer, retirar, assinar e apresentar documentos, alegar e prestar declarações e informações, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar e ratificar termos e compromissos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, promover a defesa dos interesses da Outorgante, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, estando os Outorgados, desde já, autorizados a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado Mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos financeiros, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2 ou outra conta bancária que venha a Outorgante indicar por escrito, em nome da SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF 09.248.608/0001-04.

O presente mandato poderá ser substabelecido, no todo ou em parte, com reserva de iguais poderes.

VALIDADE: prazo indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de dezembro de 2018.



  
JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES  
DIRETOR PRESIDENTE

  
MILTON BELLIZIA FILHO  
DIRETOR





Jefferson de Oliveira Cruz  
CPF: 133.919.677-81  
15º Ofício de Notas  
Mat.: 94013429





**SUBSTABELECIMENTO**

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo **Dr. JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, conferem plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo

*Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora LIDER DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.*



com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09. 248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2018.

**JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**  
OAB/SP 111.807



### SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da Seguradora: **ACE SEGURADORA S/A**; **AIG SEGUROS BRASIL S/A**; **ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A**; **ALFA PREVIDÊNCIA E VIDA S/A**; **ALFA SEGURADORA S/A**; **AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS**; **ANGELUS SEGUROS S/A**; **ARGO SEGUROS BRASIL S/A**; **ARUANA SEGUROS S.A.**; **ATIÂNTICA CIA DE SEGUROS**; **AUSTRAL SEGURADORA S/A**; **AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**; **BANESTES SEGUROS S/A**; **BRADERCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS**; **BRASIL VEÍCULOS CIA. DE SEGUROS**; **BTG PACTUAL SEGURADORA S/A**; **BTG PACTUAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CAIXA SEGURADORA S/A**; **CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S/A**; **CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITOS S/A**; **CHUBB DO BRASIL CIA DE SEGUROS**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL**; **CIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL**; **CIA EXCELSIOR DE SEGUROS**; **CIA MUTUAL DE SEGUROS**; **COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **ESSOR SEGUROS S/A**; **FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S/A**; **FATOR SEGURADORA S/A**; **GENERALI BRASIL SEGUROS S/A**; **GENTE SEGURADORA S/A**; **ICATU SEGUROS S/A**; **INVESTPREV SEGURADORA S/A**; **INVESTPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **ITAÚ BMC SEGURADORA S/A**; **ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A**; **J. MALUCELLI SEGURADORA S/A**; **J. MALUCELLI SEGUROS S/A**; **MAPFRE AFFINITY SEGURADORA S/A**; **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**; **MAPFRE PREVIDÊNCIA S/A**; **MAPFRE VIDA S/A**; **MBM SEGURADORA S/A**; **MITSUMI SUMITOMO SEGUROS S/A**; **MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A**; **PAN SEGUROS S/A**; **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**; **PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **POTENCIAL SEGURADORA S/A**; **PQ SEGUROS S/A**; **PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A**; **QBE BRASIL SEGUROS S/A**; **RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **SABEMI SEGURADORA S/A**; **SAFRA SEGUROS GERAIS S/A**; **SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **SANCOR SEGUROS DO BRASIL S/A**; **SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS S/A**; **STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S.A.**; **SUHA SEGUROS S/A**; **SUL AMÉRICA CIA DE SEGUROS GERAIS**; **SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL S/A**; **TOKIO MARINE SEGURADORA S/A**





S/A; UNIÃO SEGURADORA S/A - VIDA E PREVIDÊNCIA, USEBENS SEGUROS S/A; VANGUARDA CIA DE SEGUROS GERAIS, VIDA SEGURADORA S/A; XI SEGUROS BRASIL S/A, YASUDA MARÍTIMA SEGUROS S/A; ZÜRICH MINAS BRASIL SEGUROS S/A, ZÜRICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; ZÜRICH VIDA E PREVIDÊNCIA S/A, doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato anexo, substabeleço, com reservas de iguais, na pessoa dos **Drs. JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/RJ nº 4.246, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819, CPF 098.884.617/96, **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, solteira, OAB/RJ 140.522, CPF 071.463.857/95, **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, solteiro, OAB/RJ 152.629, CPF 089.027.257/31, **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681, CPF 010.766.304/05, todos integrantes do **ESCRITÓRIO JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/A**, situado a Rua São José, 90, grupos 810/812 Centro, Rio de Janeiro, RJ- CEP 20.010-020, os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que tem por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT, ficando, desde já, **VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física**, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED) onde a OUTORGANTE figure em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769 B, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/ME nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 02 de junho de 2016

MARISTELA DE FARIAS MELO SANTOS

OAB/RJ 135.132

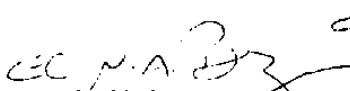


## PROCURAÇÃO

**ARUANA SEGUROS S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede Rua Visconde de Pirajá nº 414, sala 1401, Ipanema, CEP 22.410-002, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.017.295/0001-58, por seus representantes legais ao final assinados, nomeia e constitui seus bastantes procuradores **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06; **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 135.132, inscrita no CPF/MF sob o número 082.587.197-26; **VALDIR DIAS DE SOUSA JÚNIOR**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 122.882, inscrito no CPF/MF sob o número 012.310.027-51, todos com escritório à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, CEP 20031-205, no Município do Rio de Janeiro, RJ, aos quais, independentemente da ordem de nomeação, confere plenos poderes: incluindo a Cláusula *Ad Judicia et Extra*, para atuar no foro em geral, em qualquer Instância, Juízo ou Tribunal nas ações ou recursos competentes, e defender a Outorgante nas ações que lhe são contrárias, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, nomear prepostos para representar a Outorgante nas ações em que é parte, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, **ficando, desde já, VEDADO receber, da quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física**, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007. O presente mandato tem validade de 01 (um) ano a partir desta data.

Rio de Janeiro, 01 de setembro de 2015.

27 AGO 2015

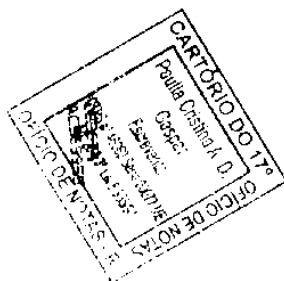
  
Eli Nunes de Alcântara Bezerra  
Diretor Presidente

  
Carlos Alberto de Deus Affonso  
Diretor Executivo

**ARUANA SEGUROS S.A.**

**JURÍDICO**  
*UPP*





088872AA295693

1. Ordem de Notas - Tabelião José de Brito Freire Filho  
Av. Rio Branco, 120 - SL 20, Centro - RJ - Telefax (21) 2505-4350  
Reconhecimento por Semelhança das firma(s) de  
ELI NUNES DE ALCANTARA BEZERRA CARLOS ALBERTO DE DEUS  
AFONSO  
RJ 2708B/2015 Em Testemunha da verdade. Conf por  
LIANDRA DO NASCIMENTO DE PAULA ESCRIVENTE 054  
Emolumentos: 9,10 IRPostos: 3,00 Total: 12,10  
FBCV40258-VII e EBCV48260 RYN Consulte em <https://www3.tj.rj.jus.br/sitepge>





06 303

ARUANA SEGUROS S.A.  
CNPJ/MF nº 07.017.295/0001-58 NIRE 333.0027392-1

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 2014**

**Data, Hora e Local:** Aos 05 (dias) dias do mês de maio de 2014, às 14h, na sede social da Companhia, na Rua Visconde de Pirajá, nº 547/sala 802 - parte, Ipanema, CEP 22.410-900, Rio de Janeiro/RJ.

**Quórum:** Acionistas presentes representando a totalidade do Capital Social da Companhia, conforme Livro de Registro de Presença de Acionistas.

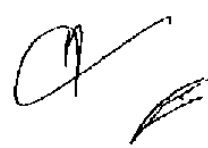
**Convocação:** Verificou-se, em 1ª convocação, a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social, o que foi constatado pelas assinaturas no livro de "Presença de Acionistas", tornando-se dispensável a convocação por Edital, conforme autorizado pelo § 4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76.

**Mesa:** Presidente: Eli Nunes de Alcântara Bezerra; e  
Secretário: Felipe Guimarães Ferreira dos Santos.

**Ordem do Dia:** I) Eleger Diretor; II) Ratificar a composição da Diretoria; e III) Designar os Diretores responsáveis por área perante a SUSEP.

**Deliberações:** Por unanimidade dos acionistas e com a abstenção dos impedidos legalmente, sem dissidências, protestos e declarações de votos vencidos, deliberaram:

I) Eleger, *ad referendum* da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2016 e remuneração global anual nos termos da Assembleia Geral Ordinária realizada em 13 de março de 2014, o Sr. Carlos Alberto de Deus Affonso, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade nº 1.921.246-3, expedida pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 041.316.067-04, domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, nº 547/sala 802 - parte, Ipanema, CEP 22.410-900, Rio de Janeiro/RJ, para o cargo de Diretor Executivo

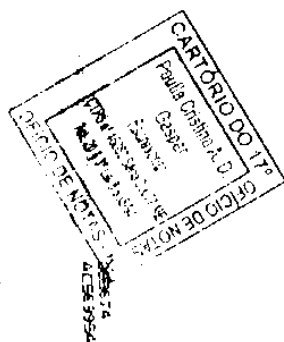


  
Valéria G. Serra  
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ARUANA SEGUROS S A  
Nire: 33300273921  
Protocolo: 0020142429643 - 17/07/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 15/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO  
Autenticação: 10E9510D06D782BA78BA79BE8013E32BAB4D8874D2213CBA1DAF50A48326DB6E7  
Arquivamento: 00002859669 - 15/08/2014



**EXEMPLAR**



07

O membro da Diretoria ora eleito, não está incurso em crime algum previsto em lei, que o impeça de exercer atividades mercantis, em especial aqueles mencionados no art. 147 da Lei de Sociedades por Ações, e atende as condições previstas na Resolução CNSP nº 136, de 07 de novembro de 2005, ficando a sua respectiva posse condicionada à homologação de sua eleição, pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

II) Ratificar a composição da Diretoria da Companhia, todos com mandato até a AGO de 2016, conforme se relaciona a seguir:

- Eli Nunes de Alcântara Bezerra - Diretor Presidente;
- Felipe Guimarães Ferreira dos Santos - Diretor Executivo; e
- Carlos Alberto de Deus Affonso - Diretor Executivo.

III) Designar os Diretores responsáveis por áreas perante a SUSEP, conforme se relaciona a seguir:

I - Sr. Felipe Guimarães Ferreira dos Santos, como Diretor responsável:

01) Pela prevenção e combate à lavagem de dinheiro, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.613/98, nos termos do art. 1º, inciso IV da Circular SUSEP nº 234/03 e Circular SUSEP nº 445/12.

II - Sr. Eli Nunes de Alcântara Bezerra, como Diretor responsável:

02) Pelas relações com a SUSEP, nos termos do art. 1º, inciso I da Circular SUSEP nº 234/03;

03) Pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade e de auditoria independente, nos termos da Resolução CNSP nº 118/04;

04) Pela obrigatoriedade de registro das apólices e endossos de emitidos, bem como pelos cosseguros aceitos, nos termos da Resolução CNSP nº 143/05;

05) Técnico e atuarial, nos termos do art. 1º, inciso II, da Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 135/05;

06) Pelos Controles Internos da Companhia, nos termos da Circular SUSEP nº 249/04;

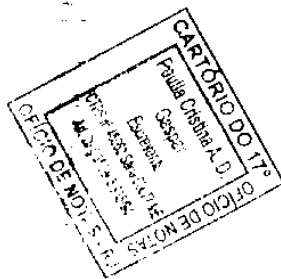


Valéria Silva, Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ARIANA SEGUROS S A  
Nire: 33300273921  
Protocolo: 0020142429643 - 17/07/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 15/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO  
Autenticação 10E8510D06D92BA76BA79BEB013E32BAB4D8874D2213C8A10AE50A48326D8A-?  
Arquivamento: 00002659659 - 15/08/2014







2026 74  
A17569953



07) Pelo Controle Interno específico para a prevenção contra fraudes, nos termos do art. 2º, parágrafo único da Circular SUSEP nº 344/07; e

08) Pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados, na forma do artigo 16, inciso I da Resolução CNSP nº 297/2013.

III - Sr. Carlos Alberto de Deus Affonso, como Diretor responsável:

09) Pela área administrativa e financeira, nos termos do art. 1º, inciso III da Circular SUSEP nº 234/03.

**Conselho Fiscal:** O Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado no período.

**Documentos arquivados:** Foram arquivados na sede da Sociedade, devidamente autenticados pela Mesa, os documentos submetidos à apreciação da Assembleia, referidos nesta ata.

**Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa encerrou os trabalhos desta Assembleia Geral, lavrando-se no livro próprio, a presente ata que, lida e achada conforme, foi aprovada por todos os presentes, que a subscrevem.

Rio de Janeiro (RJ), 05 de maio de 2014.

  
Eli Nunes de Alcântara Bezerra  
Presidente de Mesa

  
Felipe Guimarães Ferreira dos Santos  
Secretário de Mesa

  
Aracul Empreendimentos S.A.  
José Augusto Ferreira dos Santos

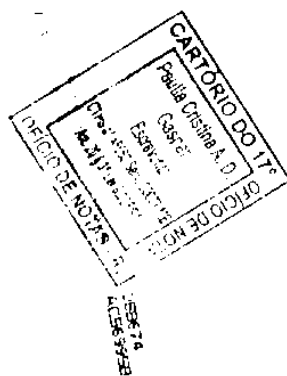
  
Aracul Investimentos Ltda.  
José Augusto Ferreira dos Santos

  
Valéria Gama Serra  
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ARUANA SEGUROS S.A.  
NIRE: 33300273821  
Protocolo: 0020142428643 - 17/07/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 15/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO  
Autenticação: 10E9510D06D92BA76BA798EB013E32BAB408874D2219CBA1DAE50A48326DRAFC  
Arquivamento: 00002659669 - 15/08/2014



RECEBUE





  
Valéria G. M. Serra  
Secretaria Geral


ARUANA SEGUROS S.A.  
CNPJ/MF nº 07.017.295/0001-58 NIRE: 333.0027392-1  
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 05 DE MAIO DE 2014

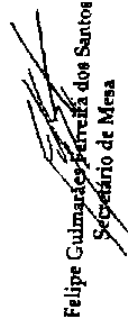
LISTA DE PRESENÇA DE ACIONISTAS

Acionista	Qtd. de ações ordinárias	% de ações ordinárias	Qtd. de ações preferenciais	% de ações preferenciais	Total de ações	%
Aracú Empreendimentos S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.794.781/0001-94 com sede na Rua General Venâncio Flores, nº 335, sala 809, Leblon, CEP 22.441-090, Rio de Janeiro - RJ, neste ato representada pelo Sr. José Augusto Ferreira dos Santos seu Diretor Presidente.	3.209.353	100	2.906.063	100	5.115.416	100
Aracú Investimentos Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.064.278/0001-46, com sede na Rua General Venâncio Flores, nº 305, sala 809, Leblon, CEP 22.441-090, Rio de Janeiro - RJ, neste ato representada pelo Sr. José Augusto Ferreira dos Santos seu Administrador.	1	0		0	1	0
<b>TOTAL</b>	<b>3.209.354</b>	<b>100</b>	<b>2.906.063</b>	<b>100</b>	<b>5.115.417</b>	<b>100</b>

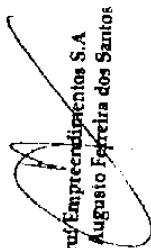
Declaramos, para os devidos fins, que foram observadas todas as disposições do artigo 126 e parágrafos da Lei nº 6.404/76, na realização da Assembleia Geral Extraordinária de 05.05.2014.

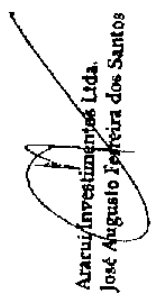
Rio de Janeiro (RJ), 05 de maio de 2014.

  
Eli Nunes de Alcântara Bezerra  
Presidente da Mesa

  
Felipe Guimarães Ferreira dos Santos  
Secretário de Mesa

ARUANA SEGUROS S.A.

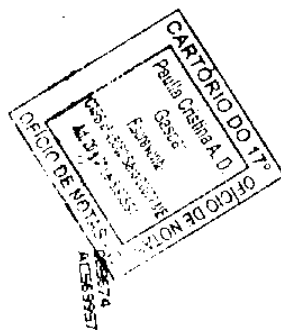
  
Aracú Empreendimentos S.A.  
José Augusto Ferreira dos Santos

  
Aracú Investimentos Ltda.  
José Augusto Ferreira dos Santos

09/19

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ARUANA SEGUROS S.A  
Nire: 33300273921  
Protocolo: 0020142429643 17/07/2014  
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 15/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 10E9510D08D92BA76BA798EB013E32BAR4DB874D2213CBA1DAE50A48326088C7  
Arquivamento: 00002650689 - 15/08/2014

XXXXXX



10/10

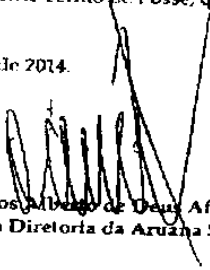
TERMO DE POSSE

Às 08 horas do dia 07 de julho de 2014, na sala de reuniões da Diretoria, localizada na Rua Visconde de Pirajá, nº 547/sala 802 - parte, Ipanema, CEP 22.410-900, Rio de Janeiro/RJ, compareceu perante o Diretor Presidente da Companhia - Sr. Eli Nunes de Alcântara Bezerra, o Sr. Carlos Alberto de Deus Affonso, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade nº 1.921.246-3, expedida pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 041.316.067-04, domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, nº 547/sala 802 - parte, Ipanema, CEP 22.410-900, Rio de Janeiro/RJ, que, após o cumprimento das formalidades legais e estatutárias, toma posse e entra no exercício do cargo de membro da Diretoria da ARUANA SEGUROS S.A., para o qual foi eleito na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de maio de 2014, com prazo de mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2016.

Com a assinatura do presente Termo, declara o eleito que assume o cargo, cumprindo e fazendo cumprir as disposições legais vigentes e o Estatuto Social da ARUANA SEGUROS S.A..

Para constar, foi lavrado o presente Termo de Posse, que segue devidamente assinado

Rio de Janeiro (RJ), 07 de julho de 2014.

  
Carlos Alberto de Deus Affonso  
Membro da Diretoria da Aruana Seguros S.A.

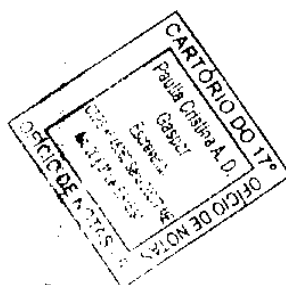
  
Valéria Grima Serra  
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ARUANA SEGUROS S.A.  
NIRE: 33300273921  
Protocolo: 0020142429643 - 17/07/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 15/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO  
Autenticação: 10E9510D08D928A76BA79BE013E3211AR4D8874D2213CBA1DAE50A48326D8R47  
Arquivamento: 00002659089 - 15/08/2014





**EXCELENTÍSSIMO**



200674  
ALC 9956



042

Rio de Janeiro (RJ), 9 de julho de 2014.

A  
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (JUCERJ/A)  
Av. Rio Branco, nº 10 - Centro,  
Rio de Janeiro/RJ  
CEP 20.090-000

Ref.: Aruana Seguros S.A. - Pedido de registro e arquivamento de ata da Assembleia Geral Extraordinária de 05.05.2014

Prezados Senhores,

ARUANA SEGUROS S.A., com sede social na Rua Visconde de Pirajá, nº 547/sala 802 - parte, Ipanema, CEP 22.410-900, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.017.295/0001-58, NIRE 3330027392-1, vem, por meio de seus Diretores infra-assinados, requerer o registro e o arquivamento da ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de maio de 2014, segundo as considerações que expomos a seguir:

O aludido conclave deliberou pelos seguintes temas: I) Eleger Diretor; II) Ratificar a composição da Diretoria; e III) Designar os Diretores responsáveis por área perante a SUSEP.

Segundo a Instrução Normativa DREI nº 14/13, que dispõe sobre os atos societários sujeitos à aprovação prévia por órgão regulador, no 4º quadro enumerativo, consta a obrigatoriedade de se obter aprovação prévia do órgão regulador para os atos de eleição de administradores.

Neste sentido, a Circular SUSEP nº 260/04 assim dispõe:

"Art. 1º. Os atos societários de investidura ou desinvestidura de administradores, a definição das unidades da federação em que a sociedade ou entidade pretende operar, a modificação do estatuto social, em todas as suas espécies, as transferências de controle acionário, cisão, fusão ou incorporação, constituição e extinção, e reavaliação de imóveis deverão ser submetidos à SUSEP devidamente instruídos, na forma do disposto nesta Circular, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir da data de sua realização." (GRIFOS NOSSOS)

Desta forma, as deliberações não constantes neste rol taxativo, consideram-se não exigíveis, ou seja, independentes de aprovação prévia da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

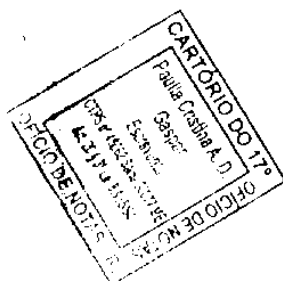
Verificamos, portanto, que as deliberações tomadas no conclave em referência carecem de submissão à SUSEP, pois dispõem sobre a investidura de administradores.

  
Valéria Silva Souza  
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ARUANA SEGUROS S.A.  
Nire: 33300273921  
Protocolo: 0020142429643 - 17/07/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 15/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO  
Autenticação: 10E9510D06D928A768A798EB013E32BAB4DB874D2213CBA1DAE50A48326D8E7  
Arquivamento: 00002659669 - 15/08/2014



EXCELENTÍSSIMO



2007.14  
ACER 5960





05/14

Ocorre que a Resolução CNSP nº 136/05, em seu artigo 9º, assim estabelece:

"Art. 9º. A posse dos membros eleitos ou nomeados para cargos estatutários dependerá da homologação dos nomes pela SUSEP, que deverá pronunciar-se no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data em que o processo administrativo correspondente esteja devidamente instruído.

(...)

§2º. O silêncio da Autarquia ao final do prazo previsto no caput implicará no reconhecimento da homologação dos eleitos, inclusive na hipótese prevista no §1º deste artigo." (GRIFOS NOSSOS)

Em 02.06.2014, a Requerente protocolizou junto à SUSEP, devidamente instruído, o pedido de homologação do conclave em referência, gerando a abertura do Expediente nº 10-007405/2014, transformado no processo SUSEP nº 15414.001486/2014-12 (Anexo 1 e 2 - Cópia do expediente e sua convalidação no processo SUSEP).

Por consequência, diante da ausência de manifestação da SUSEP, no prazo legal disposto anteriormente, o administrador eleito no conclave em referência foi devidamente empossado, em 07.07.2014, por força do instituto da homologação tácita.

Conclui-se, portanto, que a homologação tácita equivale à aprovação prévia do órgão regulador pois:

- 1) Transcorreu o prazo com ausência completa de manifestação da Autarquia;
- 2) Efetivou-se a homologação tácita;
- 3) Realizou-se a posse do membro da Diretoria da Companhia; e
- 4) Comunicou-se à SUSEP de tal empossamento, por força da homologação tácita normativa (Anexo 3 - Cópia da Petição de notificação de posse)

Ante o exposto, se requerer o devido registro e arquivamento do ato empresarial que se segue, para todos os fins legais a que se destina.

Por fim, solicitamos que quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários, sejam tratados diretamente com o Dr. Eli Nunes de Alcântara Bezerra, por meio do telefone: (21) 3509-2420, ou pelo e-mail: eli.bezerra@aruana seguros.com.br; ou diretamente com os nossos Procuradores Drs. Euds Pereira Furtado e Vinicius Pascoal da Rocha, pelos telefones: (21) 3077-3837 ou (21) 99292-3591; ou, ainda, pelo e-mail: eudsadvogados@eudsadvogados.com.br.

ARUANA SEGUROS S.A.

  
Eli Nunes de Alcântara Bezerra  
Diretor Presidente

  
Felipe Guimarães Ferreira dos Santos  
Diretor

  
Valéria G.M. Santa  
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ARUANA SEGUROS S A  
Nire: 33300273921  
Protocolo: 0020142429643 - 17/07/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 15/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 10E9510006D92BA76BA79BE8013E32BAB4DB874D2213CBA1DAC50A483260H9F7  
Arquivamento: 00002658669 - 15/08/2014



RECEBUE

RECEBUE

RECEBUE

CARTÓRIO DO 17º  
Folha Única A. D.  
Gasper  
Escrivão  
OFÍCIO DE NOTAS  
14.04.17.1.1.3  
80674  
1069559



PROTUBULA

Rio de Janeiro (RJ), 9 de julho de 2014.

A  
Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)  
Coordenação-Geral de Registros e Autorizações (CGRAT)  
Coordenação de Registros e Autorizações de Empresas (CORAT)  
Avenida Presidente Vargas, nº 730/9º andar - Centro,  
Rio de Janeiro/RJ  
CEP 20.071-001



Ref.: Proc. nº 15414.001486/2014-12 (AGE de 05.05.2014 - Eleger Diretor, ratificar a composição da Diretoria e indicar Diretores responsáveis por Área)

Prezados Senhores,

ARUANA SEGUROS S.A., com sede social na Rua Visconde de Pirajá, nº 547/sala 802 - parte, Ipanema, CEP 22.416-900, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MP sob o nº 07.017.295/0001-58, NIRE 333.0027392-1 vem, por meio de seus Diretores infra-assinados, comunicar o que segue:

1. Considerando que o processo de homologação das deliberações aprovadas pelos acionistas da ARUANA SEGUROS S.A., na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de maio de 2014, foi integralmente instruído em 02 de junho de 2014, quando do seu protocolo perante a Autarquia; e

2. Considerando que o parágrafo 2º do artigo 9º da Resolução CNSP nº 136/05 autoriza a posse dos eleitos, no silêncio da Autarquia, por mais de 30 (trinta) dias;

A Companhia traz ao conhecimento dessa d. Superintendência que, preenchidos todos os requisitos acima mencionados, deu posse, em 07 de julho de 2014, ao Sr. Carlos Alberto de Deus Affonso, para o cargo de Diretor Executivo da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2016, posse esta registrada no livro societário próprio.

Por oportuno, a ora Peticionária informa que está providenciando o arquivamento, no órgão registral competente, da ata do conclave em referência.

Por fim, solicitamos que quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários, sejam tratados diretamente com o Dr. Eli Nunes de Alcântara Bezerra, por meio do telefone: (21) 3509-2420; ou pelo e-mail: eli.bezerra@aruanaseguros.com.br, ou diretamente com os nossos Procuradores Drs. Euds Pereira Furtado e Vinicius Pascoal da Rocha, pelos telefones: (21) 3077-3837 ou (21) 99292-3591; ou, ainda, pelo e-mail: eudsadvogados@eudsadvogados.com.br.

ARUANA SEGUROS S.A.

Eli Nunes de Alcântara Bezerra  
Diretor Presidente

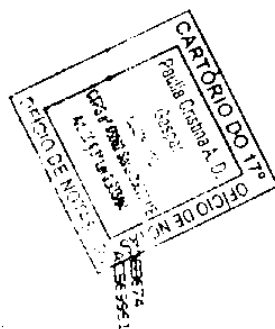
Felipe Guimarães Ferreira dos Santos  
Diretor

Valéria G. M. Serra  
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ARUANA SEGUROS S.A.  
Nire: 33300273921  
Protocolo: 0020142429643 - 17/07/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 16/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 10E9510D06D92BA768A79BF8013E37BAR40B674D2213CBA1DAE50A48326DB4F7  
Arquivamento: 00002659669 - 15/08/2014









MINISTÉRIO DA FAZENDA  
CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS

RESOLUÇÃO CNSP 136, DE 2005.

*Dispõe sobre a eleição ou nomeação de membros de órgãos estatutários das sociedades seguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar e dá outras providências.*

A SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da atribuição que lhe confere o § 10 do art. 33 do Decreto-Lei 73, de 21 de novembro de 1966, com a redação que lhe foi dada pelo art. 2º da Lei 8.127, de 20 de dezembro de 1990, e considerando o que consta do Processo CNSP 8, de 29 de agosto de 2001, na origem, e SUSEP 10.004188/01-28, torna público que o CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS - CNSP, em Sessão Ordinária realizada em 31 de outubro de 2005, considerando o disposto no art. 32, incisos II e IV do Decreto-Lei 73, de 21 de novembro de 1966, c/c art. 3º, § 1º, do Decreto-Lei 261, de 28 de fevereiro de 1967 e o inciso III, art. 38 da Lei Complementar 109, de 29 de maio de 2001,

**RESOLVEU:**

Art. 1º Dispõe sobre a eleição ou nomeação de membros de órgãos estatutários das sociedades seguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar e dá outras providências.

Art. 2º A posse e o exercício de cargos em órgãos estatutários das sociedades seguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar são privativos de pessoas cuja eleição ou nomeação tenham sido homologadas pela SUSEP.

§ 1º Os atos de eleição ou nomeação de membros de órgãos estatutários devem ser submetidos à SUSEP no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data da realização do ato, devidamente instruídos. (Parágrafo renumerado pela Resolução CNSP nº 288/2013).

§ 2º O disposto no caput deste artigo não se aplica aos casos em que a indicação de membros de órgãos estatutários couber à União Federal, quando o Ministério supervisor, antes da data da realização do ato, consultar a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP quanto ao cumprimento das condições e requisitos para o exercício dos respectivos cargos, a qual se manifestará no prazo máximo de 10 (dez) dias. (Parágrafo incluído pela Resolução CNSP nº 288/2013).

§ 3º Os respectivos atos de eleição ou de nomeação efetuados em decorrência do disposto no parágrafo anterior deverão ser comunicados à SUSEP no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar de sua ocorrência. (Parágrafo incluído pela Resolução CNSP nº 288/2013).

Art. 3º Constituem condições básicas para o exercício dos cargos em órgãos estatutários:

I - não estar impedido por lei geral ou especial;

II - ter reputação ilibada;

III - ser residente no País, nos casos de diretor ou de conselheiro fiscal;

Valéria G. M. Serra  
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ARUANA SEGUROS S.A.  
Nire: 33300273921

Protocolo: 0020142429643 - 17/07/2014

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 15/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO

Autenticação: 10E9510D06D92BA76BA79BEB013E32BAD4DB874D2213CBA1DAE50A48326DE977

Arquivamento: 00002659669 - 15/08/2014







FL 2 da Resolução CNSP 136/2005.

controlado firma ou sociedade falida, liquidada, em liquidação ou insolvente;

controle ou a fiscalização de órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta.

Impedimentos para exercício de cargo previstos na Lei das Sociedades por Ações.

Art. 4º - Além das condições básicas referidas no artigo 3º desta Resolução, o exercício de qualquer cargo estatutário deverá obedecer aos seguintes requisitos de capacitação técnica:

exercer função de direção em sociedades anônimas, entidades públicas ou privadas ou órgãos da administração pública federal, estadual ou municipal, pelo prazo mínimo de dois anos, ou ser pessoa de notória capacidade e renome em suas atividades;

As memórias de história deverão ter exercido função de direção ou gerência, em entidades públicas ou privadas, similar à do cargo que pretende ocupar, pelo período mínimo de dois anos, sendo exigível do responsável por área técnica experiência no setor de seguros, capitalização ou previdência, conforme o caso; e

igualmente equiparados, realizado no País ou no Exterior, conforme dispõe a Lei das Sociedades por Ações.

artigo, a SUSEP poderá homologar o nome do prestatório que comprove o exercício, pelo prazo mínimo de três anos, de funções de assessoramento superior em sociedade seguradora, entidade de previdência complementar, sociedade de capitalização, entidade pública ou privada ou entidade autorizada a funcionar pela SUSEP ou pelo Banco Central do Brasil, ou, ainda, em área financeira, de entidade pública ou privada.

Resolução poderá ser efetivada por meio de declaração firmada pelos pretendentes, na forma a ser indicada pela SUSEP.

expressamente, que os pretendentes preenchem as condições previstas nesta Resolução.

... não exime os eleitos, a instituição, seus controladores e administradores da responsabilidade pela credibilidade das informações prestadas no decorrer do processo de homologação.

Valéria Grimal Serra  
Secretária Geral

Empresa: ARJANA SEGUROS S A

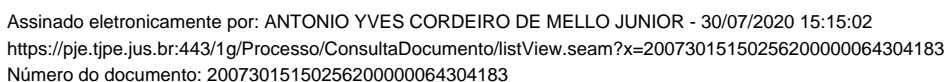
Protocol: 0020142

**CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 15/0**

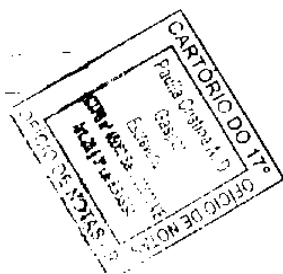
Autenticação: 10E9510D06D92BA76BA79BE6013E328AB4DB874D2213CBA1DAE50A48326D

Arquivamento: 00002659669 - 15/08/2014

**DECLARATION OF INTEREST**



**EXEMPLAR**



30974  
A. 156 9962



Art. 6º Os eleitos para cargos de órgãos estatutários deverão apresentar declaração autorizando a SUSEP a ter acesso às informações a seu respeito, constantes de quaisquer sistemas, públicos ou privados, de cadastros e informações, na forma a ser determinada pela SUSEP.

FL 3 da Resolução CNSP 150/2015.

Art. 7º Quando da eleição ou nomeação de membro do conselho de administração não residente no País deverá ser constituído procurador, pessoa física, com poderes para receber citação em ações contra ele propostas com base na legislação societária, mediante procuração com prazo de validade que deverá estender-se por, no mínimo, três anos após o término do prazo de gestão do conselheiro.

§ 1º Aplica-se ao procurador constituído o disposto no artigo 3º desta Resolução.

§ 2º Na instrução processual, além da documentação do conselheiro eleito, deverá ser encaminhada a mesma documentação referente ao procurador constituído.

Art. 8º (Artigo revogado pela Resolução CNSP nº 288/2013)

Art. 9º A posse dos membros eleitos ou nomeados para cargos estatutários dependerá da homologação dos nomes pela SUSEP, que deverá pronunciar-se no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data em que o processo administrativo correspondente esteja devidamente instruído.

§ 1º A SUSEP poderá analisar a situação individual dos pretendentes, com vistas a avaliar a possibilidade de aceitar a homologação de seus nomes, nas hipóteses previstas nos incisos IV e V do art. 3º desta Resolução.

§ 2º O silêncio da Autarquia ao final do prazo previsto no caput implicará no reconhecimento da homologação dos eleitos, inclusive na hipótese prevista no § 1º deste artigo.

Art. 10. A constatação, a qualquer tempo, do desatendimento, superveniente ou não revelado por ocasião do pedido de homologação, nos requisitos previstos nesta Resolução poderá implicar, conforme as condições de cada caso concreto, na revogação do ato de homologação do eleito e na instauração de processo administrativo sancionador, sem prejuízo dos demais procedimentos legais cabíveis.

Parágrafo único. Ficam as sociedades e entidades obrigadas a promover a destituição de membros de órgãos estatutários, sempre que constatado o descumprimento de requisitos ou o enquadramento em impedimentos para o exercício de cargo em seus órgãos estatutários (Parágrafo incluído pela Resolução CNSP nº 288/2013)

Art. 11. Das decisões que indeferirem os pedidos de homologação de que trata esta Resolução caberá recurso ao Conselho Diretor da SUSEP, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação da decisão de indeferimento.

Art. 12. As sociedades seguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar deverão atribuir aos diretores estatutários as funções específicas determinadas pela legislação vigente.

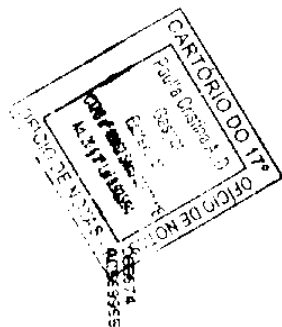
  
Valéria G. M. Serra  
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ARUANA SEGUROS S A  
Nire: 33300273021  
Protocolo: 0020142429643 - 17/07/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 15/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO  
Autenticação: 10E9510D06092BA76BA79BEB013E32BAB4DB874D2213CBA1DAE50A48376B8077  
Arquivamento: 00002659669 - 15/08/2014



[REDACTED]

[REDACTED]





168

Parágrafo Único. Na ocorrência de alteração na composição da diretoria ou nas funções específicas atribuídas aos diretores, todos os cargos e funções deverão ser ratificados, no respectivo ato assemblear.

11.4 da Resolução CNSP 136/2003.

Art. 13. Aplicam-se as disposições desta Resolução, no que couber, aos representantes legais de sociedades estrangeiras em operação no País e seus procuradores.

Art. 14. A comunicação à SUSEP da eleição ou nomeação dos membros eleitos de que trata o art. 2º será feita, pela sociedade ou entidade, por meio de requerimento, acompanhado da documentação a ser indicada pela SUSEP.

Art. 15. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as Resoluções CNSP 65, de 3 de setembro de 2001, e 74, de 13 de maio de 2002, mantida a vigência dessas normas, na parte que não esteja em desacordo com a presente Resolução, no tocante à instrução de requerimentos, até que seja editada pela SUSEP regulamentação do tema.

Rio de Janeiro, 7 de novembro de 2005.

**RENÉ GARCIA JR.**  
Superintendente da Superintendência de Seguros Privados

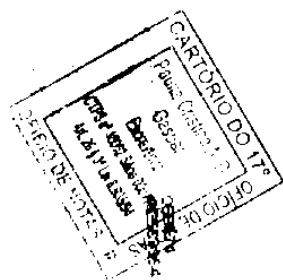
\* Norma consolidada em setembro de 2013.

  
Valéria G. M. Serra  
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ARUANA SEGUROS S A  
Nire: 33300273921  
Protocolo: 0020142429543 - 17/07/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 15/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 10E9510006D928A768A798EBD13E328AB4DB874D2213CBA1DAE50A48326DBF7  
Arquivamento: 00002659669 - 15/08/2014



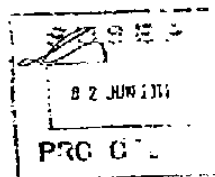
20073015150256200000064304183



Rio de Janeiro (RJ), 05 de maio de 2014.



A  
Superintendência de Seguros Privados - SUSEP  
Coordenação Geral de Registros e Autorizações - CGRAT  
Coordenação de Registros e Autorizações de Empresas - CORAT  
Avenida Presidente Vargas, nº 730/9º andar - Centro.  
Rio de Janeiro/RJ.  
CEP 20 071-001



Interessado: Aruana Seguros S.A.

Assunto: Assembleia Geral Extraordinária de 05 de maio de 2014.

Deliberações: I) Eleger Diretor, II) Ratificar a composição da Diretoria, e III) Designar os Diretores responsáveis por Área perante a SUSEP.

Prezados Senhores,

ARUANA SEGUROS S.A., com sede social na Rua Visconde de Pirajá, nº 547/sala 802 - parte, Ipanema, CEP 22.410-900, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.017.295/0001-58, NIRE 333.0027392-1 vem, por meio de seus Diretores infra-assinados, encaminhar a documentação necessária e requerer a V. Exa. se digne a homologar as deliberações aprovadas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de maio de 2014, quais sejam: I) Eleger Diretor, II) Ratificar a composição da Diretoria, e III) Designar os Diretores responsáveis por área perante a SUSEP.

Por fim, solicitamos que quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários, sejam tratados diretamente com o Dr. Eli Nunes de Alcântara Bezerra, por meio do telefone: (21) 3509-2420; ou pelo e-mail: eli.bezerra@aruanaseguros.com.br; ou diretamente com os nossos Procuradores Drs. Eudis Pereira Furtado e Vinicius Pascoal da Rocha, pelos telefones: (21) 3077-3837 ou (21) 99983-1291; ou, ainda, pelo e-mail: eudsadvogados@eudsadvogados.com.br.

ARUANA SEGUROS S.A.

Eli Nunes de Alcântara Bezerra  
Diretor Presidente

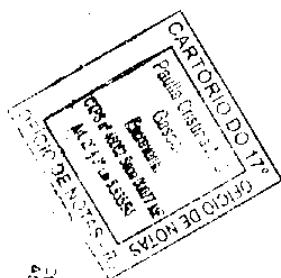
Felipe Guimarães Pereira dos Santos  
Diretor

Valéria G. A. Serra  
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ARUANA SEGUROS S.A.  
Nire: 33300273921  
Protocolo: 0020142429643 - 17/07/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 15/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO  
Autenticação: 1DE9510D06D92BA76BA79BE013E32BA94DB674D2213CBA1DAE5DA48326DB017  
Arquivamento: 00002659869 - 15/08/2014



RECEBUE



RECEBUE  
65533826





18/07/14

CONSULTA AO CONTROLE DE EXPEDIENTES

Última movimentação do Protocolo Nº: 10.007405/2014

Atenção: O Expediente consultado gerou a abertura do Processo nº15414.001486/2014. [Clique aqui para consultar o andamento desse processo.](#)

DATA DA MOVIMENTAÇÃO	4/5/2014 (3ª)
UNIDADE DE ORIGEM	CGPAT/SECRET
UNIDADE DE DESTINO	ORIGEM PROC
REMITENTE	ARUANA SEGUROS S.A
ASSUNTO	ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIO

Andamentos Anteriores

Data/Hora	Ordem
02/06/2014 14:35:45	2º
02/06/2014 11:30:59	1º

[Procurar outro Expediente](#)

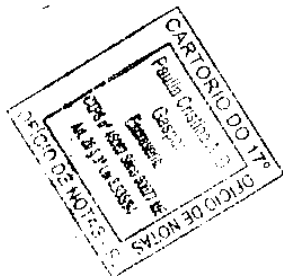
[http://www2.susep.gov.br/menuatendimento/Processos/expdUltimo\\_2011.asp?n=10-0...](http://www2.susep.gov.br/menuatendimento/Processos/expdUltimo_2011.asp?n=10-0...) 07/07/2014

  
Valéria Grillo Serra  
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ARUANA SEGUROS S.A  
Nire: 33300273921  
Protocolo: 0020142429643 - 17/07/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 15/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 10E9510D06D92BA76BA798EB013E32BAR4DB874D2213CBA1DAE60A48326DB31-7  
Arquivamento: 00002659609 - 15/08/2014



172.147.13



2020/07/30  
15:15:02



00-14/242-464-3  
fls. 23



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços  
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo N.º	00.14/085.130-4
Data	/ / fls. 33
Rubrica	

Parecer nº 51/2014-JUCERJA-PRJ-MLS

Proc.: 00-2014/085170-4  
GENERALI BRASIL SEGUROS S.A.  
NIRE: 3330000264-2

SOCIEDADE ANÔNIMA. SEGURADORA.  
ELEÇÃO E NOMEAÇÃO DE  
ADMINISTRADORES ESTRANGEIROS  
PARA O CONSELHO DE  
ADMINISTRAÇÃO. HOMOLOGAÇÃO  
TÁCITA PREVISTA NOS ATOS  
NORMATIVOS DO CNSP.  
RECONHECIMENTO DO CUMPRIMEN-  
TO DE EXIGÊNCIA MERAMENTE  
FORMAL RELATIVA A DOCUMENTO JÁ  
REGISTRADO NA JUCERJA.  
IMPOSSIBILIDADE DE NEGAR-SE  
VALIDADE A INSTITUTO CRIADO PELO  
ENTE REGULADOR DO SETOR DE  
SEGUROS

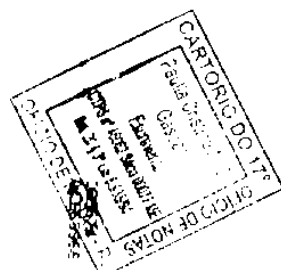
Srs. Vogais,

Trata-se de pedido de arquivamento da Ata da Assembleia Geral  
Extraordinária da companhia GENERALI BRASIL SEGUROS S.A., realizada em 23 de  
dezembro de 2014, pela qual são eleitos e nomeados administradores da sociedade.

Valéria G. M. Serra  
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ARUANA SEGUROS S A  
Nire: 33300273921  
Protocolo: 0020142429643 - 17/07/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 15/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 10E9510D06D92BA76BA79BEB013E32BAB4DB874D2213CBA1DAE50A48326D8817  
Arquivamento: 00002659669 - 15/08/2014







00. 242964-3  
fls. 248



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços  
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo N.º	00141005.170.4
Data	1/1/18
Rubrica	34

A companhia alega (fls. 08/09), em síntese, que a eleição dos administradores teria sido homologada tacitamente pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, na forma do disposto no art. 9º da Resolução CNSP nº 136/2005.

Em regra, o registro dos atos de eleição de administradores das companhias seguradoras fica submetido à aprovação prévia da SUSEP, conforme o art. 32, II,² do Decreto-Lei nº 73, c/c art. 2º, parágrafo único,¹ da Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP nº 136, de 2005 e a IN DREI nº 14/2013 (vide cópia anexa).

No entanto, considerando a norma específica do CNSP relativa à homologação tácita, verifica-se que no caso em tela, de fato, houve homologação tácita da eleição dos administradores, haja vista a ausência de uma decisão administrativa da SUSEP no prazo de até 30 dias do atendimento da última exigência, que é de natureza meramente formal, pois não forma juntadas as procurações conferidas pelos acionistas a Marcelo Franklin que assinou a Ata da AGE de 23.12.2013 em nome daqueles.

Atendida a última exigência feita de caráter meramente formal e previsto nas normas do ente regulador do setor de seguros - CNSP - o instituto da homologação tácita

¹ Art. 9º. A posse dos membros eleitos ou nomeados para cargos estatutários dependerá da homologação dos nomes pela SUSEP, que deverá pronunciarse no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data em que o processo administrativo correspondente esteja devidamente instruído.

(...)  
§ 2º. O silêncio da Autarquia ao final do prazo previsto no caput implicará no reconhecimento da homologação dos eleitos, inclusive na hipótese prevista no § 1º deste artigo.

² Art. 32. É criado o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, ao qual compete privativamente: (Redação dada pelo Decreto-lei nº 296, de 1967)

(...)  
II - Regular a constituição, organização, funcionamento e fiscalização dos que exercem atividades subordinadas a este Decreto-Lei, bem como a aplicação das penalidades previstas;

(...)  
Art. 2º. A posse e o exercício de cargos em órgãos estatutários das sociedades seguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar são privativos de pessoas cuja eleição ou nomeação tenham sido homologadas pela SUSEP.

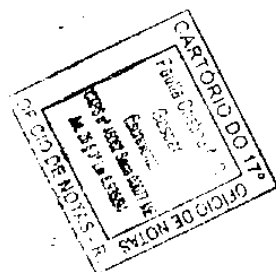
Parágrafo único. Os atos de eleição ou nomeação de membros de órgãos estatutários deverão ser submetidos à SUSEP no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data da realização do ato, devidamente instruídos.

Valéria G. M. Serra  
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ARUANA SEGUROS SA  
Nire: 33300273921  
Protocolo: D020142429643 17/07/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 15/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 10E9510D06D92BA76BA79BEB013E32BAB4DB874D2213CBA1DAE50A48326D77  
Arquivamento 00002659669 - 15/08/2014



11-11-11



30/07/2020  
11-11-11



00.14/242964-3  
fls. 258



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços  
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo N.º	00.14/085-170-4
Data	1 / 1 / 25
Rubrica	

não cabe à Junta Comercial negar validade a instituto criado no âmbito do poder regulatório de outras entidades governamentais, sob pena de usurpar atribuições.

Com efeito, a finalidade da homologação tácita, como sempre ocorre quando é instituída na esfera pública, é fazer com que os particulares não sofram prejuízos com a demora por parte da Administração Pública na apreciação de seus pleitos.

Tal instituto há que ser aplicado, principalmente quando tratar-se de exigência de caráter meramente formal, como no presente caso, relativo a procurações que já foram, inclusive, devidamente registradas nesta JUCERJA, como comprovam os documentos acostados.

Tendo sido protocolado o atendimento à última exigência formal da SUSEP em 05.02.2014, há que se reconhecer a ocorrência da homologação tácita prevista nas normas do CNSP em 07.03.2014.

Pelo exposto, opino pelo prosseguimento na apreciação do pedido de registro.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2014.

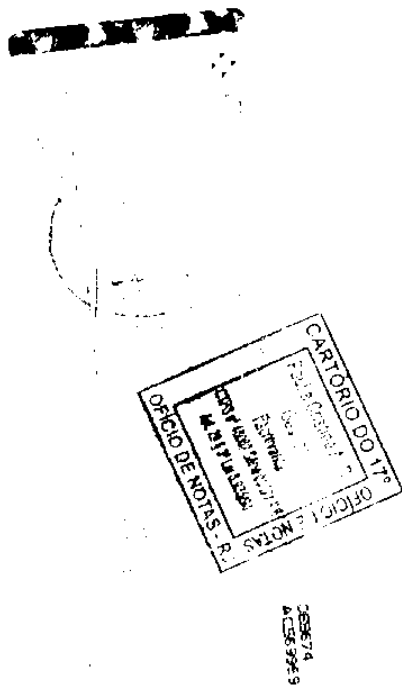
MARCELO LOPES DA SILVA  
Procurador Adjunto da JUCERJA  
ID.: 1921985-7

3

Valéria G. M. Serra  
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ARUANA SEGUROS S A  
Nire: 33300273921  
Protocolo: 0020142429643 - 17/07/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 15/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 10E9510D06D92BA76BA79BE8013E32BAB4DB874D2213CBA1DAF50A48326E0BEE7  
Arquivamento: 00002659609 - 15/08/2014









Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo  
Secretaria de Comércio e Serviços  
Departamento Nacional de Registro do Comércio

00-2015/116063-5

JUCERJA

3330077392-1

Atos 301

ARUANA SEGUROS S.A.

15 abr 2015 10:48

Guia: 101512104

Comprov. e expedição no mesmo local de emissão. Junta e Calculado: 473,00 Pago: 473,00  
DNRC e Calculado: 21,00 Pago: 21,00  
LT. ARQ.: 00002745844 01/04/2015 303

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
NOME: ARUANA SEGUROS S.A.  
NIRE: 3330077392-1  
Protocolo: 0020151160635 - 15/04/2015  
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 16/04/2015 E O REGISTRO SOB O NÚMERO  
E DATA ABAIXO

00002751280

DATA: 16/04/2015

Bernardo F. S. Berninger  
Secretário Geral

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

NOME: ARUANA SEGUROS S.A.  
(na empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Requerer: 1. Se o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	Q.TDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
				REGISTRO DA AGE DE 12/04/2015

(na instrução de preenchimento e tabela 4)

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: ELI NUNES DE ALCANTARA PEREIRA

Assinatura: ELI NUNES DE ALCANTARA PEREIRA

Telefone de contato:

16/04/15  
Data

2. USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM ☐ NÃO

Processo em ordem. A decisão: 18/2 (16/4/15)

☐ NÃO ☐ NÃO

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) ☐ 2º Exigência ☐ 3º Exigência ☐ 4º Exigência ☐ 5º Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e arquivar-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) ☐ 2º Exigência ☐ 3º Exigência ☐ 4º Exigência ☐ 5º Exigência

☒ Processo deferido. Publique-se e arquivar-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

16.04.2015

Artur C. Cardoso  
Vice-Presidente  
Membro do Conselho  
02017/10/2015

Artur C. Cardoso  
Vice-Presidente  
Membro do Conselho  
Membro do Conselho

OBSERVAÇÕES:

FORTAN GRÁFICA

REF: 311

AUTORIZAÇÃO ABREVIADA Nº 1

Bernardo F. S. Berninger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ARUANA SEGUROS S.A

Nire: 33300773921

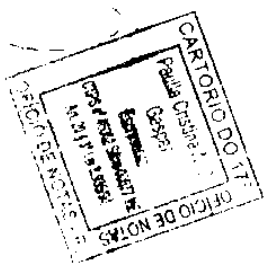
Protocolo: 0020151160635 - 15/04/2015

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 16/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: F960CEEBAF8BE3214645262F771F6C4B718C477C9084C6B6C24EE14941 BCDD

Arquivamento: 00002751280 - 16/04/2015







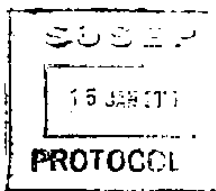
COF. 1511-1558  
M. 1111-1558



Protocolo

04

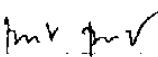
A Coordenação de Registros e Autorizações de Empresas - CORAT  
Coordenação-Geral de Registro e Autorizações - CGRAT

Formulário de Abertura de Processo Administrativo - SUSEP	
Nome da Empresa: Aruana Seguros S.A. Código: 0211-9	 <b>SUSEP</b> Superintendência de Seguros Privados Expediente: 10-000344/2015 
<b>Assunto:</b>	
<input type="checkbox"/> Aumento de Capital Social	<input type="checkbox"/> Redução de Capital Social
<input type="checkbox"/> Cisão, Fusão ou Incorporação	<input checked="" type="checkbox"/> Reforma do Estatuto Social
<input type="checkbox"/> Constituição de Sociedade	<input type="checkbox"/> Transferência de Carteira
<input type="checkbox"/> Consulta	<input type="checkbox"/> Transferência de Controle Acionário
<input type="checkbox"/> Desinvestidura de Administradores	<input type="checkbox"/> Transformação em S/A
<input type="checkbox"/> Investidura de Administradores	<input checked="" type="checkbox"/> Outros: Ampliar a área de atuação e consolidar o Estatuto Social.
<input type="checkbox"/> Reavaliação de Imóveis	
<b>Outros dados:</b>	<b>Data:</b> 12.01.2015
<input type="checkbox"/> AGC - Assembleia Geral de Constituição	
<input checked="" type="checkbox"/> AGE - Assembleia Geral Extraordinária	
<input type="checkbox"/> RCD - Reunião de Conselho Deliberativo	
<input type="checkbox"/> RCA - Reunião de Conselho Administrativo	
<input type="checkbox"/> RD - Reunião de Diretoria	
<input type="checkbox"/> Outros:	
<b>Observações:</b> Data e Local: Rio de Janeiro (RJ), 12 de janeiro de 2015.	

ARUANA SEGUROS S.A.

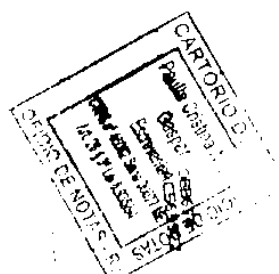
  
Eli Nunes de Alcântara Bezerra  
Diretor Presidente

  
Carlos Alberto de Deus Affonso  
Diretor Executivo

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ARUANA SEGUROS S.A.  
Nire: 33300273921  
Protocolo: 0020151160635 - 15/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 16/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO  
Autenticação: F960CCEBAF8BC3214645262F771F6CAEB718C477C9084C6B6C24EE1494FBCDB  
Arquivamento: 00002751280 - 16/04/2015







05  
0

Rio de Janeiro (RJ), 12 de janeiro de 2015.

**A**  
**Superintendência de Seguros Privados - SUSEP**  
**Coordenação-Geral de Registros e Autorizações - CGRAT**  
**Coordenação de Registros e Autorizações de Empresas - CORAT**  
**Avenida Presidente Vargas, nº 730/9º andar - Centro,**  
**Rio de Janeiro/RJ**  
**CEP 20.071-001**

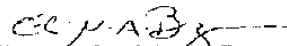
**Interessado:** Aruana Seguros S.A.  
**Assunto:** Assembleia Geral Extraordinária de 12 de janeiro de 2015  
**Deliberações:** I) Ampliar a área de atuação da Companhia; II) Reformar o artigo 3º do Estatuto Social; e III) Consolidar o Estatuto Social

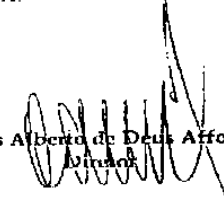
Prezados Senhores,

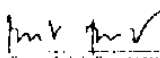
**ARUANA SEGUROS S.A.**, com sede social na Rua Visconde de Pirajá, nº 414/sala 1401 - parte, Ipanema, CEP 22.410-002, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.017.295/0001-58, NIRE 333.0027392-1, vem, por meio de seus Diretores infra-assinados, encaminhar a documentação necessária e requerer a V. Exa. se digne a homologar as deliberações aprovadas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de janeiro de 2015, quais sejam: I) Ampliar a área de atuação da Companhia; II) Reformar o artigo 3º do Estatuto Social; e III) Consolidar o Estatuto Social.

Por fim, solicitamos que quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários, sejam tratados diretamente com o Dr. Eli Nunes de Alcântara Bezerra, pelo telefone: (21) 3509-2470, ou pelo e-mail: eli.bezerra@uol.com.br; ou diretamente com os nossos Procuradores Drs. Euds Pereira Furtado e Vinicius Pascoal da Rocha, pelos telefones: (21) 3077-3837 ou (21) 99292-3591, ou, ainda, pelo e-mail: eudsadvogados@eudsadvogados.com.br

**ARUANA SEGUROS S.A.**

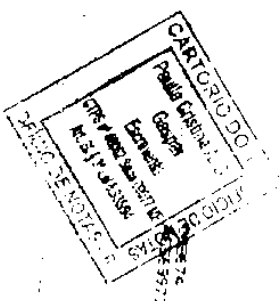
  
**Eli Nunes de Alcântara Bezerra**  
**Diretor Presidente**

  
**Carlos Alberto de Deus Affonso**  
**Diretor**

  
**Bernardo S. Belwanger**  
**Secretário Geral**

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ARUANA SEGUROS S.A.  
Nire: 33300273921  
Protocolo: 0020151150635 - 15/04/2015  
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 16/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO  
Autenticação: F960CEBFAF8BE3214645262F771F6CAEB/18C4777C9084C6B6C24EE1494FBCDR  
Arquivamento: 00002751280 - 16/04/2015

**RECEBUE**



06

ARUANA SEGUROS S.A.  
CNPJ/MF nº 07.017.295/0001-58 NIRE 333.0027392-1

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2015.**

**Data, Hora e Local:** Aos 12 (doze) dias de janeiro de 2015, às 9h, na sede social da Companhia, na Rua Visconde de Pirajá, nº 414/sala 1401 - parte, Ipanema, CEP 22.410-002, Rio de Janeiro/RJ.

**Quórum:** Acionistas presentes representando a totalidade do Capital Social da Companhia, conforme Livro de Registro de Presença de Acionistas. ✓

**Convocação:** Verificou-se, em 1ª convocação, a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social, o que foi constatado pelas assinaturas no livro de "Presença de Acionistas", tornando-se dispensável a convocação por Edital, conforme autorizado pelo § 4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76. ✓

**Mesa:** Presidente: Eli Nunes de Alcântara Bezerra; e  
Secretário: Carlos Alberto de Deus Affonso.

**Ordem do Dia:** I) Ampliar a área de atuação da Companhia; II) Reformar o artigo 3º do Estatuto Social; e III) Consolidar o Estatuto Social

**Deliberações:** Por unanimidade dos acionistas e com a abstenção dos impedidos legalmente, sem dissidências, protestos e declarações de votos vencidos, deliberaram:

I) Ampliar a área de atuação da Companhia, que passará a operar nas 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 8ª Regiões, conforme definido na normatização aplicável, editada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

II) Reformar o artigo 3º do Estatuto Social da Companhia, em decorrência da deliberação aprovada anteriormente, que passará a vigorar com a seguinte redação.

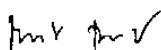
"ARTIGO 3º - A Companhia tem por objeto explorar e operar, nas 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 8ª Regiões, seguros de Danos, podendo participar de outras sociedades como sócia ou acionista, de acordo com as previsões legais."

III) Considerando as alterações promovidas pelas deliberações aprovadas neste ato, resolvem os acionistas consolidar o Estatuto Social, que passará a vigorar com a redação do Anexo I à presente ata.

**Conselho Fiscal:** O Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado no período.

**Documentos arquivados:** Foram arquivados na sede da Sociedade, devidamente autenticados pela Mesa, os documentos submetidos à apreciação da Assembleia, referidos nesta ata.

**Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa encerrou os trabalhos desta Assembleia Geral, lavrando-se no livro próprio, a presente ata que, lida e achada conforme, foi aprovada por todos os presentes, que a subscrevem. 3

  
Bernardo F. S. Berninger  
Secretário Geral

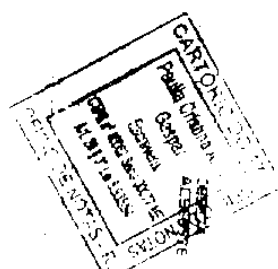
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ARUANA SEGUROS S.A.  
Nire: 33300273921  
Protocolo: 0020151160635 - 15/04/2015  
CERTIFICO O DEFRIMENTO EM 16/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: F960CCCB4F8BC3214645262F771F6CAEB718C4777C9084C6B6C24EE1494FBCDB  
Arquivamento: 00002751280 - 16/04/2015



**ALFABETO**



Cartão de identificação





**Assinaturas:** Presidente de Mesa: Eli Nunes de Alcântara Bezerra; Secretário de Mesa: Carlos Alberto de Deus Affonso. Acionistas: Aracuí Empreendimentos S.A., neste ato representada por seu Diretor Presidente Sr. José Augusto Ferreira dos Santos; e Aracuí Investimentos Ltda., neste ato representada pelo seu administrador Sr. José Augusto Ferreira dos Santos.

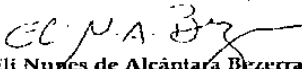
**Declaração:** Declaramos, para os devidos fins, que apresente é cópia fiel da ata original lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas.

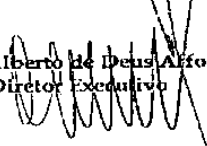
Rio de Janeiro (RJ), 12 de janeiro de 2015.

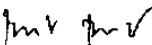
  
Eli Nunes de Alcântara Bezerra  
Presidente de Mesa

  
Carlos Alberto de Deus Affonso  
Secretário de Mesa

ARUANA SEGUROS S.A.

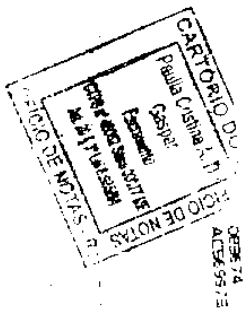
  
Eli Nunes de Alcântara Bezerra  
Diretor Presidente

  
Carlos Alberto de Deus Affonso  
Diretor Executivo

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ARUANA SEGUROS S.A  
Nire: 33300273921  
Protocolo: 0020151160635 - 15/04/2015  
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 16/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: F950CEEBAF8BE3214645262F771F6CAEB718C4777C9084C6B6C24EE1494FHCDB  
Arquivamento: 00002751280 16/04/2015





ARUANA SEGUROS S.A.  
CNPJ/MF nº 07.417.295/0001-58 NIRE 333.0027392-1

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 12 DE JANEIRO DE 2015

LISTA DE PRESENÇA DE ACIONISTAS

Acionista	Qtd. de ações ordinárias	% de ações ordinárias	Qtd. de ações preferenciais	% de ações preferenciais	Total de ações	%
Aracui Empreendimentos S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.794.781/0001-94, com sede na Rua General Venâncio Flores, nº 305, sala 809, Leblon, CEP 22.441-090, Rio de Janeiro - RJ, neste ato representada pelo seu Diretor Presidente Sr. José Augusto Ferreira dos Santos	3.209.353	100	1.906.063	100	5.115.416	100
Aracui Investimentos Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.064.278/0001-46, com sede na Rua General Venâncio Flores, nº 305, sala 809, Leblon, CEP 22.441-090, Rio de Janeiro - RJ, neste ato representada pelo seu administrador Sr. José Augusto Ferreira dos Santos	1	0	0	0	1	0
<b>TOTAL</b>	<b>3.209.354</b>	<b>100</b>	<b>1.906.063</b>	<b>100</b>	<b>5.115.417</b>	<b>100</b>

Declaramos, para os devidos fins, que foram observadas todas as disposições do artigo 126 e parágrafos da Lei nº 6.404/76, na realização da Assembleia Geral Extraordinária de 12.01.2015.

Rio de Janeiro (RJ), 12 de janeiro de 2015

Eli Nunes de Alcântara Bezerra  
Presidente de Mesa

Carlos Alberto de Deus Affonso  
Secretário de Mesa

ARUANA SEGUROS S.A.

Eli Nunes de Alcântara Bezerra  
Diretor Presidente

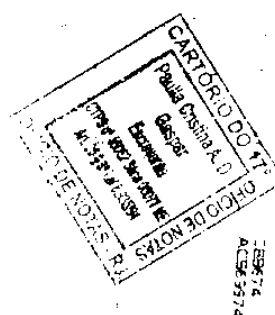
Carlos Alberto de Deus Affonso  
Diretor Executivo

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ARUANA SEGUROS S.A.  
Nire: 333.00273921  
Protocolo: 0020151160635 - 15/04/2015  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 16/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: F960CFFBAF8BF3214645262F771F6CAEB718C4777C9084C6B6C24EE1494FBCDB  
Arquivamento: 00002751280 - 16/04/2015



20073015150256200000064304183



20073015150256200000064304183





ARUANA SEGUROS S.A.  
CNPJ/MF nº 07.017.295/0001-58 NIRE 333.0027392-1

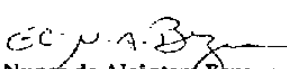
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 12 DE JANEIRO DE 2015


RELAÇÃO COMPLETA DE ACIONISTAS

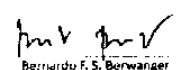
Acionistas	Qtd. de ações ordinárias	% de ações ordinárias	Qtd. de ações preferenciais	% de ações preferenciais	Total de ações	%
Aracui Empreendimentos S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.794.781/0001-94, com sede na Rua General Venâncio Flores, nº 305/sala 809 - Leblon, CEP 22.441-090, Rio de Janeiro/RJ, neste ato representada pelo seu Diretor Presidente Srs. José Augusto Ferreira dos Santos.	3.209.353	100	1.906.063	100	5.115.416	100
Aracui Investimentos Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.064.278/0001-46, com sede na Rua General Venâncio Flores, nº 305/sala 809 - Leblon, CEP 22.441-090, Rio de Janeiro/RJ, neste ato representada pelo administrador Sr. José Augusto Ferreira dos Santos.	1	0	0	0	1	0
<b>TOTAL</b>	<b>3.209.354</b>	<b>100</b>	<b>1.906.063</b>	<b>100</b>	<b>5.115.417</b>	<b>100</b>

Rio de Janeiro (RJ), 12 de janeiro de 2015.

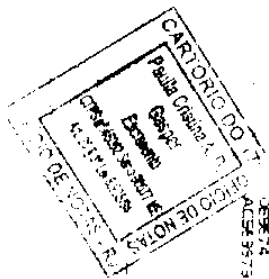
ARUANA SEGUROS S.A.

  
Eli Nunes de Alcântara Bezerra  
Diretor Presidente

  
Carlos Alberto de Deus Affonso  
Diretor Executivo

  
Bernardo F.S. Borwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ARUANA SEGUROS S.A.  
Nire: 33300273921  
Protocolo: 0020151160635 15/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 16/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: F900CEBAF8BE3214645262F711F6CAF8718C4777C9D84C6B6C24FF1494FHC1D8  
Arquivamento: 00002751280 - 16/04/2015



10  
2

ARUANA SEGUROS S.A.  
CNPJ/MF nº 07.017.295/0001-58 NIRE 333.0027392 1

**DECLARAÇÃO NEGATIVA DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

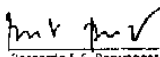
Declaramos, para os devidos fins, que não apresentamos o Edital de Convocação para a realização da Assembleia Geral Extraordinária de 12 de janeiro de 2015, em razão da presença da totalidade dos acionistas, tornando-se dispensável a convocação por Edital, conforme autoriza o § 4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76.

Rio de Janeiro (RJ), 12 de janeiro de 2015.

ARUANA SEGUROS S.A.

  
Eli Nunes de Alcântara Bezerra  
Diretor Presidente

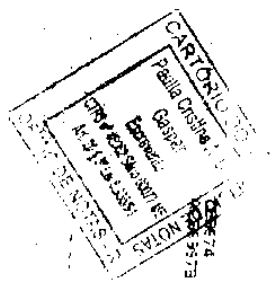
  
Carlos Alberto de Deus Alfonso  
Diretor Executivo

  
Bernardo F. S. Benwangel  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ARUANA SEGUROS S A  
Nire: 33300273921  
Protocolo: 0020151160635 - 15/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 16/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: F960CEBAFBBE3214645262F771F6CAEB718C4777C9084C6B6C24EE1494FBCDB  
Arquivamento: 00002751280 - 16/04/2015



20073015150256200000064304183






ARUANA SEGUROS S.A.  
CNPJ/MF nº 07.017.295/0001-58 NIRE 333.0027392-1

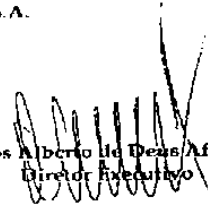
**DECLARAÇÃO NEGATIVA DE PROCESSOS EM FASE DE Apreciação**

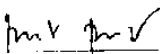
Declaramos, para os devidos fins, que não existem processos em fase de apreciação por essa I. Autarquia.

Rio de Janeiro (RJ), 12 de janeiro de 2015.

ARUANA SEGUROS S.A.

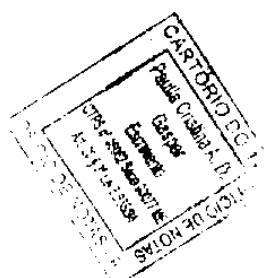
  
Eli Nunc de Alcântara Bezerra  
Diretor Presidente

  
Carlos Alberto de Deus Affonso  
Diretor Executivo

  
Bernardo L. S. Benwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ARUANA SEGUROS S A  
Nire: 33300273921  
Protocolo: 0020151160635 - 15/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 16/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: F960CECB4F8BE3214645262F771F6CAEB/18C477C9084C6B6C24EE1494FBCD8  
Arquivamento: 00002751280 - 16/04/2015





083674  
A0569577



ANEXO I

ESTATUTO SOCIAL

ARUANA SEGUROS S.A.

CNPJ/MF nº 07.017.295/0001-58

NIRE 333.0027392-1

Redação de acordo com a  
Assembleia Geral Extraordinária de 12 de janeiro de 2015

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, OBJETO E  
PRAZO DE DURAÇÃO

ARTIGO 1º - ARUANA SEGUROS S.A. é uma sociedade anônima, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis.

ARTIGO 2º - A Companhia tem sede na Visconde de Pirajá, nº 414/sala 1401 - parte, Ipanema, CEP 22.410-002, Rio de Janeiro/RJ. A Companhia poderá, mediante deliberação da Diretoria e satisfeitas as exigências legais, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, representações e escritórios em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

ARTIGO 3º - A Companhia tem por objeto explorar e operar, nas 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 8ª Regiões, seguros de Danos, podendo participar de outras sociedades como sócia ou acionista, de acordo com as previsões legais.

ARTIGO 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II - DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

ARTIGO 5º - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), dividido em 5.115.417 (cinco milhões, cento e quinze mil e quatrocentas e dezessete) ações, sendo 3.209.354 (três milhões, duzentas e nove mil, trezentas e cinquenta e quatro) ações ordinárias e 1.906.063 (um milhão, novecentas e seis mil e sessenta e três) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, observando-se quanto aos possuidores e às transferências o que determina lei vigente.

ARTIGO 6º - Conforme dispõe o artigo 171 da Lei nº 6.404/76, os acionistas terão direito de preferência na subscrição de ações e/ou outros valores mobiliários emitidos pela companhia, proporcionalmente ao número de ações detidas por cada um na ocasião. Os acionistas terão prazo de 30 (trinta) dias para exercer o direito de preferência mencionado, a contar da publicação do edital aprovando a emissão correspondente.

ARTIGO 7º - Cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembleias Gerais.

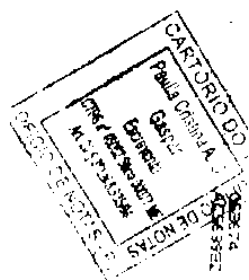
ARTIGO 8º - As ações preferenciais não conferirão aos seus titulares o direito a voto, mas terão prioridade na distribuição de dividendos, não cumulativos, no mínimo de 10% (dez por cento) a mais do que os pagos às ações ordinárias e terão prioridade no reembolso do capital social.

  
Bernardo F. S. Benwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ARUANA SEGUROS S A  
Nire: 33300273921  
Protocolo: 0020151160635 - 15/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 16/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: F960CEEBAF8BE3214645262F771F6CAEB718C4777C9084C6B6C24EE1494FBCDB  
Arquivamento: 00002751280 - 16/04/2015



RECEBUE





### CAPÍTULO III - DA ASSEMBLEIA GERAL

**ARTIGO 9º** - A Assembleia Geral é o órgão deliberativo da Companhia e reunir-se-á: (i) ordinariamente, dentro dos 03 (três) meses seguintes ao encerramento do exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do Artigo 132, da Lei nº 6.404/76; e, (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

**Parágrafo Único** - A convocação da Assembleia Geral será feita por qualquer Diretor, através de avisos publicados na imprensa, sem prejuízo do disposto no Artigo 123, da Lei nº 6404/76

**ARTIGO 10º** - As convocações deverão ser realizadas de acordo com o que determina a lei, indicando, data, hora, local e a ordem do dia em que ocorrerá a Assembleia.

**ARTIGO 11** - A Assembleia Geral será instalada por qualquer um dos presentes. O Presidente de mesa convidará um dos presentes para secretariar os trabalhos.

**ARTIGO 12** - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em Lei ou neste estatuto social, serão tomadas por maioria de votos, não sendo computados os votos em branco.

**ARTIGO 13** - Observadas as restrições legais, os acionistas poderão fazer-se representar nas reuniões das Assembleias Gerais por procuradores devidamente constituídos, observadas a legislação aplicada.

### CAPÍTULO IV - DA DIRETORIA

**ARTIGO 14** - A Sociedade será administrada por uma Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto Social.

**ARTIGO 15** - A Diretoria será composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 10 (dez) membros, acionistas ou não, sendo 01 (um) Diretor Presidente e os demais como Diretores Executivos, residentes no país, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, a qualquer tempo.

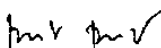
**Parágrafo Primeiro** - O mandato dos Diretores será de 03 (três) anos, admitida a reeleição. Findo o mandato, os Diretores permanecerão no exercício dos cargos até a investidura dos novos Diretores eleitos.

**Parágrafo Segundo** - Os Diretores, depois de homologados pela Susep, serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, dentro dos 30 (trinta) dias que se seguirem à sua homologação.

**Parágrafo Terceiro** - Cabe à Assembleia Geral Ordinária fixar a remuneração anual dos membros da Diretoria.

**Parágrafo Quarto** - Os membros da Diretoria ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

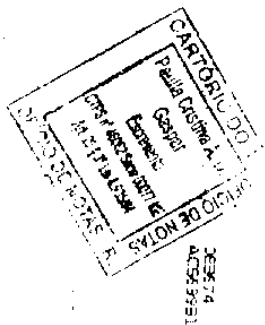
**ARTIGO 16** - Em seus impedimentos e ausências temporárias, o Diretor Presidente e os demais Diretores Executivos ausentes ou impedidos serão substituídos pelo Diretor Executivo com maior tempo de atuação em cargos de administração da Sociedade, o qual acumulará as funções, sem acréscimo de remuneração.

  
Bernardo F. S. Benwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ARUANA SEGUROS S.A.  
Nire: 33300273921  
Protocolo: 0020151160635 - 15/04/2015  
CERTIFICO O DEFRIMENTO EM 16/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: F960CECBAF8BF3214645262F771F6CAEB718C4777C9084C6B8C24EE14941BC1DB  
Arquivamento: 00002751280 - 16/04/2015



RECEBUE



**Parágrafo único** - Em caso de vacância, a Assembleia Geral elegerá o substituto, que completará o mandato do Administrador anterior.

**ARTIGO 17** - A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada por qualquer Diretor, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, dispensadas as formalidades de convocação no caso de comparecimento unânime ou quando os Diretores Executivos ausentes enviarem, por escrito, seu voto.

**Parágrafo Primeiro** - As decisões da Diretoria serão reduzidas a termo em atas, transcritas em livro próprio, instituído por lei.

**Parágrafo Segundo** - A Diretoria deliberará validamente com a presença de, no mínimo, dois de seus membros e suas decisões serão tomadas por maioria de votos.

**Parágrafo Terceiro** - Em caso de empate, competirá ao Diretor Presidente o voto de desempate.

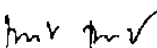
**ARTIGO 18** - Além das demais atribuições e poderes que lhe forem conferidos por Lei, compete à Diretoria:

- a) exercer a administração geral da Sociedade, cumprindo as deliberações da Assembleia Geral;
- b) estabelecer as normas internas de condução dos negócios sociais, cumprindo as deliberações da Assembleia Geral;
- c) submeter à Assembleia Geral o relatório da administração e as demonstrações financeiras de cada exercício, depois de submetidos ao parecer do Conselho Fiscal, se em funcionamento;
- d) propor à Assembleia Geral a destinação dos resultados da Companhia;
- e) instalar ou suprimir departamentos, sucursais, agências ou representações no país ou exterior;
- f) admitir e demitir funcionários da Sociedade;
- g) desenvolver e aprovar o organograma da Sociedade e definir as respectivas competências e alçadas;
- h) cumprir a política de investimento de recursos da Companhia que seja definida pela Assembleia geral; e
- i) cumprir e fazer cumprir todas as demais deliberações da assembleia, as normas legais vigentes e todas as demais normas internas da Sociedade.

**Parágrafo Primeiro** - Compete ao Diretor Presidente, supervisionar, estabelecer e distribuir, entre os membros da Diretoria, as funções internas de cada um.

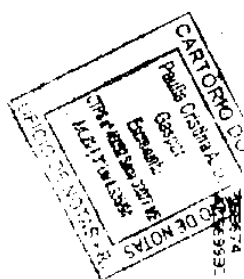
**Parágrafo Segundo** - Compete aos Diretores Executivos, executar as funções que lhe forem delegadas pelo Diretor Presidente.

**ARTIGO 19:** Observado o disposto nos parágrafos abaixo, a Companhia será representada:

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ARUANA SEGUROS S.A  
Nire: 33300273921  
Protocolo: 0020151160635 - 15/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 16/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO  
Autenticação: F960CEEBAF8BE3214645262F771F6CAEB718C4777C9084C6B6C24FE1494FBCDD  
Arquivamento: 00002751280 - 16/04/2015

**EXTRATO**





- (i) Nos atos que não importem em obrigação ou responsabilidade para a Companhia ou que não exonerem terceiros de obrigações para com ela: (a) pelo Diretor Presidente, isoladamente, ou (b) por qualquer Diretor em conjunto com um procurador constituído na forma do Parágrafo Primeiro abaixo;
- (ii) Em atos que importem em obrigação ou responsabilidade para a Companhia de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) individualmente ou no conjunto de atos relacionados realizados em qualquer período de 3 (três) meses: (a) pelo Diretor Presidente em conjunto com qualquer outro Diretor, ou (b) por qualquer Diretor em conjunto com um procurador constituído na forma do Parágrafo Primeiro abaixo;
- (iii) Em atos que importem em obrigação ou responsabilidade para a Companhia em valor superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) individualmente ou no conjunto de atos relacionados realizados em qualquer período de 3 (três) meses: (a) pelo Diretor Presidente em conjunto com qualquer outro Diretor, desde que previamente autorizado, por escrito, por acionistas representando a maioria do capital social com direito a voto, reunidos ou não em Assembleia Geral; ou (b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador constituído na forma do Parágrafo Primeiro abaixo, desde que previamente autorizado, por escrito, por acionistas representando a maioria do capital social com direito a voto, reunidos ou não em Assembleia Geral.

**Parágrafo Primeiro** - Os procuradores da Companhia serão sempre constituídos através de instrumentos de mandato assinados por 02 (dois) Diretores, em conjunto, sendo um deles, necessariamente, o Diretor Presidente, nos quais se consignarão expressamente os poderes outorgados, não podendo ter prazo de vigência superior a 1 (um) ano, com exceção daqueles outorgados com os poderes da cláusula ad judicium, que poderão vigorar por prazo indeterminado.

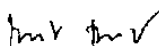
**Parágrafo Segundo** - A oneração ou alienação de ativos e/ou direitos da Companhia, sejam móveis ou imóveis, bem como a prestação de fianças e avais em favor de terceiros, em nome da Companhia, dependerá de autorização, por escrito, de acionistas representando a maioria do capital social com direito a voto, reunidos ou não em Assembleia Geral.

**Parágrafo Terceiro** - É vedado aos Diretores e aos mandatários obrigar a Companhia em negócios estranhos ao seu objeto social, bem como praticar atos de liberalidade em nome da Companhia.

## CAPÍTULO V - DO CONSELHO FISCAL

**ARTIGO 20** - A Companhia terá um Conselho Fiscal, que só funcionará nos exercícios sociais em que for instalado a pedido de acionistas que representem o quorum exigido por lei para tanto.

**Parágrafo Primeiro** - O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, será composto de 3 (três) membros, com igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, que lhes fixará a remuneração, observado o disposto em lei.

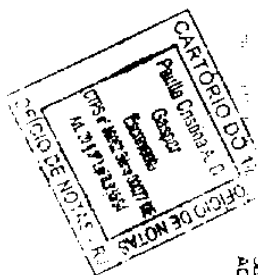
  
Bernardo F. S. Benwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ARLIANA SEGUROS S.A.  
Nire: 33300273921  
Protocolo: 0020151160635 - 15/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 16/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO  
Autenticação: F960CECBAF6DE3214645262F771F6CAEB718C4777C9084C6B6C24FF1494F1CDB  
Arquivamento: 00002751280 - 16/04/2015





1



20073015150256200000064304183



16  
b

**Parágrafo Segundo** - As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos.

## **CAPÍTULO VI - DO EXERCÍCIO SOCIAL E DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS**

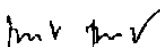
**ARTIGO 21** - O exercício social da empresa está compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras da Companhia, de acordo com as disposições legais aplicáveis.

**Parágrafo único** - Por deliberação da Diretoria, poderão ser levantadas demonstrações financeiras semestrais, trimestrais ou em períodos menores e declarados dividendos intermediários, observado o disposto nos artigos abaixo.

**ARTIGO 22** - O lucro líquido apurado ao final de cada exercício terá a seguinte destinação:

- (a) do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda;
- (b) sobre o lucro remanescente será calculada a importância que for atribuída à participação dos administradores, observadas as limitações legais;
- (c) do lucro líquido do exercício destinar-se-ão 5% (cinco por cento), no mínimo, para constituição de reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 das leis das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;
- (d) do saldo do lucro líquido ajustado nos termos artigo 202 da Lei nº 6404/76.
  - (i) 25% (vinte e cinco por cento) serão destinados ao pagamento de dividendo obrigatório, exceto na hipótese prevista no parágrafo primeiro, infra, imputando-se ao dividendo obrigatório os dividendos e juros sobre capital próprio pagos antecipadamente no curso do exercício, por deliberação da Diretoria.
  - (ii) o valor remanescente, mediante aprovação da Assembleia Geral e observado o disposto na legislação aplicável, será - integral ou parcialmente - destinado à conta de Reserva Estatutária de Lucros, cujo saldo poderá ser utilizado, parcial ou integralmente, para aumento de capital, compensação de prejuízos ou, ainda, para a distribuição aos acionistas. Para efeitos do artigo 194, inciso III, da Lei 6404/76, o saldo da Reserva Estatutária de Lucros, somado ao saldo da Reserva legal, não poderá ultrapassar o valor do capital social da Companhia, situação em que a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos aos acionistas.

**Parágrafo Primeiro** - O dividendo obrigatório previsto na alínea "d", inciso (i), do caput deste artigo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia.

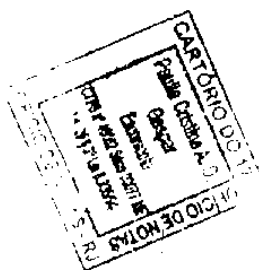
  
Bernado F. S. Bernwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ARUANA SEGUROS S A  
Nire: 33300273921  
Protocolo: 0020151160635 - 15/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 16/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: F960CEEBAF8BE3214645262F771F6CAEB718C4777C9084C6B6C24EE1494F8C11H  
Arquivamento: 00002751280 - 16/04/2015

RECEBUE

1

1



07/07/2020  
15:15:02



Parágrafo Segundo - A companhia poderá declarar e pagar juros, a título de remuneração do capital próprio, na forma do artigo 9º, da lei 9249/95, os quais serão imputados ao valor do dividendo obrigatório de que trata a alínea "d", inciso (i) do caput deste artigo, conforme faculta o parágrafo 7º, do artigo 9º, da referida lei.

**ARTIGO 23** - Os dividendos declarados serão pagos nos prazos legais, somente incidindo correção monetária e/ou juros mediante expressa determinação da Assembleia Geral e, se não reclamados no prazo de 3 (três) anos contados da deliberação que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia.

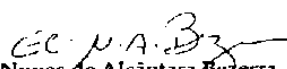
**Parágrafo único** - A Companhia poderá:

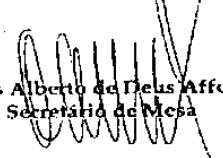
- (i) distribuir dividendos intermediários à conta do Lucro apurado nas demonstrações financeiras levantadas de acordo com o parágrafo único do Artigo 21 deste Estatuto Social, a título de antecipação do dividendo obrigatório previsto na alínea "d", inciso "i" do Artigo 22 deste Estatuto Social, observadas as disposições legais; e
- (ii) distribuir dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes na última demonstração financeira anual ou trimestral.

#### CAPÍTULO VII - DA LIQUIDAÇÃO


**ARTIGO 24** - A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em lei.

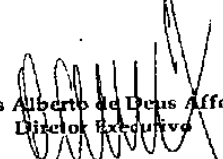
Rio de Janeiro (RJ), 12 de janeiro de 2015.

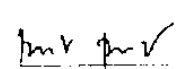
  
Eli Nunes de Alcântara Bezerra  
Presidente de Mesa

  
Carlos Alberto de Deus Affonso  
Secretário de Mesa

ARUANA SEGUROS S.A.

  
Eli Nunes de Alcântara Bezerra  
Diretor Presidente

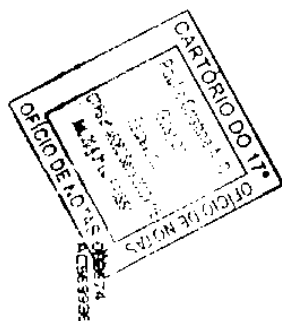
  
Carlos Alberto de Deus Affonso  
Diretor Executivo

  
Bernardo S. Benwarger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ARUANA SEGUROS S A  
Nire: 33300273921  
Protocolo: 0020151160635 - 15/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 16/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: F960CEEB4F8BE3214645262F771F6CAEB718C4777C9084C6B6C24EE1494FB710H  
Arquivamento: 00002751280 - 16/04/2015



**EXCELENTÍSSIMO**



ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2015

Ordem	Documentos	Página inicial	Página final
01	Formulário de Abertura de Processo (uma via)	X	
02	Petição à Susep (uma via)	X	
03	Cópia da ata (duas vias)	X	
04	Lista de acionistas presentes ao ato, com declaração de que, em caso de acionistas representados, foram observadas as normas estabelecidas no art. 126 e seus parágrafos, da Lei nº 6.404/76 (uma via)	X	
05	Relação completa dos acionistas na data da realização do ato, com a indicação nominal dos acionistas que tenham mais de 5% do capital social, totalizando o número de ações representativas do capital social, com a expressão "demais acionistas" (uma via)	X	
06	Edital ou comprovação de convocação do ato - Declaração Negativa (uma via)	X	
07	Declaração dos processos em apreciação na SUSEP - Declaração Negativa (uma via)	X	
08	Projeto do Estatuto Social consolidando as alterações aprovadas (duas vias)	X	
09	Comprovante de arquivamento na repartição competente da última alteração do estatuto social homologada (uma via)	X	
10	Relação dos documentos encaminhados ("Check List") (uma via)	X	

Rio de Janeiro (RJ), 12 de janeiro de 2015.

ARUANA SEGUROS S.A.  
Eli Nunes de Alcântara Bezerra  
Diretor Presidente

Carlos Alberto de Deus Affonso  
Diretor Executivo

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ARUANA SEGUROS S.A  
Nire: 33300273921  
Protocolo: 0020151160535 - 15/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 16/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO  
Autenticação: F960CECBFAF8BE3214645262F771F6CAEB718C4777C9084C6B6C24EE1494FBCDB  
Arquivamento: 00002751280 - 16/04/2015





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**Seção A da 7ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:( )

Processo nº **0021277-40.2020.8.17.2001**

AUTOR: JOSEANE FRANCISCO DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, ARUANA SEGUROS S.A.

**DECISÃO**

Trata-se de demanda que tem por objeto a cobrança de Seguro DPVAT, em razão de invalidez permanente por acidente de via terrestre, sendo indispensável a realização de perícia médica para avaliação da existência de invalidez permanente, bem como do seu grau de intensidade, razão pela qual, nomeio perito, nos termos do art. 465 do NCPC, o **Dr. PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO, CRM-PE 18.868**, com endereço e dados pessoais e profissionais arquivados na Secretaria deste Juízo, arbitrando, os seus honorários profissionais em R\$ 300,00, a serem pagos pela parte demandada, no prazo de 15 dias, nos termos do § 1º do art. 95 do NCPC.

Suprido o disposto no art. 2º do art. 465, NCPC, em face de contato telefônico no qual ocorreu a concordância com o valor dos honorários periciais.

Intimem-se as partes para, querendo, apresentarem quesitos e assistentes técnicos no prazo de 15 dias, consoante § 1º do art. 465, NCPC.

Efetuada o depósito, deverão ser as partes intimadas da data da realização da perícia, nos moldes do art. 474, do NCPC, devendo o Sr. Perito informar data em Juízo, possível de intimação prévia das partes.

Devendo ser respondidos os seguintes questionamentos:

A) Quais foram os danos sofridos pela parte autora em decorrência do sinistro objeto desta demanda? Em qual das categorias da Tabela constante do anexo da Lei nº 6.194/72 se enquadram tais danos;

B) Dos danos sofridos pelo(a) periciando(a) resultou debilidade ou deformidade física permanente, ou ainda incapacidade permanente por ele desenvolvido e qual o seu grau?

Fixo o prazo de **30** dias da data da perícia para confecção e entrega na Secretaria desta Vara do respectivo laudo avaliatório.

Intimem-se.



Recife, 31 de julho de 2020

**IASMINA ROCHA**

Juíza de Direito

Juiz(a) de Direito







Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 7ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0021277-40.2020.8.17.2001  
AUTOR: JOSEANE FRANCISCO DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, ARUANA SEGUROS S.A.

**INTIMAÇÃO DE DECISÃO - autor e réu**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção A da 7ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Decisão de ID 65554672, conforme segue transcrito abaixo:

*" Trata-se de demanda que tem por objeto a cobrança de Seguro DPVAT, em razão de invalidez permanente por acidente de via terrestre, sendo indispensável a realização de perícia médica para avaliação da existência de invalidez permanente, bem como do seu grau de intensidade, razão pela qual, nomeio perito, nos termos do art. 465 do NCPC, o Dr. PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO, CRM-PE 18.868, com endereço e dados pessoais e profissionais arquivados na Secretaria deste Juízo, arbitrando, os seus horários profissionais em R\$ 300,00, a serem pagos pela parte demandada, no prazo de 15 dias, nos termos do § 1º do art. 95 do NCPC. Suprido o disposto no art. 2º do art. 465, NCPC, em face de contato telefônico no qual ocorreu a concordância com o valor dos honorários periciais. Intimem-se as partes para, querendo, apresentarem quesitos e assistentes técnicos no prazo de 15 dias, consoante § 1º do art. 465, NCPC. Efetuado o depósito, deverão ser as partes intimadas da data da realização da perícia, nos moldes do art. 474, do NCPC, devendo o Sr. Perito informar data em Juízo, possível de intimação prévia das partes. Devendo ser respondidos os seguintes questionamentos: A) Quais foram os danos sofridos pela parte autora em decorrência do sinistro objeto desta demanda? Em qual das categorias da Tabela constante do anexo da Lei nº 6.194/72 se enquadram tais danos; B) Dos danos sofridos pelo(a) periciando(a) resultou debilidade ou deformidade física permanente, ou ainda incapacidade permanente por ele desenvolvido e qual o seu grau? Fixo o prazo de 30 dias da data da perícia para confecção e entrega na Secretaria desta Vara do respectivo laudo avaliatório. Intimem-se. Recife, 31 de julho de 2020 IASMINA ROCHA Juíza de Direito "*

RECIFE, 5 de agosto de 2020.

**GUILHERME ANTONIO AMORIM LOBO**  
Diretoria Cível do 1º Grau



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 7ª  
VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE (SEÇÃO A).**

**PROCESSO Nº 0021277-40.2020.8.17.2001**

**JOSEANE FRANCISCO DA SILVA**, por seu advogado *in fine* assinado e já qualificado nos autos da **Ação de Cobrança do Complemento do Seguro DPVAT** que move em face das empresas **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT e ARUANA SEGUROS S/A**, em trâmite nesta Vara e Secretaria respectiva, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

**RÉPLICA À CONTESTAÇÃO**

pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

**DAS ALEGAÇÕES DAS DEMANDADAS**

1. Insurgiram as empresas Demandadas em sua contestação quanto ao pagamento da complementação do valor do seguro obrigatório recebido pela Demandante e o novo valor previsto, a partir das modificações trazidas pelos artigos 19º a 21º da MP 451/08, convertida na Lei nº 11.945/09, em seus artigos 30º a 32º, que regula a matéria, alegando a ausência do laudo que ateste o grau de invalidez da Demandante; que o CNSP tem competência para fixar o valor da indenização, o qual deverá tanto corresponder ao grau da invalidez da Demandante como a tabela de danos pessoais; da impossibilidade da estipulação da indenização no teto máximo indenizável, uma vez que a invalidez poderá ser total ou parcial e esta última completa ou incompleta; a necessidade de perícia médica para atestar a incapacidade da Demandante; que os juros legais fluem a partir da citação e a correção monetária do ajuizamento da ação e que apenas a Seguradora Líder deverá figurar no pólo passivo da presente demanda.

**DAS IMPUGNAÇÕES DA DEMANDANTE**

2. Diferentemente do que aduz as Demandadas, os laudos médicos apresentados são bem claros ao mencionarem que a Demandante adquiriu debilidade permanente no quadril e, por conseguinte, invalidez permanente nesta área, motivo pelo qual fez jus ao recebimento da indenização, documentos estes que serviram de base para a regulação do sinistro e reconhecimento da invalidez permanente desta última por aquelas, quando da realização do adimplemento parcial da obrigação.

3. Por outro lado, a quitação firmada pela Demandante não alcança o valor agora perseguido, não havendo óbice para a apreciação de tal pedido pelo Poder Judiciário, uma vez que não está se discutindo a autenticidade e/ou validade do recibo referente ao montante pago, mas, ao contrário, o que se está pondo em questão é a desobediência das empresas Demandadas em não terem cumprido o que determina os artigos 19º a 21º da MP 451/08, convertida na Lei nº 11.945/09, em seus artigos 30º a 32º, que, nos casos de invalidez permanente, o valor da indenização deverá



ser apurado fazendo-se as multiplicações entre o montante de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) e o percentual previsto na tabela para a área afetada.

4. Como nos laudos médicos restou ali concluído que a Demandante adquiriu **“Debilidade Permanente no quadril”**, estamos diante de uma invalidez parcial e deverá ser realizado o seguinte cálculo:

**R\$ 13.500,00 (indenização máxima) x 25% (Tabela – Quadril) = R\$ 3.375,00**

5. A partir disto, verificando-se que o valor correto que deveria ter sido pago à Demandante seria de R\$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais), mas que só foi paga a quantia de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), restam ainda o montante de R\$ 2.531,25 (dois mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos), a título de diferença da indenização proveniente do seguro dpvat a ser quitada pelas Demandadas.

Acórdão STJ

RESP 296675/SP; RECURSO ESPECIAL

2000/0142166-2

Fonte

DJ DATA:23/09/2002 PG:00367

Relator

Min. ALDIR PASSARINHO JÚNIOR (1110)

Ementa

CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO(DPVAT). VALOR QUANTIFICADO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. INDENIZAÇÃO LEGAL. CRITÉRIO. VALIDADE. LEI N.6.194/74. RECIBO. QUITAÇÃO. SALDO REMANESCENTE.

I. O valor da cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT) é de quarenta salários mínimos, assim fixado consoante critério legal específico, não se confundindo com índice de reajuste e, destarte, não havendo incompatibilidade entre a norma especial da Lei n.6.194/74 e aquelas que vedam o uso do salário mínimo como parâmetro de correção monetária. Precedente da 2ª Seção do STJ (Resp nº 146.186/RJ, Rel. p/ Acórdão Min. Aldir Passarinho Júnior, por maioria, julgado em 12.12.2001).

II. O recibo dado pelo beneficiário do seguro em relação à indenização paga a menor não o inibe de reivindicar, em juízo, a diferença em relação ao montante que lhe cabe de conformidade com a lei que rege a espécie.

III. Recurso especial conhecido e provido.

Data da Decisão

20/08/2002

Órgão Julgador

T4 – Quarta Turma

Decisão

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas. Decide a Quarta Turma do STJ, à unanimidade, conhecer do recurso e dar-lhe provimento, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado. Participaram do julgamento os Srs. Ministros Barros Monteiro e Ruy Rosado de Aguiar. Ausentes, ocasionalmente, os Srs. Ministros Sálvio de Figueiredo Teixeira e César Asfor Rocha.

6. Por outro lado, as Demandadas informam que a perícia realizada na esfera administrativa já constatou o grau correto do percentual de invalidez da Demandante e a indenização já fora totalmente paga em conformidade com este último. Ora Excelência, não se poderá considerar



uma perícia realizada por médico das próprias Demandadas, uma vez ter sido produzida unilateralmente, inclusive não se opondo a Demandante à realização de uma nova perícia por um perito judicial designado por este Juízo, para a confirmação da sua invalidez parcial completa, caso assim entenda necessária.

7. Esta ação está contestando o grau de invalidez apurado em sede administrativa e não a própria invalidez da Demandante que já foi reconhecida pelas Demandadas, quando esta efetuou o pagamento parcial da obrigação, a partir da análise de todos os documentos exigidos em Lei, inclusive com o B.O, o Samu e o 1º atendimento médico, ambos com a mesma data do acidente e confirmando o nexo de causalidade entre o sinistro e a seqüela ao mencionar que a Demandante foi vítima de trânsito.

8. Os encargos deverão ser definidos da seguinte forma: A correção monetária, a partir da data do evento danoso (Súmula 580 do STJ) e os juros de mora no percentual de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação, estando em consonância com a Súmula 426 do STJ.

10. Por fim a Lei que rege a matéria prevê que a indenização poderá ser cobrada de qualquer partícipe do Consórcio Dpvat, não havendo destarte, qualquer motivação para a exclusão da 2ª Demandada da lide.

### **DOS PEDIDOS**

Nestas condições, requer se digne Vossa Excelência em julgar totalmente improcedente a contestação apresentada pelas Demandadas, com a conseqüente procedência da ação, ratificando integralmente a peça inaugural, principalmente, no que tange (caso entenda necessária) à realização de uma perícia por um perito judicial designado por este Juízo, para confirmar a invalidez parcial completa do quadril da Demandante.

Nestes termos  
Pede e aguarda Deferimento!  
Recife(PE), 07 de agosto de 2020.

---

Paulo Antônio Coelho Castor  
OAB/PE nº 20.832



## PETIÇÃO DE QUESITOS







EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE

Processo: 00212774020208172001

**ARUANA SEGUROS S/A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSEANE FRANCISCO DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho proferido por este Juízo, apresentar os seus quesitos.

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexos de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

7 - Considerando que a tabela inserida à Lei 11.945/09 em três casos faz distinção quando a vítima é acometida por lesão em ambos os membros, seria possível o Sr. Perito indicar adequadamente a média da lesão sofrida nos termos da tabela? Em caso positivo qual seria a graduação (10%, 25%, 50%, 75% ou 100%)?

- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior;

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br



8 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

**Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.**

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

RECIFE, 14 de agosto de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PE 4246**

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
**30225 - OAB/PE**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 7ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0021277-40.2020.8.17.2001  
AUTOR: JOSEANE FRANCISCO DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, ARUANA SEGUROS S.A.

**CERTIDÃO DE DEVOLUÇÃO DE AR SEM RECEBIMENTO**

Certifico que, nesta data, faço anexar aos presentes autos a carta devolvida referente a CITAÇÃO/INTIMAÇÃO de ARUANA SEGUROS S.A. , tendo como motivo de devolução: MUDOU-SE . O referido é verdade. Dou fé.

RECIFE, 1 de setembro de 2020.

**FRANCISCA SAMPAIO MAGALHAES**

**Diretoria Cível do 1º Grau**



Nome: ARUANA SEGUROS S.A.  
Endereço: Avenida Dantas Barreto, 507, SALAS 1214/1215, Santo  
Antônio, RECIFE - PE - CEP: 50010-921

0021277-40.2020.8.17.2001 ID 61421243 6  
CITACÃO/INTIMAÇÃO Seção A da 7ª Vara Cível da Capital



JIRETORIA CIVEL DE 1º GRAU DA CAPITAL  
FÓRUM DESEMBARGADOR RODOLFO AURELIANO - 1º ANDAR  
AV. DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N  
JANA JOANA BEZERRA RECIFE/PE CEP: 50.080-900

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)







AVISO DE  
RECEBIMENTO

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

**DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE**

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

Nome: ARUANA SEGUROS S.A.

Endereço: Avenida Dantas Barreto, 507, SALAS 1214/1215, Santo Antônio, RECIFE - PE - CEP: 50010-921

CEP / 0021277-40.2020.8.17.2001

ID 61421243

6

CITAÇÃO/INTIMAÇÃO Seção A da 7ª Vara Cível da Capital

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRACION

CARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /  
SIGNATURE DE L'AGENT

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

FC0463 / 16

114 x 186 mm





AVISO DE  
RECEBIMENTO

AR

JU 6573 5464 28R



DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

09 JUL 2020

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

RECIFE-PE

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

/ /	/ /	/ /
:	h	h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

DIRETORIA CÍVEL DE 1º GRAU DA CAPITAL  
FÓRUM DESEMBARGADOR RODOLFO AURELIANO - 1º ANDAR  
AV. DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/Nº  
LUA JOANA BEZERRA RECIFE-PE CEP: 50.080-900

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL  
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR





Tribunal de Justiça de Pernambuco

Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 7ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0021277-40.2020.8.17.2001

AUTOR: JOSEANE FRANCISCO DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, ARUANA SEGUROS S.A.

**CERTIDÃO**

Certifico, para os devidos fins de direito, que apesar de intimadas (ID 65811391), as rés não apresentaram o comprovante de depósito dos honorários periciais, assim faço os autos conclusos. O certificado é verdade. Dou fé.

RECIFE, 10 de setembro de 2020.

**GUILHERME ANTONIO AMORIM LOBO**

**Diretoria Cível do 1º Grau**





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**Seção A da 7ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:( )

Processo nº **0021277-40.2020.8.17.2001**

AUTOR: JOSEANE FRANCISCO DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, ARUANA SEGUROS S.A.

**DESPACHO**

Renove-se intimação da parte ré para, no prazo de cinco dias, efetuar o pagamento dos honorários periciais, sob pena de bloqueio de valores por meio do BACENJud.

RECIFE, 10 de setembro de 2020

Iasmina Rocha  
Juíza de Direito





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 7ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0021277-40.2020.8.17.2001  
AUTOR: JOSEANE FRANCISCO DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, ARUANA SEGUROS S.A.

**INTIMAÇÃO DE DESPACHO**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção A da 7ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 67729406, conforme segue transcrito abaixo:

*DESPACHO*

*Renove-se intimação da parte ré para, no prazo de cinco dias, efetuar o pagamento dos honorários periciais, sob pena de bloqueio de valores por meio do BACENJud.*

*RECIFE, 10 de setembro de 2020*

*lasmína Rocha*

*Juíza de Direito*

RECIFE, 10 de setembro de 2020.

**DANIELLE TAVARES DA MOTA FERNANDES**  
Diretoria Cível do 1º Grau





## JUNTADA DE HONORÁRIOS PERICIAIS





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE

**Processo: 00212774020208172001**

**ARUANA SEGUROS S/A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSEANE FRANCISCO DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,  
Pede Deferimento.

RECIFE, 14 de setembro de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
OAB/PE 4246

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
30225 - OAB/PE





## Guia - Ficha de Compensação

			Nº DA CONTA JUDICIAL
			0
Nº DA PARCELA	DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	TIPO DE JUSTIÇA
	09/09/2020	0	ESTADUAL
DATA DA GUIA	Nº DA GUIA	Nº DO PROCESSO	
09/09/2020	040271700052008157	00212774020208172001	
UF/COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)
PE	Vara Cível	RÉU	300,00
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		Jurídica	09248608000104
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
JOSEANE FRANCISCO DA SILVA		FÍSICA	06795634400
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA			
A805043FE72C4544			
CÓDIGO DE BARRAS			
10498.39291 94000.100043 12192.279607 1 83770000030000			





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 7ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0021277-40.2020.8.17.2001  
AUTOR: JOSEANE FRANCISCO DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, ARUANA SEGUROS S.A.

**INTIMAÇÃO DE DESPACHO**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção A da 7ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 65554672, conforme segue transcrito abaixo:

*Efetuada o depósito, deverão ser as partes intimadas da data da realização da perícia, nos moldes do art. 474, do NCPC, **devendo o Sr. Perito informar data em Juízo**, possível de intimação prévia das partes.* RECIFE, 17 de setembro de 2020.

**DANIELLE TAVARES DA MOTA FERNANDES**  
Diretoria Cível do 1º Grau



Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho, CRM - PE: 16.868, CPF: 009.226.694 - 06, médico perito judicial, honrado pela confiança técnica depositada por Vossa Excelência em minha pessoa, informo que para realização de perícias enquanto não existir controle do COVID- 19, trabalharemos com redução da quantidade de agendamentos e sempre que possível com horário marcado. As pessoas saem de casa, em sua maioria, comparecem acompanhadas, se aglomeram no transporte, se aglomeram na entrada, já que o medo de deixar de ser atendido as fazem chegar até 03 horas antes do horário agendado, não sendo possível nem garantir à distância mínima recomendada para minimizar à propagação do vírus.

A perícia, que avalia lesões e sequelas, exige o contato físico das partes, que no atual momento, ainda apresenta risco para ambas as partes.

Solicito agendamento para o dia **29/10/2020, no horário entre 13:00 e 15:00**, RESPEITAR O HORÁRIO AGENDADO, na Rua Jornalista Paulo Bittencourt, 155, sala 201, Empresarial Derby Park, Derby, Recife-PE, CEP: 52010-260, telefone: 81 4101-0698 (empresarial localizado em frente ao Grupo Máximo Educacional / Rua da Emergência Clínica do Hospital da Restauração). Deverá comparecer com a intimação com a data em mãos e todos os seus exames (inclusive Raio X, se tiver) e documentos relacionados ao acidente.

**SOLICITO:**

- Que compareçam acompanhados apenas os menores de idade, idosos ou pessoas com necessidades especiais;
- Respeitem o horário agendado, não chegando com “horas” de antecedência, evitando assim aglomeração de pessoas;
- Compareçam com as intimações ou que seja informado por seu representante, número de seu processo, para tornar o atendimento mais rápido.

Nesses termos,

Pede deferimento.

Recife, 17 de setembro de 2020.

Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho

CRM 16.868







Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 7ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0021277-40.2020.8.17.2001  
AUTOR: JOSEANE FRANCISCO DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, ARUANA SEGUROS S.A.

**ATO ORDINATÓRIO**

Em cumprimento ao disposto no Provimento do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça de Pernambuco nº 08/2009, publicado no DOPJ de 09/06/2009, e nos termos do art. 152, VI, e do art. 203, § 4º ambos da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, , E EM PROL DO PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO, intimo O ADVOGADO DO AUTOR ,da data, o horário e o endereço da perícia para que entre em contato com seu patrocinado:

**Data: 29/10/2020,**

**Horário: 13:00 e 15:00, RESPEITAR O HORÁRIO AGENDADO**

**Endereço: Rua Jornalista Paulo Bittencourt, 155, sala 201, Empresarial Derby Park, Derby, Recife-PE, CEP: 52010-260, telefone: 81 4101-0698 (empresarial localizado em frente ao Grupo Máximo Educacional / Rua da Emergência Clínica do Hospital da Restauração).**

**ATENÇÃO: No caso de perícia médica, levar os exames relacionados ao objeto da perícia. Deverá comparecer com a intimação com a data em mãos e todos os seus exames (inclusive Raio X, se tiver) e documentos relacionados ao acidente.**

RECIFE, 17 de setembro de 2020.

**DANIELLE TAVARES DA MOTA FERNANDES**  
Diretoria Cível do 1º Grau



## JUNTADA DE HONORÁRIOS PERICIAIS





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE

**Processo: 00212774020208172001**

**ARUANA SEGUROS S/A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSEANE FRANCISCO DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,  
Pede Deferimento.

RECIFE, 14 de setembro de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
OAB/PE 4246

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
30225 - OAB/PE





## Guia - Ficha de Compensação

			Nº DA CONTA JUDICIAL	
			0	
Nº DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	TIPO DE JUSTIÇA
		09/09/2020	0	ESTADUAL
DATA DA GUIA	Nº DA GUIA	Nº DO PROCESSO		
09/09/2020	040271700052008157	00212774020208172001		
UF/COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
PE	Vara Cível	RÉU	300,00	
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		Jurídica	09248608000104	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
JOSEANE FRANCISCO DA SILVA		FÍSICA	06795634400	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
A805043FE72C4544				
CÓDIGO DE BARRAS				
10498.39291 94000.100043 12192.279607 1 83770000030000				




## RECIBO DO SACADO

		<b>104-0</b>	10498.39291 94000.100043 12192.279607 1 83770000030000		
Beneficiário CAIXA ECONÔMICA FEDERAL			CPF/CNPJ do Beneficiário 00.360.305/0001-04		Agência / Código do Cedente 2717 / 839299
Nº do documento 040271700052008157	Nosso Número 14000000121922796-2	Vencimento 13/09/2020	Valor do Documento 300,00		
<b>Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente):</b>  TRIBUNAL:TJ PERNAMBUCO COMARCA: RECIFE VARA:07A VARA CIVEL  PROCESSO: 00212774020208172001 N° GUIA: 1 JURISDICIONADOS: JOSEANE FRANCISCO DA SILVA / SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGU CONTA: 2717 040 01806181-0  Para enviar TED JUDICIAL, utilizar o ID: 040271700052008157  OBS:				(-) Desconto	
				(-) Outras Deduções/Abatimentos	
				(+) Mora/Multa/Juros	
				(+) Outros Acréscimos	
				(=) Valor Cobrado	
Sacado: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGU				CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04	
Sacador/Avalista:				UF: CEP:	
				CPF/CNPJ:	

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474 (reclamações não solucionadas e denúncias)

		<b>104-0</b>	10498.39291 94000.100043 12192.279607 1 83770000030000		
Local de pagamento <b>PREFERENCIALMENTE NA REDE LOTERICA OU NAS AGENCIAS DA CAIXA</b>					Vencimento 13/09/2020
Beneficiário CAIXA ECONÔMICA FEDERAL			CPF/CNPJ do Beneficiário 00.360.305/0001-04		Agência / Código do Cedente 2717 / 839299
Data do documento 15/08/2020	Nº do documento 040271700052008157	Espécie de docto. DJ	Aceite S	Data do processamento 15/08/2020	Nosso Número 14000000121922796-2
Uso do Banco	Carteira CR	Moeda R\$	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento 300,00
<b>Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente):</b>  TRIBUNAL:TJ PERNAMBUCO COMARCA: RECIFE VARA:07A VARA CIVEL PROCESSO: 00212774020208172001 N° GUIA: 1 JURISDICIONADOS: JOSEANE FRANCISCO DA SILVA / SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGU CONTA: 2717 040 01806181-0  Para enviar TED JUDICIAL, utilizar o ID:					(-) Desconto
					(-) Outras Deduções/Abatimentos
					(+) Mora/Multa/Juros
					(+) Outros Acréscimos
					(=) Valor Cobrado
OBS:					





15/08/2020

Geração de ID - Contas - Depósitos Judiciais

Sacado: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGU

CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04

UF: CEP:

Sacador/Avalista:

CPF/CNPJ:

Autenticação - Ficha de Compensação

